



Relatório Circunstanciado de Gestão

3º Bimestre
2020

Unidade de Coordenação de Controle Interno

Assunto: Relatório Circunstanciado – 3º Bimestre/2020

Em cumprimento as atribuições indicadas nos artigos 6º e 7º da Lei Municipal nº 1417 de 30 de julho de 2001, a Unidade de Coordenação do Controle Interno do Município de Navegantes, com base nos dados apurados nos Órgãos Setoriais de Controle Interno, emite o presente relatório sobre a gestão do Prefeito relativo ao 3º bimestre de 2020.

A Unidade de Coordenação de Controle Interno realiza um trabalho de coleta de dados dos diversos Órgãos Setoriais de Controle Interno, conforme Decreto 591/2006 de Regulamentação do Sistema do Controle Interno Municipal, para o devido acompanhamento da gestão e apurar possíveis irregularidades e/ou falhas para que sejam tomadas as providências necessárias.

O órgão de controle interno do Município realiza questionários através de sistema informatizado nos diversos órgãos setoriais para o acompanhamento mais eficiente sobre os controles adotados e a adotar em cada unidade gestora. Desta forma, faz-se uma análise para identificar os setores que apresentam ausência de controle ou os controles mais frágeis para que estes sejam prioridades na atuação do sistema de controle interno municipal.

Além disso, o Órgão Central de Controle Interno do Município tem editado, publicado e revisado várias instruções normativas com temas específicos sobre os procedimentos de controle a serem adotados nos órgãos setoriais de controle interno. As normativas são publicadas no sítio eletrônico do Município e divulgadas para os responsáveis nas unidades e acompanhadas/fiscalizadas pelo órgão central de controle interno.

A sistemática de controle interno do município atualmente ainda está sendo reformulada a fim de alcançar um padrão de eficiência e eficácia desejada. A Lei que institui o Sistema de Controle Interno é de 2001 e seu regulamento é de 2006, estando ambos defasados em diversos pontos, apesar de ter sido realizado através do Decreto nº 351/2017 algumas atualizações pontuais necessárias. Todo o Sistema de Controle Interno está sendo ampliado significativamente, buscando maior organização, otimização, integralidade dos órgãos da administração municipal e a ampliação do controle público municipal.

Infelizmente, em função da pandemia causada pelo COVID-19 e o volume de atividades, os trabalhos da controladoria têm sido prejudicados, principalmente em relação à tempestividade das ações o que levou a atrasos em relação a finalização e entrega do presente relatório.

SUMÁRIO

1	EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	5
1.1	Metas de Arrecadação	5
1.2	Metas de Despesa	6
1.3	Gastos por Órgão de Governo.....	7
1.4	Gastos por Funções e Ações de Governo	11
1.5	Resultado Orçamentário (Corrente + Capital + Intra-orçamentárias).....	14
1.6	Comparação entre as Receitas e Despesas (Corrente + Capital).....	15
1.7	Resultado Primário.....	17
1.8	Resultado Nominal	18
2	LIMITES CONSTITUCIONAIS E DA LRF	19
2.1	Limite de Gastos com Pessoal	19
2.2	Limite da Dívida Pública	21
2.3	Garantias e Contra Garantias de Valores	22
2.4	Limite de Operações de Créditos	23
2.5	Dos gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:	24
2.6	Dos gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde:	26
3	ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO	27
3.1	Atos do Legislativo	27
3.2	Câmara de Vereadores versus Limites Impostos pela LC nº 101/2000 (LRF).....	28
3.3	Da Situação Financeira da Câmara Municipal de Vereadores.....	29
3.4	Da Situação Orçamentária da Câmara Municipal de Vereadores	29
4	RESULTADO DA PESQUISA ELETRÔNICA (AÇÕES DE MONITORAMENTO).....	30
4.1	Poder Executivo.....	32
4.1.1	Fundação Cultural	32
4.1.2	Fundação de Esportes.....	33
4.1.3	Fundação do Meio Ambiente.....	35
4.1.4	Procuradoria	37
4.1.5	Secretaria de Administração.....	38
4.1.6	Secretaria de Agricultura e Pesca	44
4.1.7	Secretaria de Assistência Social	45
4.1.8	Secretaria de Comunicação Social	46
4.1.9	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita.....	47
4.1.10	Secretaria de Educação	49
4.1.11	Secretaria de Governo.....	52
4.1.12	Secretaria de Planejamento Urbano	53

4.1.13	Secretaria de Saúde	54
4.1.14	Secretaria de Segurança Pública.....	60
4.1.15	Secretaria de Turismo.....	62
4.1.16	Secretaria de Finanças.....	64
4.1.17	Secretaria de Obras	65
4.1.18	Secretaria de Saneamento Básico - SESAN.....	70
4.1.19	NavegantesPrev.....	73
4.2	Poder Legislativo	74
4.2.1	Câmara de Vereadores	74
4.3	Resultado Final da Pesquisa	75
5	IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (MCASP)	76
6	METAS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.....	78
7	METAS DO PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE.....	79
8	METAS DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA.....	84
9	ACOMPANHAMENTO DAS METAS FÍSICAS DA LDO/LOA.....	88
10	TERMOS DE PARCERIA	90
11	ACOMPANHAMENTO DAS TAC'S	91
12	OUTRAS ATIVIDADES DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	92
12.1	Análise de Risco.....	92
12.2	Atividades de Auditoria.....	93
13	ESCALA BRASIL TRANSPARENTE (EBT) E OUVIDORIA	94
14	CONSIDERAÇÕES FINAIS	99

1 EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

1.1 METAS DE ARRECADAÇÃO

Receitas: Metas x Realizado	Acumulada	Acumulada	Diferença	%
	Meta	Receita	Receit. - Meta	Receit. x Meta
Receitas Correntes	156.229.288	172.340.521	16.111.233	110%
Impostos, Taxas e Contr. de Melhoria	35.354.313	40.386.239	5.031.926	114%
Contribuições	7.158.339	8.667.467	1.509.128	121%
Receita Patrimonial	6.050.118	20.623.901	14.573.783	341%
Receita de Serviços	12.445.152	11.926.673	-518.479	96%
Transferências Correntes	93.635.243	88.274.643	-5.360.599	94%
Outras Receitas Correntes	1.586.123	2.461.599	875.476	155%
Receitas de Capital	3.944.274	4.486.023	541.749	114%
Operações de Crédito	1.658.779	3.300.000	1.641.221	199%
Alienação de Bens	500	0	-500	0%
Transferências de Capital	2.284.995	1.186.023	-1.098.972	52%
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	7.497.950	9.979.348	2.481.397	133%
TOTAL (Correntes + Capital)	160.173.562	176.826.544	16.652.982	110%

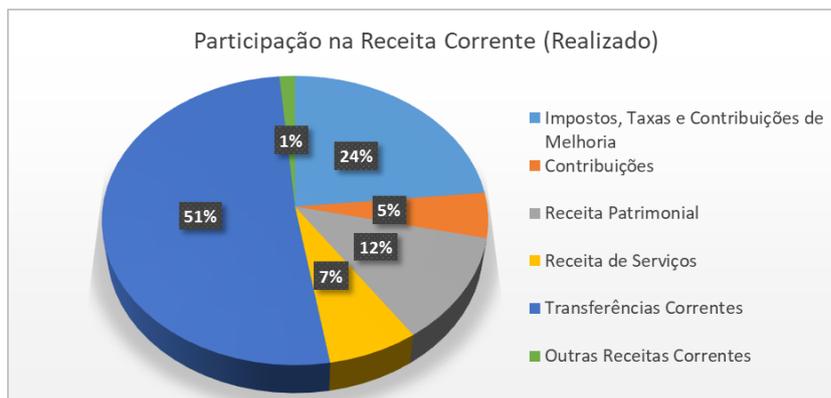
Pode-se observar, pelo quadro acima, que no 3º bimestre do exercício de 2020, o Município atingiu as metas gerais de arrecadação definidas na Lei Orçamentária Anual, ficando com aproximadamente 16,652 milhões de superávit, o que representa 110% de atingimento da meta, esta análise leva em consideração apenas as receitas correntes e de capital, não fazendo parte do estudo as receitas intra-orçamentárias.

No entanto se for desmembrada a análise por tipos de receita, as Receitas Correntes estão superando a meta em 10%, mas existe duas categorias que estão abaixo da meta prevista, a “Receita de Serviços” está 4% abaixo da meta e as “Transferências Correntes” que está 6% abaixo da meta. Estes são os sinais dos impactos da pandemia causada pelo COVID-19 nas finanças municipais.

Fazendo a análise apenas das Receitas de Capital o percentual de atingimento neste período está 14% acima da meta. Na categoria “Operações de Crédito” foi possível atingir 199% da meta o que de certa forma é um bom resultado para o período em análise, no entanto a categoria “Transferência de Capital” o resultado foi de apenas 52% da meta e na categoria “Alienação de Bens” não houve nenhuma receita, sendo assim ficando com um superávit financeiro aproximado de 541 mil reais nas Receitas de Capital.

Conforme demonstrado no gráfico ao lado, as maiores fatias das receitas correntes são derivadas das “Transferências Correntes” seguida dos “Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria”, as duas juntas representam 79% de todas as receitas desta categoria.

Vale mencionar que a metodologia para apuração das metas bimestrais de arrecadação, se baseiam em um escalonamento utilizado nos exercícios passados para projeção futura, conforme relatório extraído do sistema SAPO.



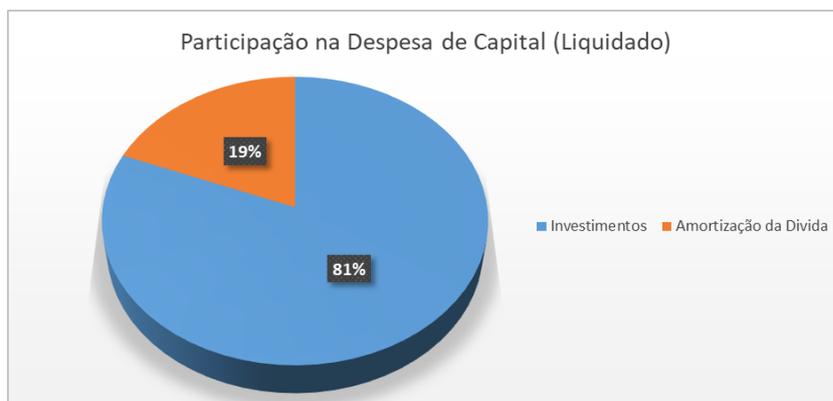
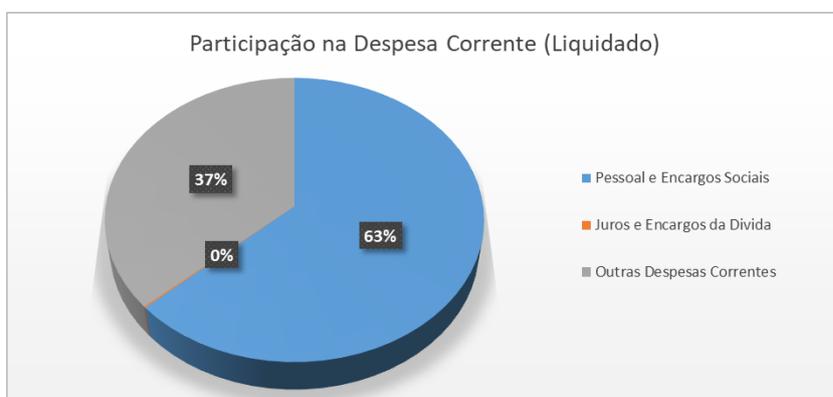
1.2 METAS DE DESPESA

Despesas: Metas x Liquidado	Acumulada	Acumulada	Diferença	%
	Meta Atualizada	Liquidado	Liquid. - Meta	Liquid. x Meta
Despesas Correntes	132.470.521	129.442.314	-3.028.207	97,7%
Pessoal e Encargos Sociais	76.671.006	81.872.747	5.201.741	106,8%
Juros e Encargos da Dívida	250.000	173.088	-76.912	69,2%
Outras Despesas Correntes	55.549.515	47.396.479	-8.153.036	85,3%
Despesas de Capital	21.872.559	9.962.940	-11.909.619	45,5%
Investimentos	19.372.559	8.079.512	-11.293.047	41,7%
Amortização da Dívida	2.500.000	1.883.428	-616.572	75,3%
Reserva de Contingência	11.787.500	0	-11.787.500	0,0%
Despesas Intra-Orçamentárias	11.655.500	10.065.285	-1.590.215	86,4%
TOTAL (Correntes + Capital)	154.343.080	139.405.254	-14.937.826	90,3%
TOTAL (Corrente + Capital + Reserva + Intra)	177.786.080	149.470.539	-28.315.541	84,1%

Conforme pode ser observado no quadro acima as despesas correntes e de capital estão abaixo da meta estipulada comparando com os valores liquidados. Vale destacar que dentro do grupo despesas correntes o item “pessoal e encargos sociais” está com um índice de 106,8% sobre a meta, o que resulta em termos financeiros no gasto acima de 5,2 milhões do que o previsto, o que sinaliza que o índice de gastos com pessoal está se aproximando do limite prudencial.

Já no grupo despesas de capital pode-se fazer duas análises, primeiro o item amortização da dívida, está praticamente em consonância com a meta estipulada (75% da meta), em segundo, o item investimentos com apenas 41,7% de atingimento da meta, o que pode levar a interpretação de que não estão sendo feitos investimentos no município ou estão sendo realizados de maneira muito lenta.

Os resultados totais das despesas ficaram cerca de 14,9 milhões abaixo da meta estipulada, alcançando um resultado de 90,3% de despesas realizadas versus gastos previsto, sob a ótica das despesas correntes e de capital.



1.3 GASTOS POR ÓRGÃO DE GOVERNO

Abaixo segue tabela com os dados do orçamento municipal contendo as informações da previsão inicial do exercício, as alterações realizadas no decorrer do ano, os valores de despesas empenhadas, liquidadas e pagas, sendo possível através do gráfico identificar quais as unidades que já possuem maior percentual de comprometimento do orçamento previsto (classificação da tabela pela coluna despesa empenhada de acordo com o % empenhado):

ORÇAMENTO GERAL

UNIDADE	PREV. INICIAL	PREV. ATUALIZ.	DESP EMP. ↓	DESP LIQ.	DESP PAGAS
Secretaria Municipal de Saneamento Básico	23.378.000	23.378.000	19.629.457	11.991.012	10.560.879
Secretaria Municipal de Finanças	12.586.000	12.627.912	9.613.232	4.710.319	4.482.944
Secretaria Municipal de Administração e Logística	9.256.773	8.250.000	5.864.867	3.883.401	3.446.005
Secretaria Municipal de Desenv. Econômico e Receita	3.835.000	4.565.000	2.998.291	1.966.064	1.818.217
Fundo Municipal de Saúde	55.084.000	59.188.357	38.527.942	26.526.536	25.321.875
Procuradoria Geral do Município	2.846.000	2.846.000	1.821.205	1.725.015	1.020.458
Fundação Municipal de Vigilância e Trânsito	2.569.000	2.869.000	1.778.797	1.416.376	1.332.429
Gabinete do Prefeito	1.821.600	1.821.600	1.119.780	858.879	818.713
Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca	1.884.000	2.009.000	1.232.032	935.643	655.725
Secretaria Municipal da Segurança e Defesa Social	1.224.000	1.534.000	921.612	780.049	629.613
Secretaria Municipal de Obras	40.889.227	47.375.066	28.175.433	16.350.833	15.573.398
Secretaria Municipal de Planejamento Urbano	2.380.000	2.380.000	1.338.655	1.272.830	1.179.410
Secretaria Municipal de Comunicação Social	1.057.000	1.057.000	588.918	540.774	509.939
Secretaria Municipal de Educação	114.395.000	118.264.831	64.381.533	59.314.625	53.006.408
Secretaria Municipal de Assistência Social	6.460.000	7.168.539	3.745.538	3.153.366	2.948.076
Câmara Municipal de Vereadores	5.555.000	5.555.000	2.562.939	2.270.407	2.270.407
Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte	2.138.000	2.138.000	982.630	898.300	797.763
Fundo de Segurança contra Incêndio e Pânico FUMSCI	862.000	862.000	389.818	198.575	192.532
Secretaria Municipal de Governo	972.000	1.082.000	469.059	266.863	243.225
Fundação Municipal de Meio Ambiente	1.638.000	1.638.000	693.755	628.515	579.030
Fundação Municipal de Esportes	2.400.400	2.564.340	1.080.854	818.196	767.436
Gabinete do Vice Prefeito	497.000	497.000	204.431	203.276	193.881
Secretaria Municipal de Gestão e Controle	1.007.000	1.007.000	328.066	321.511	296.239
Secretaria Municipal da Criança, Adoles. e Juventude	1.018.000	1.018.000	295.893	203.027	183.515
Fundação Municipal de Cultura	1.994.000	2.767.541	748.878	616.016	398.007
Fundo Municipal de Assistência Social	1.988.000	2.237.200	602.378	129.341	119.189
Instituto de Previdência Social dos Servidores Mun	36.575.000	36.575.000	7.751.809	7.445.158	7.435.523
Fundo dos Direitos da Criança e Adolescente	324.000	324.000	21.576	7.807	6.548
Fundação Hospitalar de Navegantes	366.000	1.972.773	51.756	37.827	34.932
Total Geral	337.000.000	355.572.161	197.921.135	149.470.539	136.822.317

(1) Beta Sapo (Percentual por Dotação) + (2) Beta Sapo (Empenhos Emitidos)

Extratificando da tabela ORÇAMENTO GERAL os elementos 3190 e 3191 que fazem referência aos gastos envolvidos com folha de pagamento, é possível verificar o comprometimento do orçamento das unidade municipais levando em consideração apenas esta categoria (classificação da tabela pela coluna despesa empenhada de acordo com o % empenhado):

ORÇAMENTO FOLHA (Elementos 3190 e 3191)

UNIDADE	PREV. INICIAL	PREV. ATUALIZ.	DESP EMP. ↓	DESP LIQ.	DESP PAGAS
Secretaria Municipal de Administração e Logística	6.100.000	6.100.000	4.023.803	3.167.690	2.811.265
Procuradoria Geral do Município	1.456.000	1.456.000	852.381	852.381	713.425
Instituto de Previdência Social dos Servidores Mun	12.415.000	12.415.000	7.082.066	7.082.066	7.072.483
Secretaria Municipal de Comunicação Social	617.000	617.000	351.577	351.577	323.213
Secretaria Municipal de Planejamento Urbano	2.230.000	2.230.000	1.240.140	1.240.140	1.150.111
Secretaria Municipal de Assistência Social	4.087.000	4.338.111	2.373.773	2.373.773	2.202.693
Secretaria Municipal da Segurança e Defesa Social	895.000	895.000	482.724	482.724	448.975
Secretaria Municipal de Desenv,Econômico e Receita	2.960.000	2.960.000	1.595.497	1.595.497	1.479.825
Secretaria Municipal de Educação	85.800.000	90.187.840	47.989.885	47.989.885	44.148.548
Câmara Municipal de Vereadores	3.750.000	3.750.000	1.974.264	1.974.264	1.974.264
Fundo Municipal de Saúde	25.464.000	25.756.061	13.338.681	13.338.681	12.345.145
Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca	1.022.000	1.022.000	528.965	528.965	491.628
Secretaria Municipal de Obras	13.050.000	13.050.000	6.159.860	6.159.860	5.716.089
Secretaria Municipal de Saneamento Básico	1.542.000	1.542.000	725.553	725.553	663.939
Secretaria Municipal de Finanças	1.560.000	1.560.000	726.738	726.738	670.894
Fundação Municipal de Meio Ambiente	1.200.000	1.200.000	554.627	554.627	514.660
Gabinete do Prefeito	1.100.000	1.100.000	491.131	491.131	452.662
Fundação Municipal de Vigilância e Trânsito	787.000	787.000	350.219	350.219	327.901
Gabinete do Vice Prefeito	461.000	461.000	201.460	201.460	192.065
Fundação Municipal de Cultura	942.000	942.000	375.211	375.211	345.419
Fundação Municipal de Esportes	883.000	883.000	348.047	348.047	320.273
Secretaria Municipal de Gestão e Controle	783.000	783.000	298.604	298.604	274.951
Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte	501.000	501.000	190.391	190.391	178.037
Secretaria Municipal de Governo	537.000	537.000	197.351	197.351	182.060
Fundo Municipal de Assistência Social	170.000	170.000	37.709	37.709	35.563
Secretaria Municipal da Criança, Adoles. e Juventu	778.000	778.000	119.010	119.010	109.649
Fundação Hospitalar de Navegantes	5.000	5.000			
Total Geral	171.095.000	176.026.012	92.609.669	91.753.557	85.145.738

Pela tabela abaixo é possível verificar o comprometimento dos gastos do município com as atividades pertinentes de cada unidade considerando todas as fontes de recursos, excluídas os gastos com folha de pagamento, sendo que várias unidades neste 3º bimestre já possuem despesas empenhadas comprometendo praticamente toda a previsão orçamentária, ou seja, consumiram todo o orçamento previsto (classificação da tabela pela coluna despesa empenhada de acordo com o % empenhado):

ORÇAMENTO DEMAIS ATIVIDADES (Todas as fontes de recurso)

UNIDADE	PREV. INICIAL	PREV. ATUALIZ.	DESP EMP. ↓	DESP LIQ.	DESP PAGAS
Secretaria Municipal de Desenv,Econômico e Receita	875.000	1.605.000	1.402.795	370.567	338.392
Gabinete do Prefeito	721.600	721.600	628.648	367.747	366.051
Secretaria Municipal de Saneamento Básico	21.836.000	21.836.000	18.903.904	11.265.459	9.896.940
Secretaria Municipal de Administração e Logística	3.156.773	2.150.000	1.841.065	715.711	634.740
Secretaria Municipal de Finanças	11.026.000	11.067.912	8.886.494	3.983.581	3.812.050
Fundo Municipal de Saúde	29.620.000	33.432.296	25.189.261	13.187.855	12.976.730
Secretaria Municipal da Criança, Adoles. e Juventude	240.000	240.000	176.883	84.017	73.866
Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca	862.000	987.000	703.067	406.678	164.097
Procuradoria Geral do Município	1.390.000	1.390.000	968.825	872.634	307.033
Secretaria Municipal da Segurança e Defesa Social	329.000	639.000	438.888	297.325	180.638
Fundação Municipal de Vigilância e Trânsito	1.782.000	2.082.000	1.428.578	1.066.157	1.004.528
Secretaria Municipal de Planejamento Urbano	150.000	150.000	98.514	32.690	29.299
Secretaria Municipal de Obras	27.839.227	34.325.066	22.015.573	10.190.973	9.857.308
Secretaria Municipal de Educação	28.595.000	28.076.992	16.391.648	11.324.740	8.857.861
Secretaria Municipal de Comunicação Social	440.000	440.000	237.341	189.197	186.725
Secretaria Municipal de Governo	435.000	545.000	271.708	69.512	61.165
Secretaria Municipal de Assistência Social	2.373.000	2.830.428	1.371.765	779.593	745.383
Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte	1.637.000	1.637.000	792.239	707.909	619.726
Fundo de Segurança contra Incêndio e Pânico FUMSCI	862.000	862.000	389.818	198.575	192.532
Fundação Municipal de Esportes	1.517.400	1.681.340	732.806	470.149	447.163
Câmara Municipal de Vereadores	1.805.000	1.805.000	588.674	296.143	296.143
Fundação Municipal de Meio Ambiente	438.000	438.000	139.128	73.887	64.371
Fundo Municipal de Assistência Social	1.818.000	2.067.200	564.669	91.632	83.625
Fundação Municipal de Cultura	1.052.000	1.825.541	373.668	240.805	52.587
Secretaria Municipal de Gestão e Controle	224.000	224.000	29.462	22.907	21.288
Gabinete do Vice Prefeito	36.000	36.000	2.970	1.816	1.816
Fundo dos Direitos da Criança e Adolescente	324.000	324.000	21.576	7.807	6.548
Instituto de Previdência Social dos Servidores Mun	24.160.000	24.160.000	669.742	363.092	363.041
Fundação Hospitalar de Navegantes	361.000	1.967.773	51.756	37.827	34.932
Total Geral	165.905.000	179.546.149	105.311.466	57.716.982	51.676.578

Na relação abaixo é possível verificar o comprometimento dos gastos do município levando em consideração apenas as fontes de recursos 5000 (Recursos Ordinários), 5001 (Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação) e 5002 (Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde) com as atividades pertinentes de cada unidade (classificação da tabela pela coluna despesa empenhada de acordo com o % empenhado):

ORÇAMENTO DEMAIS ATIVIDADES (Elementos 5000,5001 e 5002)

UNIDADE	PREV. INICIAL	PREV. ATUALIZ.	DESP EMP. ↓	DESP LIQ.	DESP PAGAS
Secretaria Municipal de Educação	24.544.000	25.377.000	21.953.798	18.100.323	13.367.858
Secretaria Municipal de Finanças	12.580.000	12.580.000	9.565.320	4.668.059	4.440.684
Secretaria Municipal de Administração e Logística	9.256.773	7.650.000	5.542.937	3.817.028	3.421.757
Fundo Municipal de Saúde	39.931.000	39.931.000	27.918.477	21.728.257	20.613.247
Fundo de Segurança contra Incêndio e Pânico FUMSCI	15.000	15.000	10.000	3.017	2.556
Procuradoria Geral do Município	2.846.000	2.846.000	1.821.205	1.725.015	1.020.458
Gabinete do Prefeito	1.821.600	1.821.600	1.119.780	858.879	818.713
Secretaria Municipal da Segurança e Defesa Social	1.222.000	1.222.000	724.319	647.019	592.913
Secretaria Municipal de Desenv,Econômico e Receita	3.835.000	3.835.000	2.268.291	1.966.064	1.818.217
Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca	1.882.000	1.882.000	1.112.432	816.043	655.725
Fundação Municipal de Meio Ambiente	663.000	663.000	382.000	382.000	355.893
Secretaria Municipal de Planejamento Urbano	2.380.000	2.380.000	1.338.655	1.272.830	1.179.410
Secretaria Municipal de Comunicação Social	1.057.000	1.057.000	588.918	540.774	509.939
Secretaria Municipal de Assistência Social	6.460.000	6.460.000	3.525.488	2.933.316	2.728.026
Secretaria Municipal de Obras	25.853.227	25.853.227	13.136.474	9.846.835	9.232.240
Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte	1.934.000	1.934.000	982.630	898.300	797.763
Fundação Municipal de Esportes	2.261.400	2.261.400	1.080.854	818.196	767.436
Câmara Municipal de Vereadores	5.555.000	5.555.000	2.562.939	2.270.407	2.270.407
Fundação Municipal de Vigilância e Trânsito	1.061.000	1.061.000	487.229	426.395	395.470
Gabinete do Vice Prefeito	497.000	497.000	204.431	203.276	193.881
Fundação Municipal de Cultura	1.988.000	1.988.000	744.597	616.016	398.007
Secretaria Municipal de Governo	972.000	972.000	359.059	261.835	238.197
Secretaria Municipal de Gestão e Controle	1.007.000	1.007.000	328.066	321.511	296.239
Secretaria Municipal da Criança, Adoles. e Juventu	1.018.000	1.018.000	295.893	203.027	183.515
Fundo Municipal de Assistência Social	522.000	522.000	115.461	31.823	27.580
Fundo dos Direitos da Criança e Adolescente	200.000	200.000	20.576	7.511	6.252
Fundação Hospitalar de Navegantes	248.000	1.854.773	50.756	37.827	34.932
Total Geral	151.610.000	152.443.000	98.240.584	75.401.583	66.367.317

1.4 GASTOS POR FUNÇÕES E AÇÕES DE GOVERNO

A tabela abaixo evidência os desembolsos da Administração Pública Municipal, nos poderes Executivo e Legislativo, por cada ação (projeto/atividade) de governo (classificação da tabela pela coluna “% Orçam. Atual. x Pago”):

Código	Projeto / Atividade	Orçado	Orçado Atualizado	Empenhado	Liquidado	Pago	% Orç Atu. x Pago ↓	
2	152	Manutenção e Funcionamento do Convênio de Trânsito/	195.000	195.000	159.335	159.335	159.335	82%
2	50	Manutenção dos Serviços de Limpeza e Conservação de V	3.350.000	3.350.000	3.307.706	2.432.786	2.380.171	71%
1	36	Ampliação e Recuperação da Sinalização Viária	200.000	200.000	154.525	130.375	127.156	64%
2	118	Manutenção dos Benefícios Previdenciários	11.515.000	11.515.000	6.695.746	6.695.746	6.695.746	58%
2	150	Manutenção e Funcionamento Fiscalização de Trânsito - C	740.000	940.000	735.226	583.234	540.932	58%
2	83	Manutenção e Funcionamento do Fundo da Saúde	37.509.227	37.801.288	27.430.759	21.512.171	20.400.688	54%
2	44	Manutenção e Funcionamento do Programa de Atenção a	300.000	300.000	237.024	159.312	159.312	53%
2	130	Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental	55.399.800	56.870.171	33.263.592	31.947.362	29.567.313	52%
2	162	Manutenção do Bloco de Assistência Farmacêutica	1.650.000	1.650.000	1.203.659	860.932	856.603	52%
2	124	Manutenção da Secretaria de Saneamento Básico	20.877.000	20.877.000	19.517.920	11.964.217	10.536.359	50%
2	36	Manutenção e Funcionamento da Procuradoria Geral do	2.045.000	2.045.000	1.198.190	1.103.353	1.017.379	50%
2	12	Manutenção da Secretaria de Planejamento Urbano	2.380.000	2.380.000	1.338.655	1.272.830	1.179.410	50%
2	13	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Comunic	687.000	687.000	368.069	365.291	336.927	49%
2	131	Manutenção e Funcionamento da Educação Infantil	43.401.000	45.693.117	26.095.810	24.256.975	22.340.627	49%
2	156	Manutenção da Secretaria de Segurança e Defesa Civil	1.100.000	1.100.000	636.150	574.374	528.697	48%
2	14	Criação e Desenvolvimento de Campanhas Institucionais	370.000	370.000	220.848	175.483	173.012	47%
2	9	Manutenção e Funcionamento do Gabinete do Prefeito	1.821.600	1.821.600	1.119.780	858.879	818.713	45%
2	119	Manutenção e Funcionamento da Câmara de Vereadores	5.055.000	5.055.000	2.562.939	2.270.407	2.270.407	45%
2	157	Manutenção da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes	832.000	832.000	435.171	383.735	366.104	44%
2	39	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Assistênc	5.062.000	5.770.539	3.119.928	2.695.052	2.511.036	44%
2	2	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Administra	7.650.000	8.250.000	5.864.867	3.883.401	3.446.005	42%
0	2	PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servid	2.806.000	2.847.912	2.847.912	1.348.014	1.185.683	42%
2	158	Manutenção dos Eventos Turísticos e de Lazer do Municí	1.050.000	1.050.000	546.241	513.956	431.050	41%
2	8	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Finanças	3.080.000	3.080.000	2.005.738	1.305.790	1.240.745	40%
2	111	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Desenv. I	3.750.000	4.480.000	2.948.430	1.941.133	1.797.143	40%
2	84	Manutenção e Funcionamento do Gabinete do Vice Prefe	497.000	497.000	204.431	203.276	193.881	39%
2	60	Manutenção e Funcionamento da Fundação de Esportes	1.830.400	1.830.400	1.000.241	739.014	688.254	38%
2	67	Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente	1.546.000	1.546.000	693.755	628.515	579.030	37%
0	1	Amortização da Dívida Pública	5.500.000	5.500.000	4.759.583	2.056.516	2.056.516	37%
1	134	Investimentos em Ações de Infra-Estrutura Urbana	6.420.000	12.873.212	10.809.850	4.752.909	4.752.909	37%
2	66	Manutenção e Funcionamento da Fundação de Trânsito	1.074.000	1.074.000	487.229	426.395	395.470	37%
2	15	Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente, Agricultur	1.782.000	1.782.000	1.048.032	751.643	655.725	37%
2	154	Convênio Polícia Militar - Rádio Patrulha	72.000	112.000	61.595	47.494	39.066	35%
2	120	Manutenção do Programa de Formação do Patrimônio do	515.000	515.000	255.129	175.877	175.877	34%
2	151	Manutenção e Funcionamento do Convênio de Trânsito/	230.000	330.000	242.482	117.037	109.536	33%
2	114	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Obras	19.800.000	19.832.627	9.260.856	7.141.626	6.579.651	33%
2	126	Manutenção e Funcionamento do Conselho Tutelar	778.000	778.000	302.334	263.122	249.983	32%
2	144	Manutenção e Funcionamento do FUMSCI - Apoio Opera	611.000	611.000	389.818	198.575	192.532	32%

Código	Projeto / Atividade	Orçado	Orçado Atualizado	Empenhado	Liquidado	Pago	% Orç Atu. x Pago ↓	
2	128	Manutenção e Funcionamento da Educação Especial	849.200	849.200	461.982	270.715	262.559	31%
2	54	Manutenção das Ações da Fundação Municipal de Cultura	1.219.000	1.297.972	567.988	435.126	398.007	31%
2	159	Manutenção do Bloco de Atenção Básica em Saúde	6.610.000	6.610.000	2.885.597	2.076.793	2.010.566	30%
2	65	Manutenção e Funcionamento do Bolsa Atleta	100.000	263.940	80.613	79.182	79.182	30%
2	117	Manutenção das atividades do Instituto de Previdência	1.890.000	1.890.000	800.934	573.536	563.901	30%
2	7	Manutenção da Secretaria de Gestão e Controle	1.007.000	1.007.000	328.066	321.511	296.239	29%
1	19	Ampliação e Manutenção da Rede de Iluminação Pública	7.000.000	7.000.000	4.573.406	1.848.496	1.828.731	26%
2	127	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Educação	650.000	650.000	376.769	184.358	164.984	25%
2	113	Manutenção e Funcionamento do Sine	85.000	85.000	49.862	24.931	21.074	25%
1	138	Investimentos em Equipamentos e Estrutura Física de Sa	1.544.000	1.544.000	518.181	351.773	351.773	23%
2	5	Manutenção e Funcionamento da Secretaria Municipal de	972.000	1.082.000	469.059	266.863	243.225	22%
2	74	Manutenção do Programa de Acesso ao Mundo do Trabal	140.000	140.000	46.398	32.282	31.001	22%
2	161	Manutenção do Bloco de Vigilância em Saúde	905.000	905.000	250.759	191.131	187.089	21%
1	132	Investimento em Ações de Segurança Pública e Defesa C	52.000	322.000	223.867	158.180	61.850	19%
2	160	Manutenção do Bloco de Atenção de Média e Alta Compl	4.420.000	8.232.296	6.006.989	1.529.505	1.510.925	18%
2	21	Manutenção da Secretaria da Criança, Adolescente e Juve	1.018.000	1.018.000	295.893	203.027	183.515	18%
2	76	Manutenção da Proteção Social Básica	310.000	480.000	365.286	50.934	50.934	11%
2	45	Manutenção e Funcionamento do Abrigo Municipal	320.000	320.000	86.251	35.880	27.746	9%
2	136	Manutenção da Merenda Escolar do Ensino Fundamental	1.850.000	1.850.000	513.524	311.086	124.923	7%
1	129	Investimentos em Ações de Melhoria do Ensino Fundam	4.500.000	4.500.000	2.800.303	1.717.211	300.560	7%
1	135	Investimentos em Ações e Equipamentos da Secretaria d	304.000	304.000	68.853	20.253	20.253	7%
2	137	Manutenção da Merenda Escolar do Educação Infantil e C	2.040.000	2.147.343	741.669	502.507	121.032	6%
2	81	Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de As	383.000	462.200	63.101	29.514	21.820	5%
2	142	Manutenção do Transporte Escolar	1.555.000	1.555.000	70.000	70.000	70.000	5%
1	143	Investimentos em Estrutura Física e Equipamentos na As	243.000	243.000	67.055	7.973	7.973	3%
2	38	Manutenção e Funcionamento do PROCON	101.000	101.000	9.316	7.962	3.079	3%
2	148	Manutenção da Fundação Hospitalar de Navegantes	214.000	1.214.000	51.756	37.827	34.932	3%
2	46	Manutenção do Fundo Municipal da Criança e do Adolesc	324.000	324.000	21.576	7.807	6.548	2%
2	78	Manutenção da Proteção Especial de Média Complexidad	392.000	392.000	53.304	8.638	7.461	2%
1	130	Investimentos em Ações de Melhoria do Ensino Infantil	4.000.000	4.000.000	57.883	54.411	54.411	1%
1	136	Investimentos em Ações de Drenagem e Saneamento Bá	2.501.000	2.501.000	111.537	26.795	24.520	1%
2	164	Manutenção dos Programas Vinculados com a Secretaria	779.000	779.000	229.998	4.231	4.231	1%
2	48	Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Tu	150.000	150.000	1.218	609	609	0%
1	14	Pavimentação e Recuperação de Vias e Eixos Estruturante	4.013.227	4.013.227	154.762	154.762	11.682	0%
2	168	Emendas Individuais do Legislativo Municipal - Recursos	1.606.773	0				0%
0	3	Reserva de Contingência	1.200.000	1.200.000				0%
0	799	Reserva Orçamentária do RPPS	22.375.000	22.375.000				0%
1	100	Aquisição de Veículos e Equipamentos para o FUMSCI	200.000	200.000				0%
1	121	Implantação de Macrodrenagem	2.000	2.000				0%
1	126	Construção da nova sede da Câmara de Vereadores	450.000	450.000				0%
1	131	Investimentos em Ações de Meio Ambiente, Agricultura	102.000	227.000	184.000	184.000	0	0%
1	137	Investimentos no Esporte e Construção e Reforma de Esp	250.000	250.000				0%
1	142	Investimentos em Equipamentos de Vigilância e Trânsito	130.000	130.000				0%
1	144	Investimentos em Ações da Fundação Municipal de Cultu	5.000	699.570				0%
1	133	Investimentos em Ações de Turismo, Cultura e Esportes	102.000	102.000				0%
1	61	Aquisição de terreno e construção da sede do Instituto d	220.000	220.000				0%
1	141	Investimentos em Equipamentos e Estrutura Física da Fu	152.000	758.773	0	0	0	0%

Código	Projeto / Atividade	Orçado	Orçado Atualizado	Empenhado	Liquidado	Pago	% Orç Atu. x Pago ↓	
1	140	Investimentos em Ações da Fundação Municipal do Meio Ambiente	52.000	52.000			0%	
1	101	Construção do Quartel do Corpo de Bombeiros Militar	51.000	51.000			0%	
1	125	Aquisição de imóvel para construção de nova sede da Câmara Municipal	50.000	50.000			0%	
2	37	Precatórias Judiciais	700.000	700.000	613.700	613.700	0	0%
2	57	Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Cultura	450.000	450.000	180.890	180.890	0	0%
2	63	Manutenção e Funcionamento da Lei de Incentivo ao Esporte	100.000	100.000				0%
2	69	Manutenção do Programa - IGD/SUAS	14.000	14.000				0%
2	75	Manutenção do Programa do Piso de Alta Complexidade	125.000	125.000				0%
2	77	Manutenção do Programa Bolsa Família - IGDBF/SUAS	75.000	75.000	7.235	0	0	0%
2	79	Manutenção do Programa de Ações Estratégicas do Programa de Ações Estratégicas	92.000	92.000				0%
2	80	Manutenção do Programa de Benefícios Eventuais	20.000	20.000				0%
2	121	Manutenção do Programa Pré e Pós Aposentadoria	60.000	60.000				0%
2	129	Manutenção e Funcionamento da Educação de Jovens e Adultos	150.000	150.000				0%
2	149	Compensação Ambiental	40.000	40.000				0%
2	163	Manutenção do Bloco de Gestão do SUAS	60.000	60.000	2.000	0	0	0%
2	165	Manutenção do Programa do Benefício de Prestação Continuada	34.000	34.000				0%
2	61	Manutenção e Funcionamento do Programa Viva Verão Natal	70.000	70.000				0%
2	62	Manutenção e Funcionamento do FUNDEL	50.000	50.000				0%
2	58	Manutenção e Funcionamento da Lei de Incentivo à Cultura	320.000	320.000				0%
2	166	Manutenção do Fundo Municipal para Conservação da Patrimônio Cultural	4.000	4.000				0%
2	167	Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência	160.000	160.000				0%
2	169	Emendas Individuais do Legislativo Municipal - Recursos	1.606.773	1.606.773				0%
Total Geral		337.000.000	355.572.161	197.921.135	149.470.539	136.822.317	38%	

1.5 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (CORRENTE + CAPITAL + INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)

Receitas Realizadas até o 3º Bimestre (Incluindo Intra-Orçamentárias)		R\$ 186.805.891,92
Classificação	Empenhadas	Liquidadas
Despesas Correntes	R\$ 164.625.349,55	R\$ 129.442.314,20
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 81.945.655,24	R\$ 81.872.747,25
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 450.000,00	R\$ 173.088,09
Outras Despesas Correntes	R\$ 82.229.694,31	R\$ 47.396.478,86
Despesas de Capital	R\$ 22.103.100,36	R\$ 9.962.940,02
Investimentos	R\$ 17.793.517,80	R\$ 8.079.512,42
Amortização da Dívida	R\$ 4.309.582,56	R\$ 1.883.427,60
Reserva de Contingência	R\$ -	R\$ -
Despesas Intra-Orçamentárias	R\$ 11.192.685,22	R\$ 10.065.284,70
Total	R\$ 197.921.135,13	R\$ 149.470.538,92
Resultado Orçamentário	-R\$ 11.115.243,21	R\$ 37.335.353,00
% Comprometido da Receita	106%	80%

Fonte: RREO ANEXO 1

O resultado orçamentário, ao final de um exercício financeiro, é representado subtraindo-se da Receita Arrecadada, as despesas empenhadas no referido exercício. No entanto, no decorrer do ano, deve ser avaliada/acompanhada tomando-se por base as despesas efetivamente realizadas (liquidadas), em virtude de empenhos dos tipos "Global" e "Estimativa". Desta forma, considerando-se a despesa liquidada, tem-se até o 3º bimestre do exercício de 2020 um superávit orçamentário de R\$ 37,3 milhões resultando em um comprometimento de 80% da arrecadação do período.

1.6 COMPARAÇÃO ENTRE AS RECEITAS E DESPESAS (CORRENTE + CAPITAL)

Receitas e Despesas (Valores Acumulados)	3º Bim/20
Receitas Correntes Prevista	156.229.288,23
Receitas de Capital Prevista	3.944.274,07
Total Receitas Prevista	160.173.562,30
Receitas Correntes Realizada	172.340.521,35
Receitas de Capital Realizada	4.486.022,85
Total de Receitas Realizada	176.826.544,20
% Receita Corrente Realizada / Prevista	110,3%
% Receita de Capital Realizada / Prevista	113,7%
% Receita Total Realizada / Receita Total Prevista	110,4%
Despesas Correntes Prevista	132.470.521,01
Despesas de Capital Prevista	21.872.559,36
Total Despesas Prevista	154.343.080,37
Despesas Correntes Liquidada	129.442.314,20
Despesas de Capital Liquidada	9.962.940,02
Total de Despesas Liquidadas	139.405.254,22
% Despesas Corrente Liquidada / Prevista	97,7%
% Despesa de Capital Liquidada / Prevista	45,5%
% Despesa Total Liquidada / Despesa Total Prevista	90,3%
% Despesa Liquidadas / Receita Realizada	78,8%
Meta	100,0%

Fonte: RREO ANEXO 1 + Sistema SAPO: Metas de Arrecadação e Cronograma de Desembolso

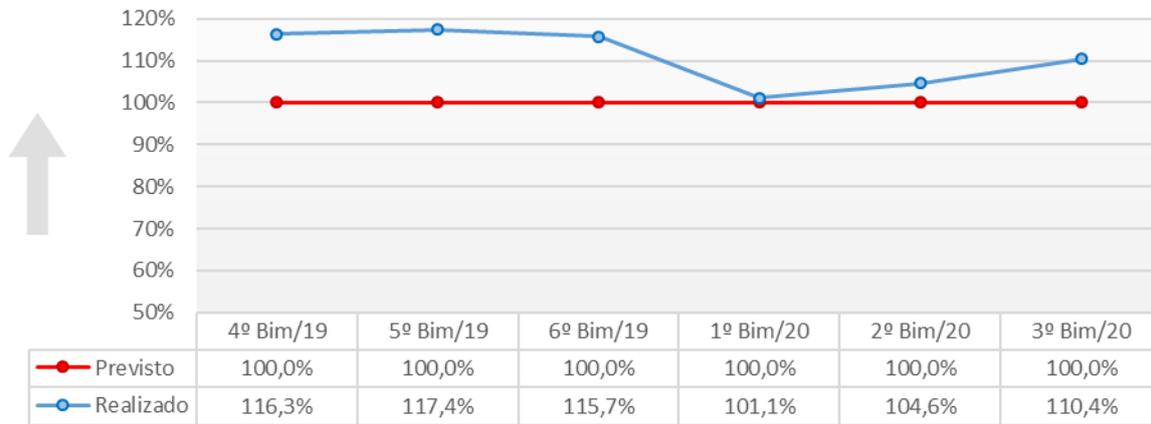
Pelos dados acima apresentados, podemos concluir que para cada R\$ 1,00 de receita corrente prevista o Município arrecadou R\$ 1,10 e para cada R\$ 1,00 de receita de capital prevista o Município arrecadou R\$ 1,13. Analisando o total da receita arrecadada, constatamos que o Município arrecadou R\$ 1,10, para cada R\$ 1,00 que havia previsto, consequentemente está cumprindo o disposto no artigo 13, da Lei Complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Analisando as despesas pelo mesmo critério, concluímos que para cada R\$ 1,00 de despesa corrente prevista o Município realizou, R\$ 0,97. Para cada R\$ 1,00 de despesa de capital prevista, o Município realizou R\$ 0,45. Com relação ao total de gastos efetuados pelo Município, concluímos que foram realizados R\$ 0,90 para cada R\$ 1,00 de despesas que havia previsto.

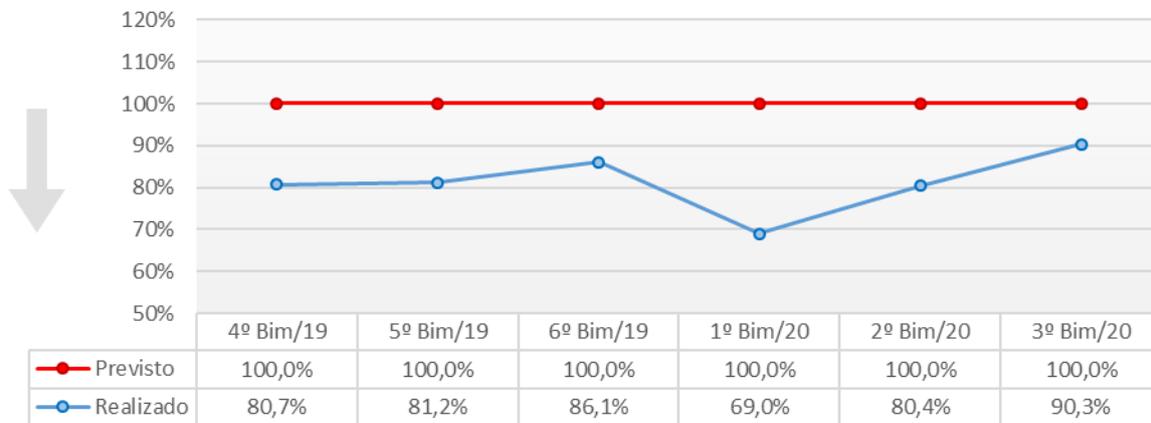
Do confronto entre o total de receita e despesas realizadas, concluímos que para cada R\$ 1,00 de receita arrecadada o município comprometeu com despesas a importância de apenas R\$ 0,78. Estes dados apontam para o fechamento com superávit orçamentário, cumprindo desta forma o artigo 48, alínea “b” da lei 4320/64 e o artigo primeiro, parágrafo primeiro da Lei Complementar 101/2000.

Para efeito desta análise não estamos levando em consideração as informações de receitas e despesas intra-orçamentárias.

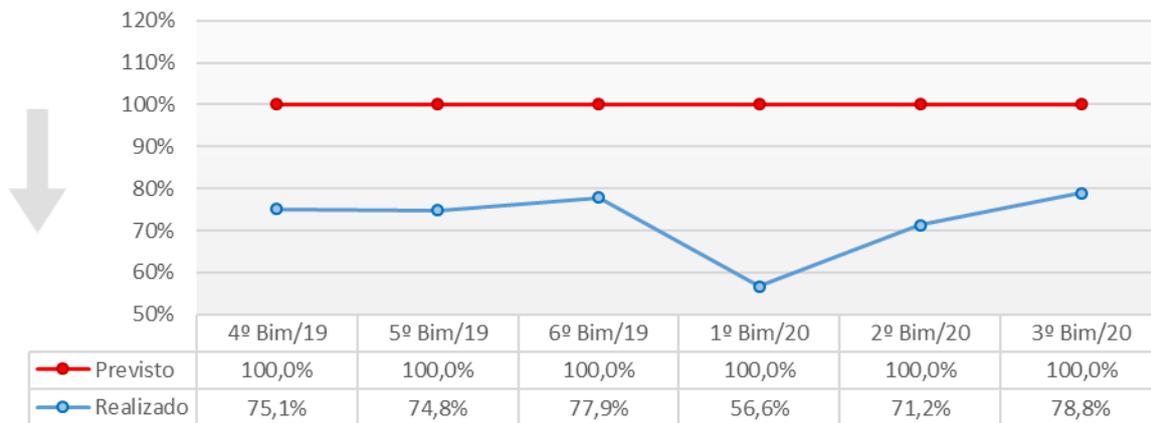
% Receita Realizada / Receita Prevista



% Despesa Liquidada / Despesa Prevista



% Despesa Liquidadas / Receita Realizada



1.7 RESULTADO PRIMÁRIO

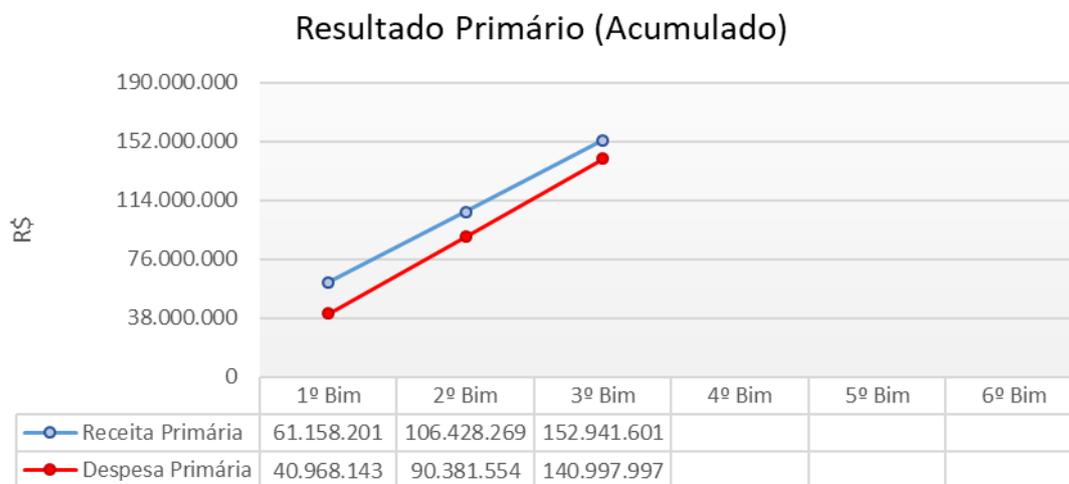
Valor Acumulado	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim
Receita Primária	61.158.201	106.428.269	152.941.601			
Despesa Primária	40.968.143	90.381.554	140.997.997			

Resultado Primário	20.190.058	16.046.715	11.943.605			
% Rec x Des	149%	118%	108%			
Meta	-8.938.200	-8.938.200	-8.938.200			

Fonte: RREO ANEXO 6

O resultado primário é um indicativo da capacidade dos governos em gerar receitas em volume suficiente para pagar suas contas usuais, sem que seja comprometida sua capacidade de administrar a dívida existente. De acordo com Manual de Demonstrativos Fiscais: Resultado primário representa a diferença entre as receitas e as despesas primárias (não-financeiras).

Neste contexto, podemos evidenciar que no encerramento do 3º bimestre de 2020 o município teve um resultado primário superavitário no montante de aproximadamente R\$ 12 milhões, sendo que esta análise leva em conta as despesas pagas.



1.8 RESULTADO NOMINAL

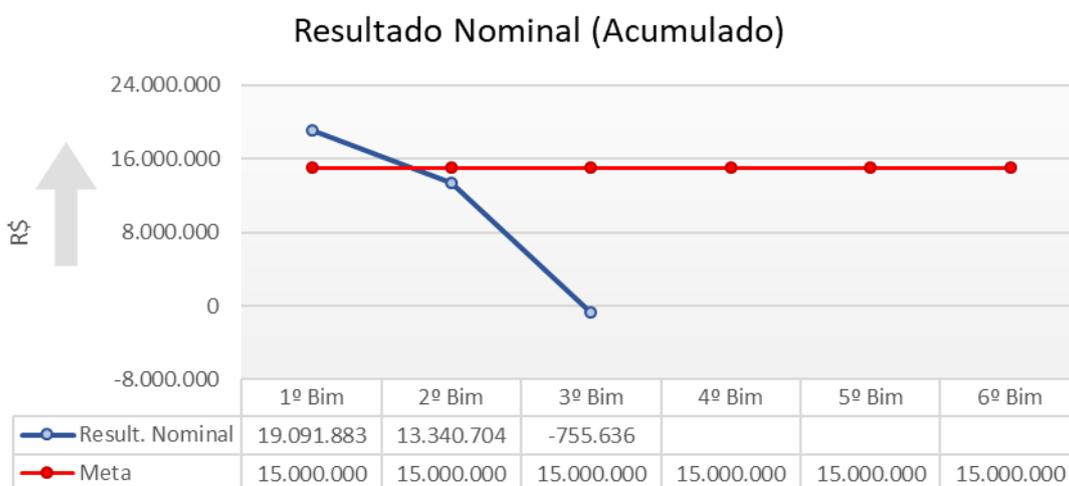
Valor Acumulado	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim	Saldo em 31/12/2019
Dívida Consolidada	27.076.491	28.431.359	29.141.140				26.901.214
Deduções (Disp. de Caixa - Rest. Pag. Proces.)	72.290.930	67.894.619	54.508.060				53.023.770
Dívida Consolidada Líquida	-45.214.439	-39.463.260	-25.366.920				-26.122.556

Resultado Nominal	19.091.883	13.340.704	-755.636			
Meta Resultado Nominal	15.000.000	15.000.000	15.000.000	15.000.000	15.000.000	15.000.000

Fonte: RREO ANEXO 6

O resultado nominal é o conceito fiscal amplo e representa a diferença entre o fluxo agregado de receitas totais (inclusive de aplicações financeiras) e de despesas totais (inclusive despesas com juros), em determinado período. Essa diferença corresponde à Necessidade de Financiamento do Setor Público. De acordo com Manual de Demonstrativos Fiscais: O objetivo da apuração do Resultado Nominal é medir a evolução da Dívida Fiscal Líquida.

Neste contexto o resultado nominal apresentou neste período um valor negativo de R\$ 755,6 mil, ficando abaixo da meta estipulada para este exercício.



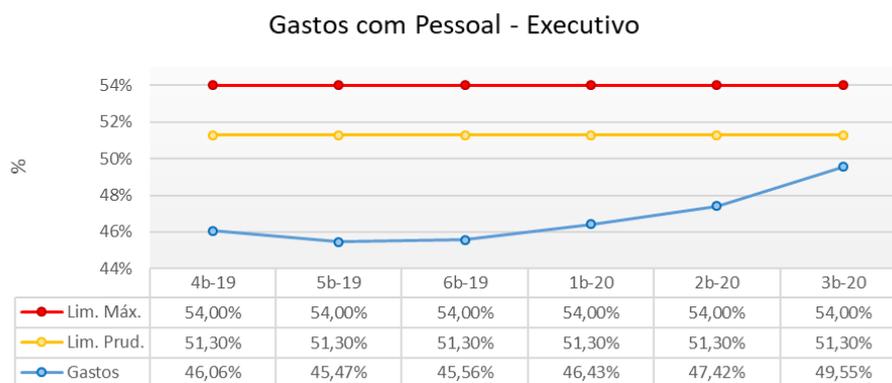
2 LIMITES CONSTITUCIONAIS E DA LRF

2.1 LIMITE DE GASTOS COM PESSOAL

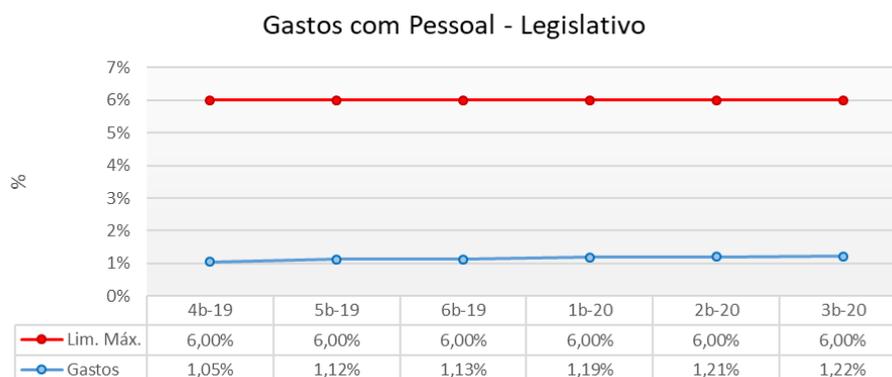
Valor Acumulado	4b-19	5b-19	6b-19	1b-20	2b-20	3b-20
Receita Corrente Líquida Ajustada (últimos 12 meses)	307.592.579	315.639.534	321.223.915	321.945.031	324.866.863	330.200.326
Limite máximo de gastos com pessoal - Poder Executivo (54%)	166.099.993	170.445.348	173.460.914	173.850.317	175.428.106	178.308.176
Limite prudencial de gastos com pessoal - Poder Executivo (51,3%)	157.794.993	161.923.081	164.787.869	165.157.801	166.656.701	169.392.767
Gastos com pessoal do Poder Executivo (12 meses)	141.686.278	143.523.447	146.354.028	149.484.700	154.039.070	163.613.030
Percentual de gastos com pessoal - Poder Executivo	46,06%	45,47%	45,56%	46,43%	47,42%	49,55%
Limite máximo de gastos com pessoal - Poder Legislativo (6%)	18.455.555	18.938.372	19.273.435	19.316.702	19.492.012	19.812.020
Gastos com pessoal do Poder Legislativo (12 meses)	3.223.259	3.549.596	3.635.262	3.846.324	3.928.271	4.021.401
Percentual de gastos com pessoal - Poder Legislativo	1,05%	1,12%	1,13%	1,19%	1,21%	1,22%
Limite máximo de gastos com pessoal - Consolidado (60%)						
Gastos com pessoal - Consolidado (12 meses)	144.909.536	147.073.043	149.989.290	153.331.024	157.967.341	167.634.431
Percentual de gastos com pessoal - Consolidado	47,11%	46,60%	46,69%	47,63%	48,63%	50,77%

Fonte: RREO Anexo 3 (RCL) + RGF Anexo 1 (Gastos)

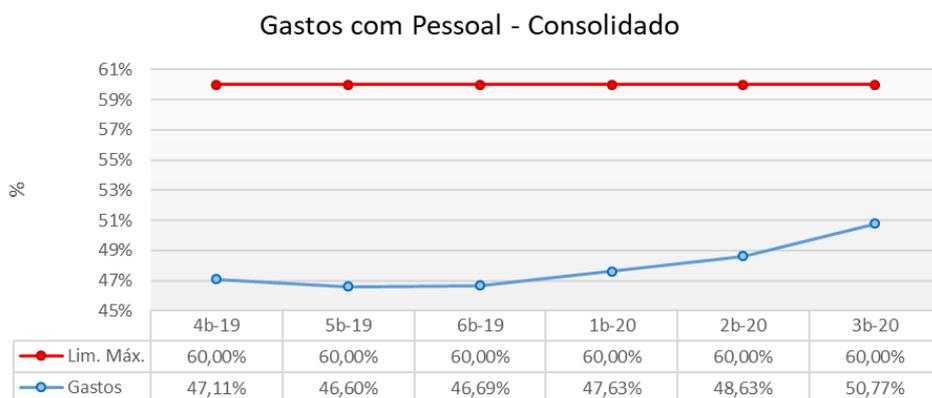
Pode-se observar na tabela acima e pelo gráfico abaixo, que o Poder Executivo Municipal está cumprindo o limite máximo de gastos com pessoal (abaixo de 54,0%). Fazendo a verificação do percentual gasto apenas no que se refere ao limite prudencial (51,3%) o resultado está 1,75% abaixo. Com este resultado não pode deixar de ser mencionado que a curva de gastos com pessoal continua de forma ascendente e aumentando de forma gradual com o passar dos períodos analisados.



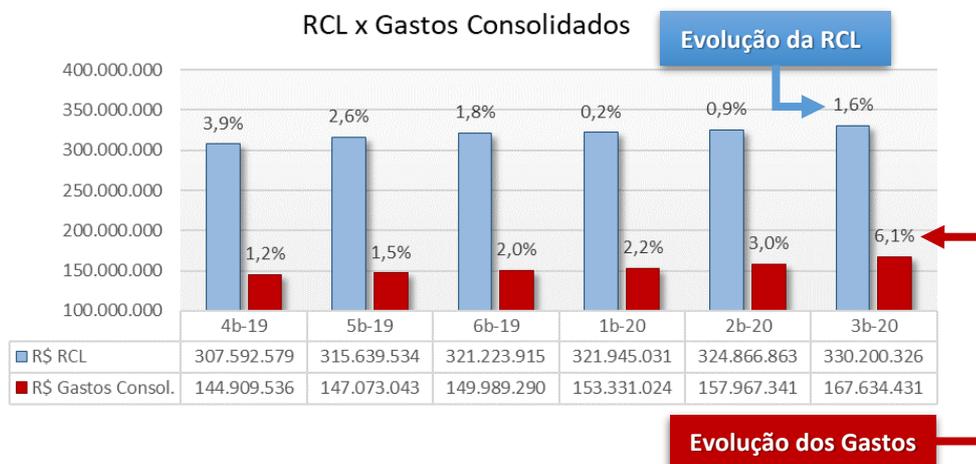
De acordo com o gráfico acima é possível observar que está ocorrendo um aumento bimestre a bimestre neste índice, sendo que neste último período encontra-se o maior resultado nos últimos 12 meses (49,55%). Vale ressaltar que os gastos em valores absolutos com a folha aumentaram em R\$ 9,5 milhões no terceiro bimestre em comparação com o segundo bimestre. Caso a RCL venha a reduzir nos próximos períodos poderá acarretar no aumento abrupto deste índice.



Com relação aos gastos do Legislativo, o índice continua ficando bem abaixo do limite, não necessitando de nenhuma atuação no momento.



Nas informações consolidadas, o índice está cerca de 9,23% abaixo do limite máximo permitido, mas também reflete o maior índice dos últimos 12 meses.



No gráfico acima é possível verificar o comportamento percentual da evolução da RCL e dos Gastos Consolidados comparando com os períodos anteriores, nos dois primeiros bimestre (4b-19 e 5b-19) sempre ocorreu uma evolução maior da RCL do que dos gastos consolidados, mas nos últimos quatro bimestre (6b-19, 1b-20, 2b-20 e 3b-20) os gastos consolidados subiram período a período, em especial no 3º bimestre de 2020 em que dobrou o percentual em comparação com o período anterior, enquanto a RCL resultou sempre em um percentual abaixo. Mesmo com uma característica histórica de que no início de cada exercício a arrecadação tenha um impacto forte nos cofres públicos, principalmente no tributo IPTU, não foi possível vislumbrar um aumento significativo na evolução da RCL. Sendo assim deve-se monitorar a evolução dos resultados e tomar medidas para não ocorrer novamente uma possível entrada no limite prudencial.

2.2 LIMITE DA DÍVIDA PÚBLICA

Valor Acumulado	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim	Saldo em 31/12/2019
Dívida Consolidada	27.076.491	28.431.359	29.141.140				26.901.214
Deduções	72.291.432	67.894.619	54.508.060				53.023.770
Dívida Consolidada Líquida	-45.214.941	-39.463.260	-25.366.920				-26.122.556

Receita Corrente Líquida Ajustada	321.945.031	324.866.863	330.200.326				321.223.915
-----------------------------------	-------------	-------------	-------------	--	--	--	-------------

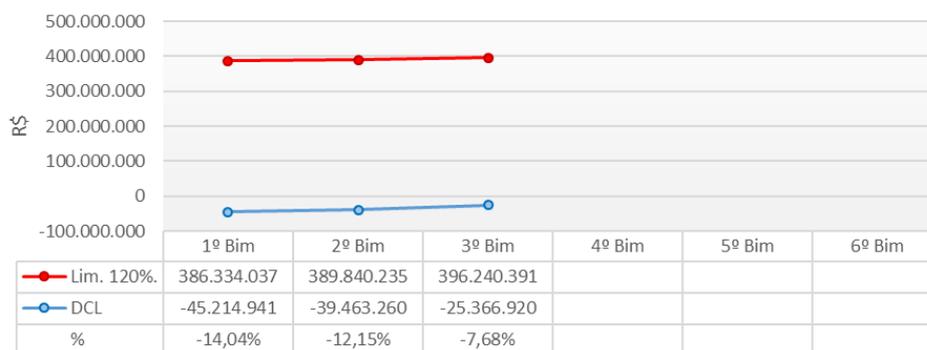
Limite Definido pelo Senado Federal (120% da RCL)	386.334.037	389.840.235	396.240.391				385.468.698
---	-------------	-------------	-------------	--	--	--	-------------

% da DCL de Navegantes sobre a RCL	-14,04%	-12,15%	-7,68%				-8,13%
------------------------------------	---------	---------	--------	--	--	--	--------

Fonte: RGF Anexo 2

Observa-se na tabela acima, que o Município não atinge o limite da dívida pública definido pelo Senado Federal. O limite é consideravelmente alto e o endividamento municipal pode ser considerado baixo.

Dívida Consolidada Líquida

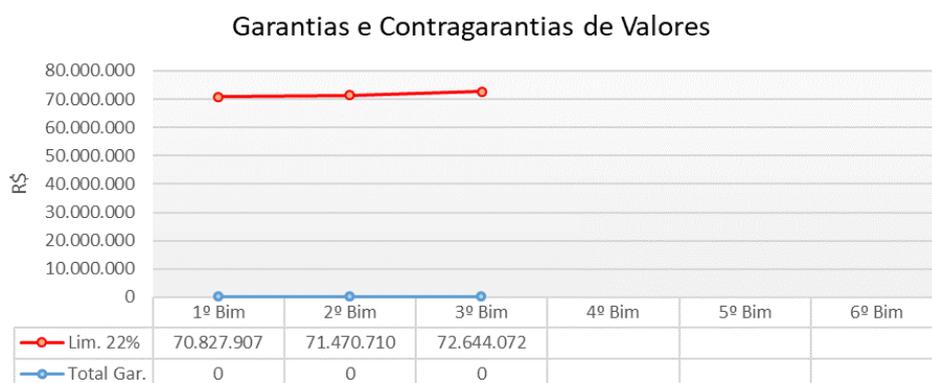


2.3 GARANTIAS E CONTRA GARANTIAS DE VALORES

Valor Acumulado	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim	Saldo em 31/12/2019
Receita Corrente Líquida Ajustada	321.945.031	324.866.863	330.200.326				323.026.029
Limite Definido pelo Senado Federal (22% da RCL)	70.827.907	71.470.710	72.644.072				71.065.726
Total de Garantias Concedidas pelo Município	0	0	0				0
% da DCL de Navegantes sobre a RCL	0,00%	0,00%	0,00%				0,00%

Fonte: RGF Anexo 3

O Município de Navegantes, no 3º bimestre do exercício de 2020, não concedeu garantias.



2.4 LIMITE DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS

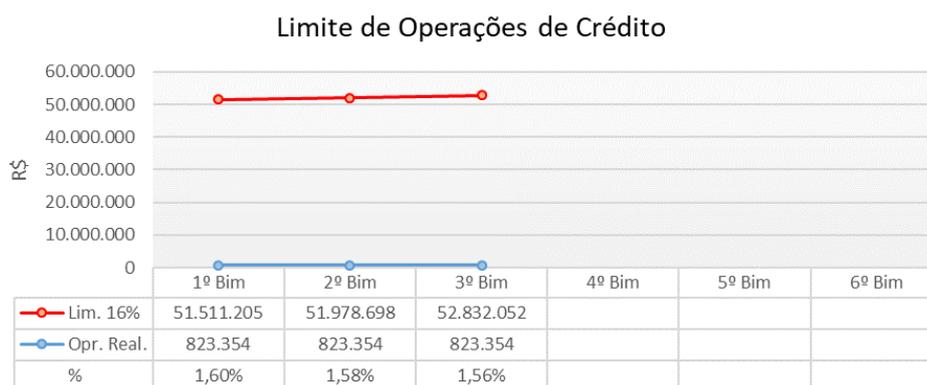
Valor Acumulado	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim
Receita Corrente Líquida Ajustada	321.945.031	324.866.863	330.200.326			
Limite Definido pelo Senado Federal (16% da RCL)	51.511.205	51.978.698	52.832.052			

Total de Operações de Crédito realizadas	823.354	823.354	823.354			
--	---------	---------	---------	--	--	--

% da DCL de Navegantes sobre a RCL	1,60%	1,58%	1,56%			
------------------------------------	-------	-------	-------	--	--	--

Fonte: RGF Anexo 4

Observa-se nos demonstrativos acima que o Município de Navegantes não contratou nova operação de crédito no período.



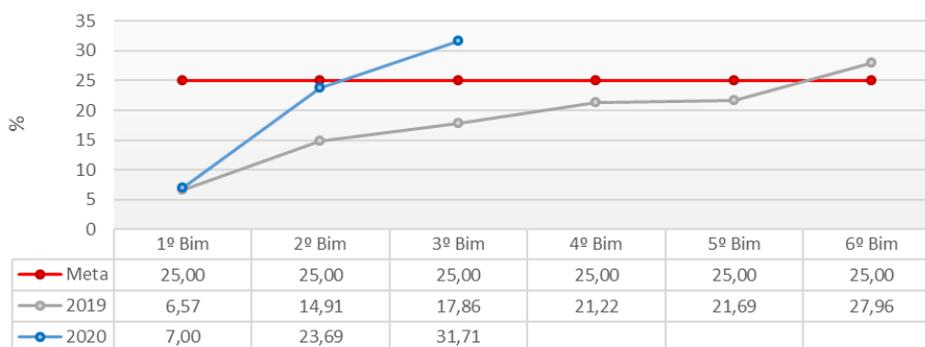
2.5 DOS GASTOS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO:

Aplicação de 25% da Receita de Impostos (art. 212 CF)	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim
36 - Total das Despesas para Fins de Limite	2.735.992	14.705.016	26.744.545			
3 - Total das Receitas com Impostos	39.109.297	62.062.052	84.345.735			
Valor Mínimo a ser Aplicado (25% das Receitas com Impostos)	9.777.324	15.515.513	21.086.434			
Valor Acima/Abaixo do Limite (25%)	-7.041.332	-810.497	5.658.111			
Percentual Aplicado 2020	7,00	23,69	31,71			
Meta 2020	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00
Percentual Aplicado 2017	10,28	13,57	21,38	24,28	24,12	27,06
Percentual Aplicado 2018	12,00	17,20	22,34	24,48	23,46	25,55
Percentual Aplicado 2019	6,57	14,91	17,86	21,22	21,69	27,96

Fonte: RREO Anexo 8

Pelos dados apresentados acima, fica evidenciado que o Município aumentou o percentual de aplicação dos recursos no terceiro bimestre em comparação com o período anterior deste ano. Com os dados deste bimestre, o Município conseguiu obter um resultado financeiro de apenas R\$ 5,658 milhões acima da meta, o que resultou em uma aplicação de 31,71% e com isso cumprindo o disposto no artigo 212 da Constituição Federal, que define a aplicação mínima de 25% da Receita resultante de Impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção do desenvolvimento do ensino.

Limite Constitucional - Educação



Este mesmo comportamento ocorreu no exercício do ano anterior, onde nos primeiros bimestres não foi alcançado a meta estabelecida, mas no decorrer do exercício o Município foi aumentando os investimentos nesta área e acabou superando a meta (limite mínimo) no final do ano. No entanto o resultado apresentado neste terceiro bimestre é bem melhor que o do ano anterior, fazendo uma comparação do terceiro bimestre de 2020 com o mesmo período de 2019 o percentual aplicado foi 13,85% maior.

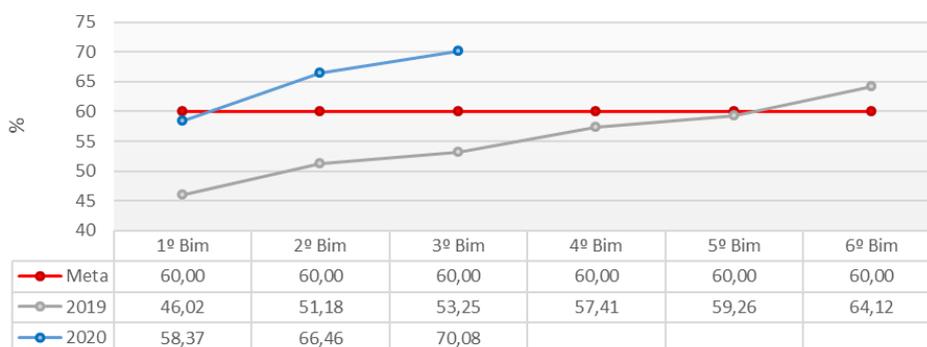
Aplicação mínima de 60% dos recursos do FUNDEB (art. 22 da Lei 11.494/2007)	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim
11 - Receitas Recebidas do FUNDEB	13.725.793	25.196.883	35.201.186			
60% dos Recursos Recebidos do FUNDEB	8.235.476	15.118.130	21.120.711			
13 - Pagamento dos profissionais do magistério	8.011.860	16.746.970	24.669.509			
Valor +/- do percentual de 60% do FUNDEB c/ Prof. do Magistério	-223.616	1.628.841	3.548.797			
Percentual Aplicado 2020	58,37	66,46	70,08			
Meta 2020	60,00	60,00	60,00	60,00	60,00	60,00
Percentual Aplicado 2017	77,42	81,84	85,75	85,71	79,30	76,51
Percentual Aplicado 2018	54,13	59,87	62,39	62,62	59,42	60,70
Percentual Aplicado 2019	46,02	51,18	53,25	57,41	59,26	64,12

Fonte: RREO Anexo 8

Com relação as despesas do FUNDEB, conclui-se que pelos valores despendidos com pagamento da remuneração dos professores do ensino fundamental e profissionais em efetivo exercício no magistério, o Município

aplicou 70,08% do total de recursos disponíveis, ou seja, valor acima da meta que é de 60% conforme disposto no Artigo 60, §5, do ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, na forma da Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006.

Aplicação mínima de 60% - FUNDEB



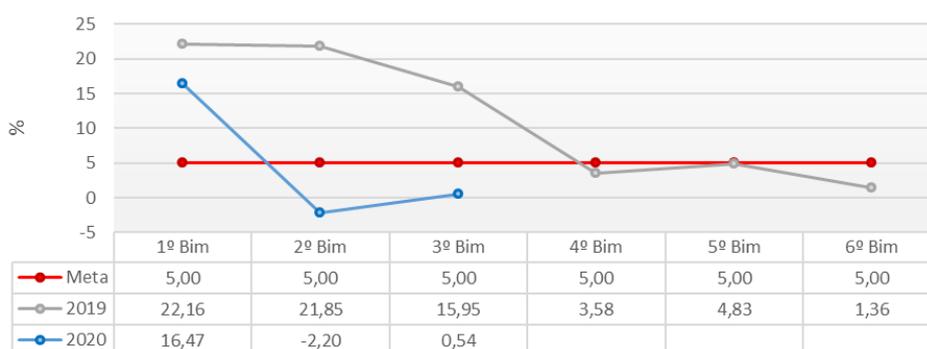
De acordo com o gráfico apresentado, é possível verificar o comportamento histórico deste índice, onde em 2019 esta meta só foi atingida no último bimestre, situação que demonstra uma situação confortável nestes primeiros resultados de 2020.

Máximo de 5% não aplicado no exercício dos recursos do FUNDEB (art. 21 da Lei 11.494/2007)	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério	58,37	66,46	70,08			
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério	25,16	35,74	29,38			
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício	16,47	-2,20	0,54			
Meta 2020	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
Percentual Aplicado 2018	9,30	-0,49	-5,02	-5,66	-0,17	3,34
Percentual Aplicado 2019	22,16	21,85	15,95	3,58	4,83	1,36

Fonte: RRED Anexo 8

Com relação a não aplicação máxima de 5% dos recursos provenientes do FUNDEB, o resultado neste bimestre encerrou dentro do limite definido, com resultado de não aplicação de apenas 0,54%.

Máximo de 5% não aplicado - FUNDEB



De acordo com o gráfico apresentado, é possível verificar o comportamento deste índice, no início do exercício estava muito longe de ser alcançado, mas a partir do 2º bimestre o resultado já foi atingido, com isto cumprindo o disposto no art. 21 da lei 11.494/2007.

2.6 DOS GASTOS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE:

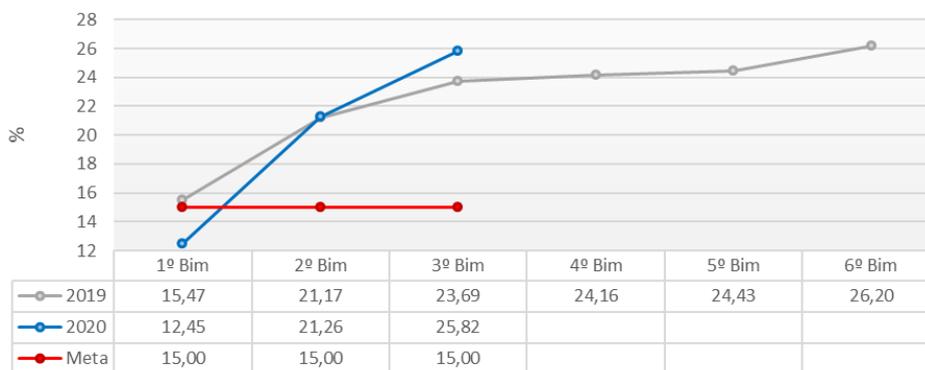
Aplicação de 15% da Receita com Impostos com Saúde	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim
IV - Total das despesas com ações e serviços públicos de saúde	4.867.289	13.195.161	21.766.084			
V - Total das deduções consideradas para fins de limite constitucional	0	0	0			
Total das despesas para efeito de cálculo (IV - V)	4.867.289	13.195.161	21.766.084			
Total das receitas com impostos (base de cálculo para a saúde)	39.106.874	62.057.160	84.315.180			
Valor mínimo a ser aplicado (15% das receitas com impostos)	5.866.031	9.308.574	12.647.277			
Valor acima/abaixo do percentual de 15% das receitas com impostos	-998.742	3.886.587	9.118.807			
Percentual aplicado 2020	12,45	21,26	25,82			
Percentual mínimo a ser aplicado 2020	15,00	15,00	15,00			
Percentual aplicado acima/abaixo 2020	-2,55	6,26	10,82			
Percentual aplicado 2017	13,01	18,06	20,22	22,17	22,68	24,20
Percentual aplicado 2018	15,05	20,13	21,82	23,63	24,38	25,03
Percentual aplicado 2019	15,47	21,17	23,69	24,16	24,43	26,20

Fonte RREO ANEXO 12

Como pode ser evidenciado nos dados acima apresentados, o Município aplicou de recursos próprios em ações básicas de saúde, o montante de R\$ 21,766 milhões. Realizando a dedução dos valores que não são considerados para o cálculo do limite constitucional, o resultado foi de 25,82% de aplicação da receita proveniente de impostos no período. Desta forma, fica evidente que o Município está significativamente acima do limite constitucional de 15,00%, CUMPRINDO o disposto no Artigo 198, da Constituição Federal, combinado com o Artigo 77, do ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

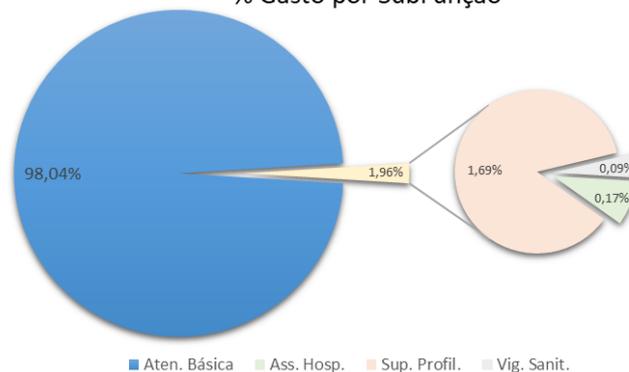
Vale mencionar que para efeito do cálculo deste índice, no 3º bimestre há a utilização dos valores liquidados, diferentemente do utilizado no último bimestre do exercício em que são usados os valores empenhados.

Limite Constitucional - Saúde



De acordo com o gráfico anterior, é possível verificar que o percentual dos gastos com a saúde está significativamente acima da meta, repetindo praticamente o mesmo comportamento do exercício anterior.

% Gasto por SubFunção



3 ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO

3.1 ATOS DO LEGISLATIVO

O Poder Legislativo Municipal no desempenho de suas funções de legislar, fiscalizar e julgar até o 3º bimestre de 2020 realizou:

Atos do Legislativo	Acumulado
----------------------------	------------------

Sessões	
Sessões Ordinárias	23
Sessões Extraordinárias	4
Sessões Solenes	0
Audiências Públicas	1
Total	28

Legislativo	
Projeto de Lei Ordinária	13
Projeto de Lei Complementar	0
Decreto Legislativo	5
Resolução	5
Emenda a LOM	1
Total	24

Executivo	
Projeto de Lei Ordinária	14
Projeto de Lei Complementar	3
Projeto de Emenda a LOM	0
Total	17

Proposições	
Indicação	255
Portaria	11
Recurso	0
Requerimento	93
Total	359

3.2 CÂMARA DE VEREADORES VERSUS LIMITES IMPOSTOS PELA LC Nº 101/2000 (LRF)

DADOS RELACIONADOS A CÂMARA DE VEREADORES (Acumulado):	3º Bim
Valor da Receita Corrente Líquida (12 meses)	R\$ 330.200.325,92

Total Gastos Pessoal Ativo (últimos 12 meses)	R\$ 4.086.641,27
Total Gastos Inativos e Pensionistas (últimos 12 meses)	R\$ 0,00
Contratos de Terceirização (artigo 18 da LRF)	R\$ 35.144,54
Total das despesas com pessoal	R\$ 4.121.785,81
Limite Legal Permitido (art. 20 da LRF - 6% da RCL)	R\$ 19.812.019,56
Limite Prudencial (art. 20 da LRF - 5,7% da RCL)	R\$ 18.821.418,58
Diferença em valor do Limite Legal	-R\$ 15.690.233,75
Percentual Aplicado	1,25%
Diferença em Percentual	-4,75%

Valor da Receita Tributária e das Transferências de Impostos (exercício anterior)	R\$ 174.328.050,78
Valor Suprimento Permitido até o período (7%)	R\$ 12.202.963,55
Valor dos Suprimentos Repassados até o período	R\$ 2.777.500,02

Limite da Folha em Relação aos Suprimentos (70%)	R\$ 8.542.074,49
Valor Gastos de Pessoal da Câmara até o período	R\$ 1.974.264,31

Percentual de Gastos em relação so Suprimentos Permitidos	16,18%
Percentual de Gastos em relação so Suprimentos Recebidos	71,08%

Repasse efetuado no Prazo?	<input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Datas do Repasse	18/05 e 18/06

Fonte: Câmara de Vereadores

Como pode ser evidenciado nos dados acima apresentados, a Câmara de Vereadores, até a presente data está cumprindo os limites de pessoal estabelecidos no Artigo 169, da Constituição Federal, combinado com o disposto no Artigo 20, inciso III, alínea (a), da Lei Complementar 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal. Com referência ao artigo 29-a, inciso I, da Constituição Federal, conclui-se que o Município está cumprindo os limites nele estabelecidos, ou seja, os suprimentos até então repassados não superam a cifra de 7% da Receita Tributária e das transferências previstas no §5, do Artigo 153 e nos Artigos 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior. Com referência ao total dispendido pela Câmara de Vereadores com folha de pagamento, conclui-se que está sendo cumprido o limite de 70% do valor de sua receita (suprimentos permitidos), na forma de que dispõe o artigo 29-A, §1 da Constituição Federal. A

transferência dos suprimentos para a Câmara de Vereadores foi efetuada no prazo, ou seja, foi obedecido o estabelecido no artigo 29-a, §2º, inciso II, da Constituição Federal.

3.3 DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Ativo Financeiro

Valor do Saldo Disponível	R\$ 307.968,29
Valor do Saldo Realizável	R\$ 0,00
Total Ativo Financeiro	R\$ 307.968,29

Passivo Financeiro

Valor dos Restos a Pagar	R\$ 0,00
Valor das DDO	R\$ 0,00
Valor das Despesas Liquidadas a Pagar	R\$ 0,00
Total Passivo Financeiro	R\$ 0,00

Quociente	R\$ 0,00
-----------	----------

Fonte: Câmara Municipal de Navegantes

O quadro acima aponta uma situação favorável, evidenciando que o Poder Legislativo possui saldo financeiro disponível para arcar com as obrigações do exercício até este bimestre.

3.4 DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Transferência Corrente Prevista até o Período	R\$ 2.777.500,02
Valor dos Suprimentos Repassados até o período	R\$ 2.777.500,02

Percentual da Transferência Recebida em relação a Prevista	100%
---	-------------

Despesa Corrente Prevista até o período	R\$ 2.477.499,96
Despesa Capital Prevista até o período	R\$ 299.999,94
Total da Despesa Prevista até o Período	R\$ 2.777.499,90

Despesa Corrente Realizada até o período	R\$ 2.527.581,81
Despesa Capital Realizada até o período	R\$ 35.356,96
Total da Despesa Realizada até o Período	R\$ 2.562.938,77

Percentual da despesa Realizada em relação a prevista	92,28%
Saldo Orçamentário	R\$ 214.561,13

Fonte: Câmara Municipal de Navegantes

Pelos dados aqui apresentados, podemos concluir que as Transferências recebidas pela Câmara de Vereadores correspondem a 100% do valor previsto para o período. Em se tratando da Despesa da Câmara de Vereadores, conclui-se que do Orçamento previsto no valor de R\$ 2,777 milhões, foi executada a importância de R\$ 2,563 milhões, o que corresponde a 92,28%. Comparando a Transferência recebida com as Despesas realizadas, tem-se um **SUPERÁVIT** Orçamentário Corrente no valor de R\$ 214,56 mil.

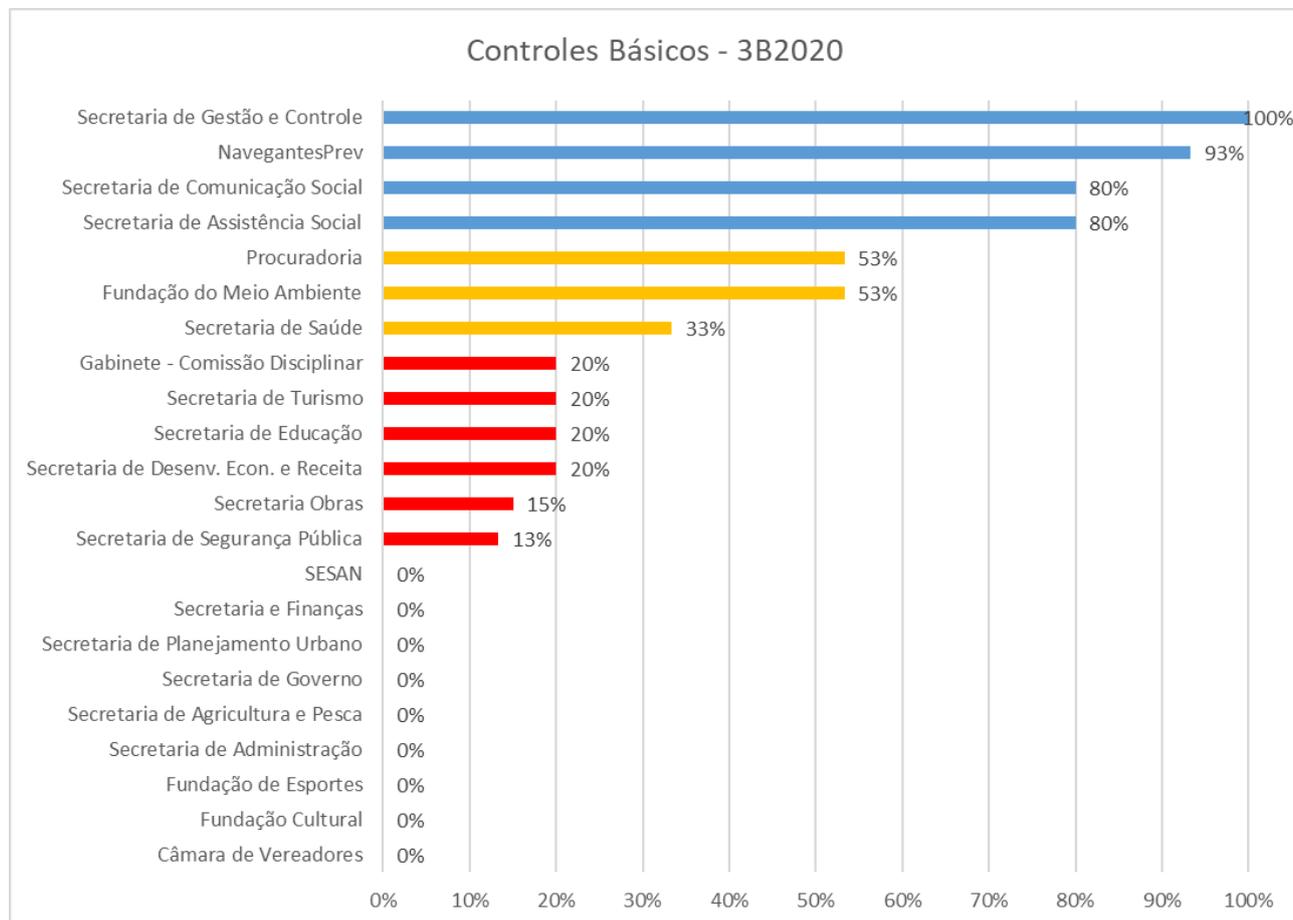
4 RESULTADO DA PESQUISA ELETRÔNICA (AÇÕES DE MONITORAMENTO)

Neste capítulo, apresentamos os resultados da pesquisa realizada com todas as entidades e órgãos da Prefeitura Municipal de Navegantes, através de sistema informatizado de formulário eletrônico (google forms) e posteriormente analisadas e tabuladas as respostas pelo Controle Interno do Município. Neste exercício de 2020 o sistema utilizado no momento é um paliativo, uma vez que houve um processo licitatório para aquisição de um novo sistema de controle interno, inclusive com um módulo voltado apenas para as pesquisas periódicas, mas o processo não foi finalizado com êxito.

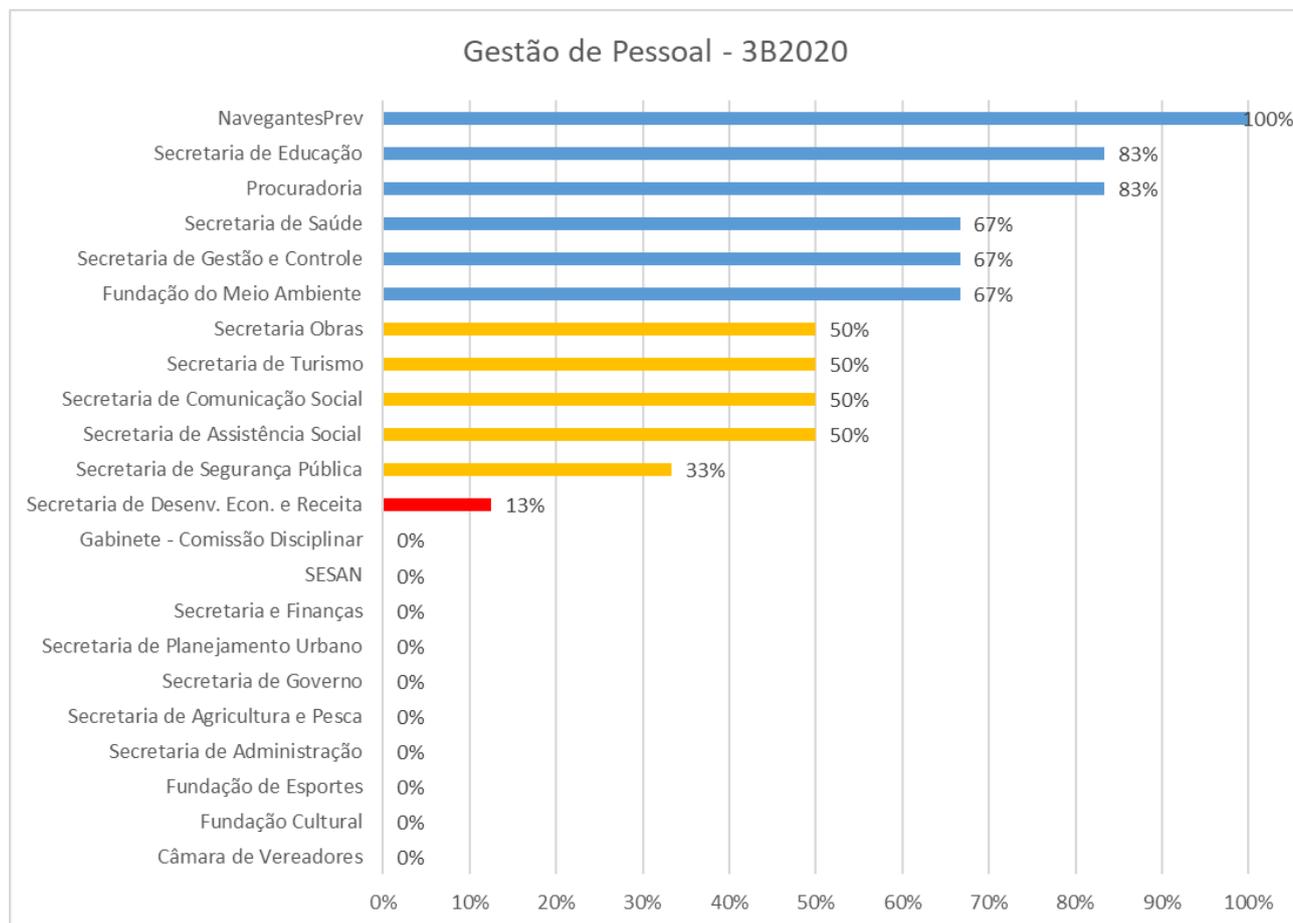
Na pesquisa/questionário relativo ao 3º bimestre de 2020, o sistema foi alimentado com 7 formulários, sendo quatro formulários de temas específicos, um para cada uma das áreas da Saúde, Educação, Câmara de Vereadores, Comissão Disciplinar e Programa Pro-Gestão do NavegantesPrev, um formulário direcionado para temas de Ambiente de Controle que poderiam atingir no máximo 31 áreas/secretarias e uma voltado para Almoxarifado. Ao todo, caso houvesse participação integral na pesquisa, seriam analisados 805 quesitos.

Segue, no decorrer desse capítulo, uma apresentação geral do resultado da tabulação dos dados dos quesitos de ambiente de controle, que trata de perguntas padronizadas enviadas a todas as áreas, e também apontamentos do que achamos mais relevante e que possam contribuir de alguma forma para elucidar a situação dos respectivos órgãos que foram obtidas das áreas específicas.

Com a tabulação das respostas recebidas relativas à temática “ambiente de controle” foi possível gerar dois índices: Controles Básicos e Gestão de Pessoal. O primeiro, chamado de Índice de Controles Básicos, tem o intuito de acompanhar a evolução de temas básicos de controles administrativos em cada uma das áreas, onde são abordados via questionamentos os seguintes assuntos: comunicação interna adequada, controles internos formais, documentos padronizados revisados, estudos recorrentes das IN, fiscais de contrato, indicadores de gestão, mecanismos de controle das informações, princípio da legalidade e reuniões periódicas formalizadas.



O segundo é o Índice de Gestão de Pessoal, que tem como objetivo acompanhar a aplicabilidade das boas práticas com foco nos colaboradores, através dos temas: escalonamento de férias, mão de obra suficiente, plano de capacitação e segregação de funções.

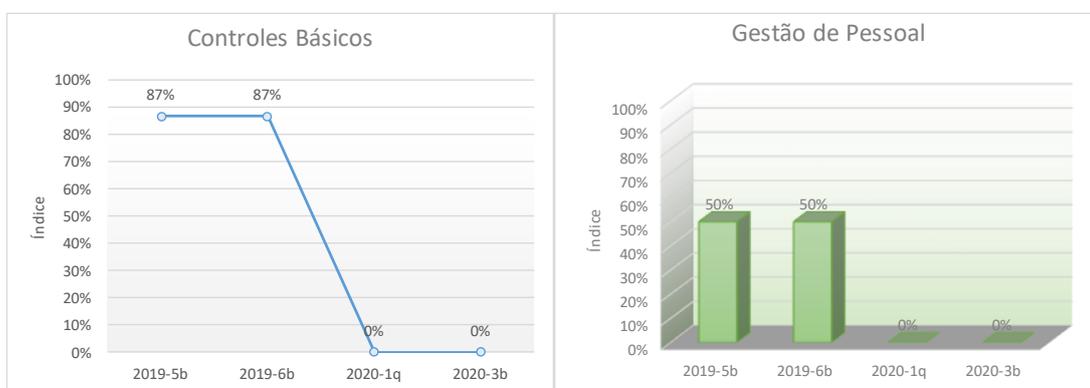


Existem resultados apresentados com o valor do índice igual a zero, isto significa que a área não atendeu a nenhum dos temas do respectivo índice ou não participou da pesquisa no respectivo quadrimestre, o que influencia significativamente de maneira negativa o índice de análise de risco, que é utilizado para a definição do plano de auditoria anual.

4.1 PODER EXECUTIVO

4.1.1 FUNDAÇÃO CULTURAL

	Tema do Quesito	Peso	2019-5b	2019-6b	2020-1q	2020-3b
Controles Básicos	Comunicação interna adequada	1	Sim	Sim	Não	Não
	Controles internos formais	2	Sim	Sim	Não	Não
	Documentos padronizados revisados	1	Sim	Sim	Não	Não
	Estudos recorrentes das IN	1	Sim	Sim	Não	Não
	Fiscais de contrato	2	Não	Não	Não	Não
	Indicadores de gestão	3	Sim	Sim	Não	Não
	Mecanismos de controle das informações	1	Sim	Sim	Não	Não
	Princípio da legalidade	3	Sim	Sim	Não	Não
Reuniões periódicas formalizadas	1	Sim	Sim	Não	Não	
Gest. Pessoal	Escalonamento de férias	1	Sim	Sim	Não	Não
	Mão de obra suficiente	2	Não	Não	Não	Não
	Plano de capacitação	1	Não	Não	Não	Não
	Segregação de funções	2	Sim	Sim	Não	Não



A referida área não participou da pesquisa neste bimestre, evidenciando o descumprimento ao Decreto nº 233/2018, IN 003/2018 e da Lei nº 1417/2001. Caso ocorra a reincidência da não prestação de informações, iremos recomendar a instauração de procedimento administrativo disciplinar para apuração dos fatos e responsabilização de quem deu causa. Esta prática inviabiliza/limita as atividades de controle interno

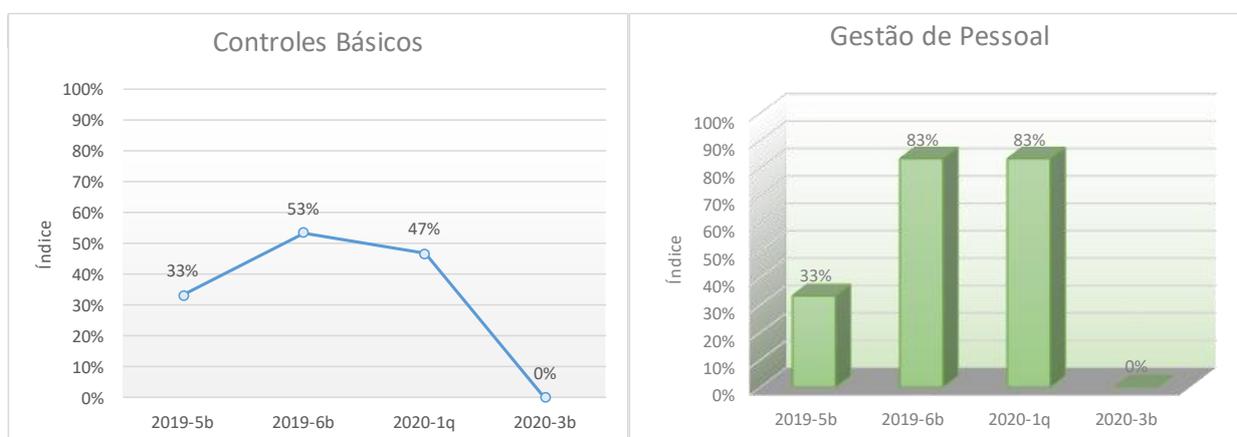
Status das recomendações do Órgão Central do Sistema de Controle Interno não atendidas ou parcialmente atendidas:

Nro Seq	Data	Origem	Descrição do Processo	Entidade	Assunto	Nº Rec	Recomendações Emitidas	Status	Manifestação do Órgão
451	22/08/2019	Auditoria Ordinária	005/2017 - Lei de Incentivo à Cultura	Fundação Cultural	Prejetos Financiados por Fundo Municipal	1	Follow Up Auditoria Ordinária - Abertura de Processo Administrativo para apuração de responsabilidades quanto à falta de contrapartida social ao Projeto Revivendo Antigos Carnavais	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
452	22/08/2019	Auditoria Ordinária	005/2017 - Lei de Incentivo à Cultura	Fundação Cultural	Prejetos Financiados por Fundo Municipal	2	Follow Up Auditoria Ordinária - Abertura de Processo Administrativo para apuração de responsabilidades, quanto à participação de servidor público no Projeto Revivendo Antigos Carnavais, bem como sugere-se que a Fundação mantenha a restrição nos próximos editais e proceda à análise dos currículos de forma mais criteriosa;	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
453	22/08/2019	Auditoria Ordinária	005/2017 - Lei de Incentivo à Cultura	Fundação Cultural	Prejetos Financiados por Fundo Municipal	3	Follow Up Auditoria Ordinária - Que se faça uma análise mais criteriosa dos currículos em relação à experiência de trabalho em eventos culturais, em respeito ao edital, pois assim os projetos serão desenvolvidos com mais qualidade;	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
454	22/08/2019	Auditoria Ordinária	005/2017 - Lei de Incentivo à Cultura	Fundação Cultural	Prejetos Financiados por Fundo Municipal	4	Follow Up Auditoria Ordinária - Abertura de Procedimento Administrativo para ressarcimento dos valores a quem deu causa ao pagamento de servidor público no Projeto Revivendo Antigos Carnavais, de forma irregular, visto que sua participação era vedada pelo edital.	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
302	27/08/2018	Auditoria Ordinária	005/2017 - Lei de Incentivo à Cultura	Fundação Cultural	Prejetos Financiados por Fundo Municipal	1	Abertura de Processo Administrativo pela falta de contrapartida social do Projeto Revivendo Antigos Carnavais	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período 68/19: Não houve resposta deste item neste período 58/19: A Fundação Cultural, após a decisão da CONAC, notificou o proponente que se manifestou dentro do prazo estabelecido. Em relação a esta recomendação a Fundação
303	27/08/2018	Auditoria Ordinária	005/2017 - Lei de Incentivo à Cultura	Fundação Cultural	Prejetos Financiados por Fundo Municipal	2	Abertura de Processo Administrativo pela subcontratação de servidor público (participante do Projeto Revivendo Antigos Carnavais)	Recomendação Parcialmente Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período 68/19: A Fundação Cultural aguarda a abertura de processo administrativo solicitado em outubro de 2019. 58/19: A Fundação Cultural, após decisão da CONAC, notificou o proponente, que se manifestou dentro do prazo

4.1.2 FUNDAÇÃO DE ESPORTES

	Tema do Quesito	Peso	2019-5b	2019-6b	2020-1q	2020-3b
Controles Básicos	Comunicação interna adequada	1	Sim	Sim	Sim	Não
	Controles internos formais	2	Não	Não	Não	Não
	Documentos padronizados revisados	1	Sim	Sim	Não	Não
	Estudos recorrentes das IN	1	Sim	Sim	Sim	Não
	Fiscais de contrato	2	Sim	Não	Não	Não
	Indicadores de gestão	3	Não	Não	Não	Não
	Mecanismos de controle das informações	1	Não	Sim	Sim	Não
	Princípio da legalidade	3	Não	Sim	Sim	Não
Reuniões periódicas formalizadas	1	Não	Sim	Sim	Não	

Gest. Pessoal	Escalonamento de férias	1	Não	Sim	Sim	Não
	Mão de obra suficiente	2	Não	Sim	Sim	Não
	Plano de capacitação	1	Não	Não	Não	Não
	Segregação de funções	2	Sim	Sim	Sim	Não



A referida área não participou da pesquisa neste bimestre, evidenciando o descumprimento ao Decreto nº 233/2018, IN 003/2018 e da Lei nº 1417/2001. Caso ocorra a reincidência da não prestação de informações, iremos recomendar a instauração de procedimento administrativo disciplinar para apuração dos fatos e responsabilização de quem deu causa. Esta prática inviabiliza/limita as atividades de controle interno

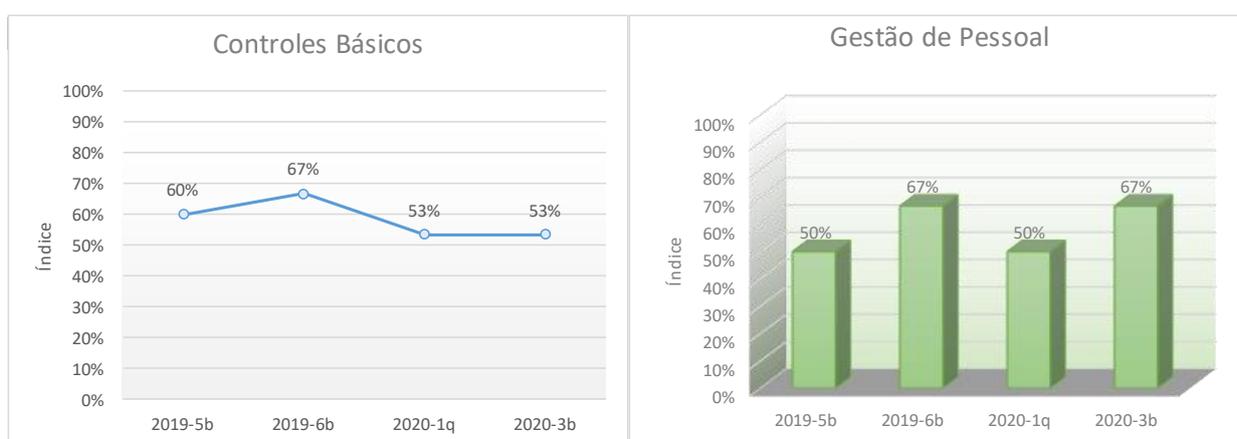
Status das recomendações do Órgão Central do Sistema de Controle Interno não atendidas ou parcialmente atendidas:

Nro Seq	Data	Origem	Descrição do Processo	Entidade	Assunto	Nº Rec	Recomendações Emitidas	Status	Manifestação do Órgão
314	27/04/2018	Auditoria Ordinária	005/2017-06/2017 - FUNDEL e Bolsa Atleta	Fundação de Esportes	2. Bolsa Atleta (relatório final reanálise)	4	A alteração do edital para conter apenas a expressão "bolsa estudiantil" e excluir o termo "bolsa-atleta estudiantil"	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Mantemos como Bolsa Atleta 68/19: Continua no momento como bolsa Atleta 58/19: Continua no momento como bolsa Atleta 48/19: Continua no momento como bolsa Atleta 38/19: Continua no momento como bolsa Atleta
324	27/04/2018	Auditoria Ordinária	005/2017-06/2017 - FUNDEL e Bolsa Atleta	Fundação de Esportes	2.1 Bolsa Atleta (relatório final reanálise)	14	Apresentação à esta Secretaria um Plano de Ação (figura 1 no relatório), com o planejamento das ações pretendidas para a concretização dos objetivos	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não foi realizado o fundel em 2020 68/19: Não foi realizado o fundel em 2019 58/19: Não foi realizado o fundel em 2019 48/19: Não foi realizado o fundel em 2019 38/19: Sem novas informações adicionais neste período da
455	30/10/2019	Parecer de Verificação	004/2018 - JEN 2017	Fundação de Esportes	1. Abertura de PAD - Verificar valores pagos pela Sol Sul Eventos à Servidora Gabriela Boff	1	Recomendação também solicitada pela Sindicância 001/2019, conforme Termo de Julgamento publicado no DOM em 16/05/2019, que irá verificar tanto o valor quanto a orientação ou não do gestor, assim como a responsabilidade deste, visto ser responsável pela fiscalização do contrato.	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
456	30/10/2019	Parecer de Verificação	004/2018 - JEN 2017	Fundação de Esportes	2. Abertura de PAD - Pagamento Antecipado	2	Recomenda-se abertura de PAD para verificar responsáveis pelo pagamento antecipado da Categoria de Tênis de Mesa.	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Sem informações adicionais nesta pesquisa.
457	30/10/2019	Parecer de Verificação	004/2018 - JEN 2017	Fundação de Esportes	3. Inclusão de exigência da qualificação dos profissionais nos próximos editais	3	Recomenda-se inclusão de cláusula que exija qualificação dos profissionais, independentemente do tipo de contratação (Exemplo: Registro válido junto à Federação ou Entidade esportiva da modalidade e/ou Certificado de Curso específico aferido por Federação ou Entidade Esportiva da Modalidade).	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Sem informações adicionais nesta pesquisa.
458	30/10/2019	Parecer de Verificação	004/2018 - JEN 2017	Fundação de Esportes	4. Recomendamos a retirada dos itens que geraram restrição de competitividade nos editais futuros para contratação de árbitros/mesários	4	Recomenda-se a revisão do item do lote, com 12 árbitros por dia. A cotação de preço deve ser por diária, e no caso de exigência de determinado número de pessoas por dia, que seja feita de forma coerente e que se comprove a necessidade.	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Sem informações adicionais nesta pesquisa.

459	30/10/2019	Parecer de Verificação	004/2018 - JEN 2017	Fundação de Esportes	5. Recomendação Abertura de Processo Administrativo Disciplinar pela contratação de servidor público servidor de Navegantes através do Edital 10/2016.	5	Recomenda-se abertura de Processo Administrativo Disciplinar a fim de verificar responsabilidade pela contratação do Servidor Sebastião Delamar de Souza Torres, professor municipal, que prestou serviços de arbitragem, recebendo valores financeiros através do edital 10/2016, assim como o ressarcimento aos cofres públicos.	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Sem informações adicionais nesta pesquisa.
460	30/10/2019	Parecer de Verificação	004/2018 - JEN 2017	Fundação de Esportes	6. Recomendação Abertura de Procedimento Administrativo para verificar se houve contratação de servidor público servidor de Navegantes através do Edital 10/2016.	6	O Servidor Jonathan Cesar Maia, professor municipal que estava em licença sem vencimentos, mas, conforme e-mail da FME, foi indicado a prestar serviços de arbitragem pelo edital 10/2016. Se for constatada a sua participação deve-se abrir PAD para verificação da responsabilidade e ressarcimento dos cofres públicos.	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Sem informações adicionais nesta pesquisa.
461	30/10/2019	Parecer de Verificação	004/2018 - JEN 2017	Fundação de Esportes	7. Abertura de PAD – Contratação de Servidores	7	Recomenda-se abertura de PAD para verificar todos os nomes dos prestadores de serviços contratados e verificar se há vínculo com a administração pública direta e indireta de Navegantes. Conforme itens anteriores, foi possível identificar pelo menos dois servidores públicos de Navegantes que prestaram	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Sem informações adicionais nesta pesquisa.
462	30/10/2019	Parecer de Verificação	004/2018 - JEN 2017	Fundação de Esportes	8. Inclusão do BDI como regra em Editais	8	Que a Administração Pública Municipal implemente o BDI como regra nos Editais	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Sem informações adicionais nesta pesquisa.
463	30/10/2019	Parecer de Verificação	004/2018 - JEN 2017	Fundação de Esportes	9. Inclusão do BDI como regra em Editais	9	Que a Administração Pública Municipal implemente o BDI como regra nos Editais, com a obrigatoriedade de se exigir no certame demonstrativo que comprove se os custos dos insumos são coerentes com os de mercado, evidenciando os custos dos serviços, encargos e a margem de lucro.	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Sem informações adicionais nesta pesquisa.
464	30/10/2019	Parecer de Verificação	004/2018 - JEN 2017	Fundação de Esportes	Sugere-se para os próximos certames para contratação de árbitros/mesários a utilização de Edital de Credenciamento	10	Sugere-se a utilização de Edital de Credenciamento para contratação de árbitros/mesários de forma direta, sem intermediários, visando a economicidade nos gastos públicos.	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Sem informações adicionais nesta pesquisa.
465	30/10/2019	Parecer de Verificação	004/2018 - JEN 2017	Fundação de Esportes	Sugere-se para os próximos certames para contratação de árbitros/mesários a inclusão de cláusula de vedação da subcontratação de servidores	11	Tanto a Lei 8666 quanto pré-julgado vedam a participação de servidores públicos de participar direta ou indiretamente da prestação de serviços terceirizados. A inclusão dessa cláusula no Edital vem a reforçar a vedação.	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Sem informações adicionais nesta pesquisa.
466	30/10/2019	Parecer de Verificação	004/2018 - JEN 2017	Fundação de Esportes	Sugere-se a ampla divulgação dos nomes dos prestadores de serviços	12	Sugere-se inclusão de cláusula que exija relação dos profissionais que irão prestar os serviços, que essa relação seja pública.	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Sem informações adicionais nesta pesquisa.
322	27/04/2018	Auditoria Ordinária	005/2017 - FUNDEL e Bolsa Atleta	Fundação de Esportes	3. Bolsa Atleta (relatório final reanálise)	12	Instauração de Processo Disciplinar para apurar a responsabilidade de pelo ressarcimento do montante de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) que foi pago aos atletas do jiu-jitsu que não estão matriculados em instituição de ensino, conforme exige a Lei Municipal n. 9 2612/2012 e o Decreto Municipal n. 9 260/2013	Recomendação Parcialmente Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: a arquivada. 6B/19: Questão já foi colocada em pauta e arquivada. 5B/19: Não aconteceu reembolso. 4B/19: Não aconteceu reembolso. 3B/19: SGC - Favor esclarecer a ação tomada, foi aberta PAD
313	27/04/2018	Auditoria Ordinária	005/2017 - FUNDEL e Bolsa Atleta	Fundação de Esportes	2. Bolsa Atleta (relatório final reanálise)	3	Protocolo das inscrições via sistema online, ou a alteração do edital para que permita a inscrição por meio de procuração	Recomendação Parcialmente Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Estamos utilizando inscrição on-line 6B/19: Estamos verificando para este ano a inscrição on line 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Estamos verificando para este ano a inscrição on line 3B/19: Estamos verificando para este ano a inscrição on line
319	27/04/2018	Auditoria Ordinária	005/2017 - FUNDEL e Bolsa Atleta	Fundação de Esportes	2. Bolsa Atleta (relatório final reanálise)	9	Seja elaborada uma Instrução Normativa para adequação dos trabalhos da FME com a legislação vigente, em especial, no que se refere à bolsa atleta	Recomendação Parcialmente Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Foram solicitadas alterações. Devem ser atendidas ainda este ano. 6B/19: Foram solicitadas alterações.. 5B/19: Foram solicitadas alterações.. 4B/19: Foram solicitadas alterações..
312	27/04/2018	Auditoria Ordinária	005/2017 - FUNDEL e Bolsa Atleta	Fundação de Esportes	2. Bolsa Atleta (relatório final reanálise)	2	Que a FME observe com mais rigor a escolaridade do atleta e exija o comprovante de matrícula em instituição de ensino público ou privado	Recomendação Parcialmente Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Sem informações adicionais 6B/19: Professores solicitam aos atletas a obrigação de frequentar a escola. 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Continua no momento como bolsa Atleta

4.1.3 FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

	Tema do Quesito	Peso	2019-5b	2019-6b	2020-1q	2020-3b
Controles Básicos	Comunicação interna adequada	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Controles internos formais	2	Sim	Sim	Sim	Sim
	Documentos padronizados revisados	1	Sim	Sim	Não	Não
	Estudos recorrentes das IN	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Fiscais de contrato	2	Não	Não	Não	Não
	Indicadores de gestão	3	Não	Não	Não	Não
	Mecanismos de controle das informações	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Princípio da legalidade	3	Sim	Sim	Sim	Sim
Gest. Pessoal	Reuniões periódicas formalizadas	1	Não	Sim	Não	Não
	Escalonamento de férias	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Mão de obra suficiente	2	Não	Não	Não	Não
	Plano de capacitação	1	Não	Sim	Não	Sim
	Segregação de funções	2	Sim	Sim	Sim	Sim



A não existência de documentos padronizados é algo a ser melhorado, uma vez que protocolos, requisições, formulários, checklist, etc. são documentos que comumente são utilizados pelos setores e que podem sofrer atualizações frequentes a fim de melhorar a dinâmica das atividades. Não enviou a evidência conforme solicitado.

Durante o envio da informação dos fiscais de contrato foi relacionado apenas o nome dos colaboradores, mas não a qual contrato ele está vinculado, sendo esta uma exigência incluída na pesquisa, além também do envio de um dos relatórios de fiscalização emitidos no período, mas que também não foi disponibilizado.

O setor não possui nenhum indicador de gestão pré-estabelecido, o que dificulta monitorar se as atividades do setor estão sendo eficazes e atingindo sua efetividade, pois o que não é medido não é melhorado.

Informado que são feitas reuniões periódicas, mas foi enviado uma ata de FEVEREIRO e não do período relacionado a pesquisa. Sugerimos a adoção desta prática de realização de reuniões periódicas, visando a discussão das atividades do setor, reformulações, definição de metas etc., com os devidos registros, como forma de garantir a formalização das decisões tomadas, bem como o acompanhamento das ações.

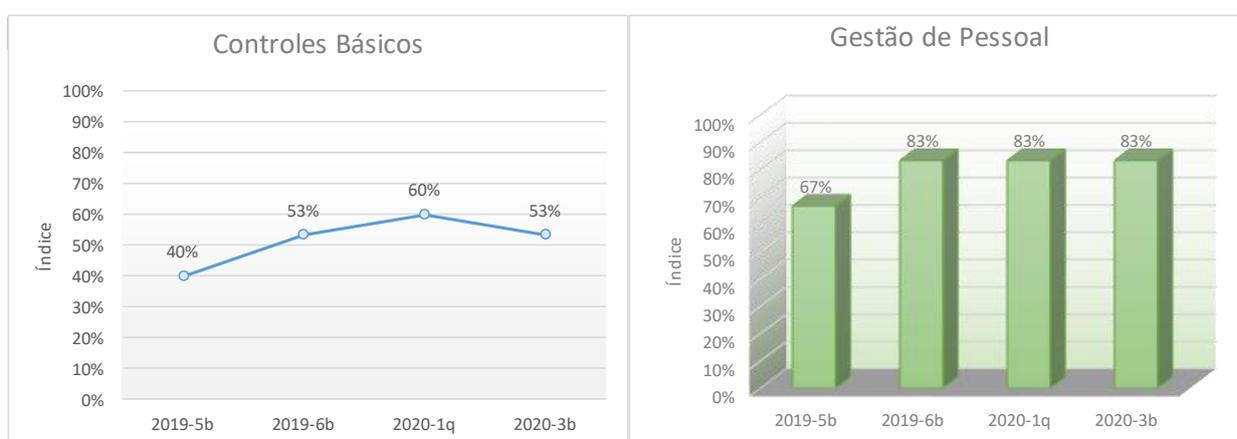
De acordo com o informado pela área, a quantidade de pessoal para o exercício das atividades do setor não é suficiente, sendo informado que o ideal seria a contratação de analistas para suprir a demanda de serviços no Departamento Técnico, poderia ter sido enviado também um organograma desejável para a área.

Status das recomendações do Órgão Central do Sistema de Controle Interno não atendidas ou parcialmente atendidas:

Nro Seq	Data	Origem	Descrição do Processo	Entidade	Assunto	Nº Rec	Recomendações Emitidas	Status	Manifestação do Órgão
490	05/03/2020	Parecer de Verificação	Parecer Nº 002/2020	Fundação do Meio Ambiente	Denúncia Depósito de Lixo Irregular - Secretaria de Gestão e Controle recebeu denuncia de deposito de lixo irregular, em terreno publico.	1	FUMAN: encaminhe à SGC cópia dos documentos com as devidas providências adotadas referente ao possível dano ambiental e licenças concedidas (Depósito de lixo em terreno público onde está o centro de Treinamento dos Bombeiros Voluntários).	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
295	08/05/2018	Auditoria Ordinária	004/2017 - Recursos de Compensação Ambiental, financeiros e não financeiros	Fundação do Meio Ambiente	7.4. Ebuodo de Vistoria (CELESC) – nº 034/2017	73	Apresentar cópia da LAO (Corretiva) e do ofício mencionado que permite o uso de áreas de preservação permanente para fins particulares; Laudo de Vistoria (CELESC) – nº 034/2017 - Proprietário: Patricia dos Santos. Requerente: EV Aluguel de Máquinas Ltda ME.	Recomendação Parcialmente Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 68/19: Em análise nesta Fundação 58/19: Em análise nesta Fundação 48/19: Em análise nesta Fundação. 38/19: Em análise nesta Fundação.
283	08/05/2018	Auditoria Ordinária	004/2017 - Recursos de Compensação Ambiental, financeiros e não financeiros	Fundação do Meio Ambiente	7.4. Ebuodo de Vistoria (CELESC) – nº 034/2017	3	Apresentar cópia da LAO (Corretiva) e do ofício mencionado no Laudo de Vistoria (CELESC) – nº 034/2017 (Proprietário: Patricia dos Santos/Requerente: EV Aluguel de Máquinas Ltda ME) que permite o uso de área de preservação permanente para fins particulares;	Recomendação Parcialmente Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 68/19: Em análise nesta Fundação 58/19: Em análise nesta Fundação 48/19: Em análise nesta Fundação. 38/19: Em análise nesta Fundação.
260	08/05/2018	Auditoria Ordinária	004/2017 - Recursos de Compensação Ambiental, financeiros e não financeiros	Fundação do Meio Ambiente	4.7.2. Divergência na interpretação da fórmula	36	Promover a regulamentação adequada na legislação que estabelece as taxas (Exemplo Não está discriminado ao que se refere a metragem (m²))	Recomendação Parcialmente Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 68/19: Fase final 58/19: Alteração ainda não concluída. Aguarda encaminhamento de projeto de lei para aprovação do prefeito e encaminhamento ao poder legislativo
241	08/05/2018	Auditoria Ordinária	004/2017 - Recursos de Compensação Ambiental, financeiros e não financeiros	Fundação do Meio Ambiente	3.9. Movimentação Financeira	18	Verificar com setor jurídico da Fundação e da Prefeitura sobre as funções e cargos dos servidores lotados na FUMAN, para corrigir possíveis não conformidades	Recomendação Parcialmente Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 68/19: Foi encaminhado o ofício 113/2019/FUMAN reiterando o ofício 118/2018 para Sec. de Administração 58/19: Foi encaminhado o ofício 113/2019/FUMAN reiterando o ofício 118/2018 para Sec. de Administração

4.1.4 PROCURADORIA

	Tema do Quesito	Peso	2019-5b	2019-6b	2020-1q	2020-3b
Controles Básicos	Comunicação interna adequada	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Controles internos formais	2	Não	Sim	Sim	Não
	Documentos padronizados revisados	1	Não	Não	Não	Não
	Estudos recorrentes das IN	1	Sim	Sim	Não	Sim
	Fiscais de contrato	2	Não	Não	Sim	Sim
	Indicadores de gestão	3	Não	Não	Não	Não
	Mecanismos de controle das informações	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Princípio da legalidade	3	Sim	Sim	Sim	Sim
Reuniões periódicas formalizadas	1	Não	Não	Não	Não	
Gest. Pessoal	Escalonamento de férias	1	Não	Sim	Sim	Sim
	Mão de obra suficiente	2	Sim	Sim	Sim	Sim
	Plano de capacitação	1	Não	Não	Não	Não
	Segregação de funções	2	Sim	Sim	Sim	Sim



O setor não adota mecanismos de controle interno formalmente instituídos (normas internas, uso de manuais de procedimentos, etc.), com isto chegamos à conclusão que as atividades são realizadas de maneira empírica, nos usos e costumes, o que não é

A não existência de documentos padronizados é algo a ser melhorado, uma vez que protocolos, requisições, formulários, checklist, etc. são documentos que comumente são utilizados pelos setores e que podem sofrer atualizações frequentes a fim de melhorar a dinâmica das atividades. Enviou a informação sobre as peças processuais e não sobre documentos padronizados.

O setor não possui nenhum indicador de gestão pré-estabelecido, o que dificulta monitorar se as atividades do setor estão sendo eficazes e atingindo sua efetividade, pois o que não é medido não é melhorado.

Informado que não são feitas reuniões periódicas e conseqüentemente não existe registros em atas. Sugerimos a adoção desta prática de realização de reuniões periódicas, visando a discussão das atividades do setor, reformulações, definição de metas etc., com os devidos registros, como forma de garantir a formalização das decisões tomadas, bem como o acompanhamento das ações.

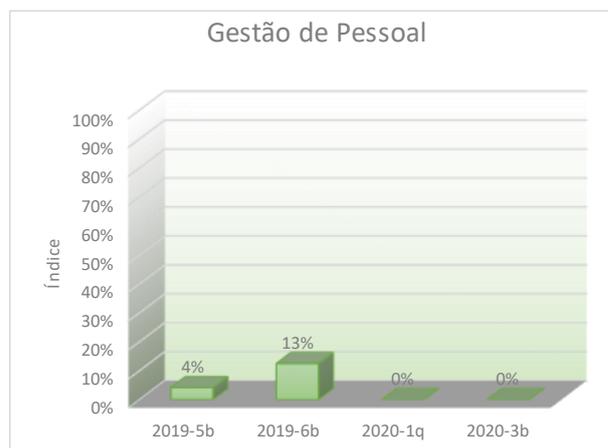
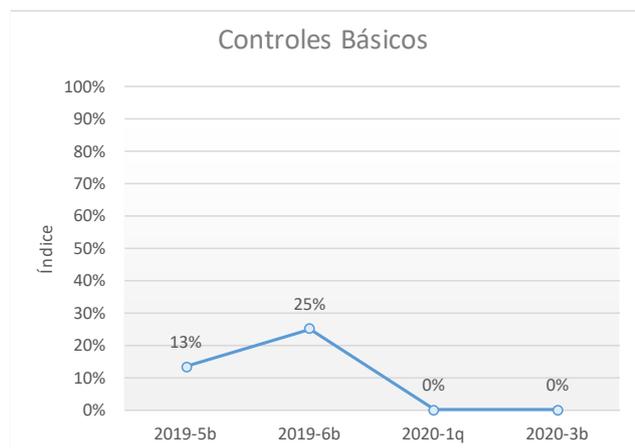
Não existe previsibilidade para capacitação dos colaboradores, o que contraria a ideia de melhoria continua programada. Poderia ser informado uma meta estipulada para um determinado período, como por exemplo, efetuar 4 treinamentos por ano, ou realizar 40 horas de capacitação em treinamentos e evidenciar a quantidade executada versus a programada.

4.1.5 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

a	Administração e Logística (Compras)
b	Administração e Logística (Patrimônio)
c	Administração e Logística (RH)
d	Administração e Logística (TI - Tecnologia da Informação)

	Tema do Quesito	Subárea	Peso	2019-5b				2019-6b				2020-1q				2020-3b			
				a	b	c	d	a	b	c	d	a	b	c	d	a	b	c	d
Controles Básicos		Comunicação interna adequada	1	N	S	N	S	S	S	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
		Controles internos formais	2	N	N	N	N	S	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
		Documentos padronizados revisados	1	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
		Estudos recorrentes das IN	1	N	S	N	N	S	S	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
		Fiscais de contrato	2	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
		Indicadores de gestão	3	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
		Mecanismos de controle das informações	1	N	S	N	S	S	S	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
		Princípio da legalidade	3	N	S	N	N	S	S	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
		Reuniões periódicas formalizadas	1	N	N	N	N	S	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N

Gest. Pessoal		Escalonamento de férias	1	N	S	N	N	N	S	N	N	N	N	N	N	N	N	N
		Mão de obra suficiente	2	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
		Plano de capacitação	1	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
		Segregação de funções	2	N	N	N	N	S	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N



COMPRAS:

A referida área **NÃO** participou da pesquisa neste bimestre pela **SEGUNDA** vez consecutiva, evidenciando o descumprimento ao Decreto nº 233/2018, IN 003/2018 e da Lei nº 1417/2001. Caso ocorra a reincidência da não prestação de informações, iremos recomendar a instauração de procedimento administrativo disciplinar para apuração dos fatos e responsabilização de quem deu causa. Esta prática inviabiliza/limita as atividades de controle interno

PATRIMÔNIO:

A referida área **NÃO** participou da pesquisa neste bimestre pela **SEGUNDA** vez consecutiva, evidenciando o descumprimento ao Decreto nº 233/2018, IN 003/2018 e da Lei nº 1417/2001. Caso ocorra a reincidência da não prestação de informações, iremos recomendar a instauração de procedimento administrativo disciplinar para apuração dos fatos e responsabilização de quem deu causa. Esta prática inviabiliza/limita as atividades de controle interno

RECURSOS HUMANOS:

A referida área **NÃO** participou da pesquisa pela **QUINTA** vez consecutiva, evidenciando o descumprimento ao Decreto nº 233/2018, IN 003/2018 e da Lei nº 1417/2001. Caso ocorra a reincidência da não prestação de

informações, iremos recomendar a instauração de procedimento administrativo disciplinar para apuração dos fatos e responsabilização de quem deu causa. Esta prática inviabiliza/limita as atividades de controle interno

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO:

A referida área **NÃO** participou da pesquisa pela **TERCEIRA** vez consecutiva, evidenciando o descumprimento ao Decreto nº 233/2018, IN 003/2018 e da Lei nº 1417/2001. Caso ocorra a reincidência da não prestação de informações, iremos recomendar a instauração de procedimento administrativo disciplinar para apuração dos fatos e responsabilização de quem deu causa. Esta prática inviabiliza/limita as atividades de controle interno

Status das recomendações do órgão central do sistema de controle interno não atendidas ou parcialmente atendidas de todas as áreas da administração:

Nro Seq	Data	Origem	Descrição do Processo	Entidade	Assunto	Nº Rec	Recomendações Emitidas	Status	Manifestação do Órgão
467	26/03/2019	Auditoria Extraordinária	Parecer Nº 004/2019	Sec. Administração (Patrimônio)	Melhoramentos do site de transparência, com opções de busca individualizada (exemplo: por placa de veículo, por modelo, por secretaria...) e com	13	Melhoramentos do site de transparência, com opções de busca individualizada (exemplo: por placa de veículo, por modelo, por secretaria...) e com relatórios gerenciais.	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
468	26/03/2019	Auditoria Extraordinária	Parecer Nº 004/2019	Sec. Administração (Patrimônio)	Inclusão das informações tarjadas: inclusão de todos os dados o veículo Placas QJ1193 constar com informações das baixas (censurada) e a inclusão dos dados. Solicita-se providências referentes ao veículo Furtado: baixa para o veículo Placas LYQ9450, que consta com informação de furto desde 2013. Solicita-se ainda, justificativa do veículo enviado dos veículos com registro de RECALL à concessionária: fazer a manutenção exigida pelo fabricante e que se tome a devida providência. Solicita-se ainda, justificativa dos veículos não terem sido enviados para RECALL	14	Inclusão de todos os dados o veículo Placas QJ1193 no relatório da frota (Setor Patrimônio) constar com informações tarjadas (censurada) e a inclusão dos dados. Solicita-se ainda, justificativa do motivo dos dados terem sido tarjados.	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
469	26/03/2019	Auditoria Extraordinária	Parecer Nº 004/2019	Sec. Administração (Patrimônio)	Providências referentes ao veículo Furtado: baixa para o veículo Placas LYQ9450, que consta com informação de furto desde 2013. Solicita-se ainda, justificativa do veículo enviado dos veículos com registro de RECALL à concessionária: fazer a manutenção exigida pelo fabricante e que se tome a devida providência. Solicita-se ainda, justificativa dos veículos não terem sido enviados para RECALL	15	Providências referentes ao veículo Furtado: baixa para o veículo Placas LYQ9450, que consta com informação de furto desde 2013. Solicita-se ainda, justificativa do veículo enviado dos veículos com registro de RECALL à concessionária: fazer a manutenção exigida pelo fabricante e que se tome a devida providência. Solicita-se ainda, justificativa dos veículos não terem sido enviados para RECALL	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
470	26/03/2019	Auditoria Extraordinária	Parecer Nº 004/2019	Sec. Administração (Patrimônio)	Envio dos veículos com registro de RECALL à concessionária: fazer a manutenção exigida pelo fabricante e que se tome a devida providência. Solicita-se ainda, justificativa dos veículos não terem sido enviados para RECALL	16	Envio dos veículos com registro de RECALL à concessionária: fazer a manutenção exigida pelo fabricante e que se tome a devida providência. Solicita-se ainda, justificativa dos veículos não terem sido enviados para RECALL	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
471	26/03/2019	Auditoria Extraordinária	Parecer Nº 004/2019	Sec. Administração (Patrimônio)	Solicita-se ainda, utilização do veículo adquirido pelo FMS para o devido fim: veículo placas MHU6357, adquirido com recursos do FMS (Fundo Municipal da Saúde) para fim diverso ao da saúde	17	Veículo deve ser utilizado pela SAUDE, pois foi pelo FMS para este fim: veículo placas MHU6357. Solicita-se ainda, justificativa da utilização do veículo placas MHU6357 para fim diverso ao da saúde	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
472	26/03/2019	Auditoria Extraordinária	Parecer Nº 004/2019	Sec. Administração (Patrimônio)	Regularização dos veículos com restrição à venda: buscar informação da causa dos dois veículos em nome do Município constarem restrições à venda e providências para baixa dessas restrições. Solicita-se ainda, justificativa para as baixas (quem deu causa, motivo...)	18	Regularização dos veículos com restrição à venda: buscar informação da causa dos dois veículos em nome do Município constarem restrições à venda e providências para baixa dessas restrições. Solicita-se ainda, justificativa para as baixas (quem deu causa, motivo...)	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
473	26/03/2019	Auditoria Extraordinária	Parecer Nº 004/2019	Sec. Administração (Patrimônio)	Baixa de todos os veículos classificados como Leilão: baixa dos dois veículos classificados no Patrimônio como Leilão/Sucata que ainda constam como "Sem	19	Baixa de todos os veículos classificados como Leilão no DETRAN. Solicita-se ainda, justificativa para as baixas ainda não terem sido providenciadas.	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
444	26/03/2019	Auditoria Extraordinária	Parecer Nº 004/2019	Sec. Administração (Patrimônio)	Utilização de veículos que já foram baixados no DETRAN	12	Instauração de PAD - para verificação de quem utilizou o veículo e o motivo, já que tinha o registro de baixa no DETRAN. (Item 5.14)	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período 68/19: Não houve resposta deste item neste período 58/19: Não houve resposta deste item neste período
203	15/02/2018	Auditoria Ordinária	003/2017 - Manutenção e controle de frotas das Secretarias, Fundações, Fundos e	Sec. Administração (Patrimônio)	12.b - Procedimento para bens inservíveis	2	Recomendamos informar os procedimentos que são adotados pelo setor de patrimônio sobre os veículos/máquinas e equipamentos quando são considerados como inservíveis, anexando os documentos comprobatórios sobre a baixa no patrimônio dos mesmos	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período 68/19: Não houve resposta deste item neste período 58/19: Não houve resposta deste item neste período 48/19: o Departamento de patrimônio assumiu a frota em Abril/2019
202	15/02/2018	Auditoria Ordinária	003/2017 - Manutenção e controle de frotas das Secretarias, Fundações, Fundos e	Sec. Administração (Patrimônio)	12.a - Localização dos bens	1	Recomendamos para as máquinas/equipamentos não localizados na data da auditoria, que o Setor de Patrimônio proceda à localização e informe a Secretaria/Setor em que o mesmo se encontra ou, no caso de não localização, que tome as providências cabíveis com relação à registro da ocorrência, da baixa, e da apuração de responsabilidade	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período 68/19: Não houve resposta deste item neste período 58/19: Não houve resposta deste item neste período 48/19: o Departamento está solicitando aos secretários o relatório das frotas de cada secretaria, devido ao leilão e aos
191	05/05/2017	Auditoria Ordinária	001/2017 - Patrimônio	Sec. Administração (Patrimônio)	Registro dos bens patrimoniais	1	Abstenção de opinião por falta de documentação (não entregue pelo Setor de Patrimônio), de acordo com o ofício 21/2017 de 02/03/17 encaminhado ao Gabinete do Prefeito, recomenda-se a abertura de Sindicância para apuração dos fatos.	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período 68/19: Não houve resposta deste item neste período 58/19: Não houve resposta deste item neste período 48/19: Os relatórios não foram finalizados devido o inventário patrimonial que está em andamento até a presente data.
433	26/03/2019	Auditoria Extraordinária	Parecer Nº 004/2019	Sec. Administração (Patrimônio)	Relação de veículos fornecida pelo Setor de Patrimônio foi elaborada em planilha de Excel, constando erros de digitação (RENAVAMs sem identificação da	1	Atualização dos cadastros de todos os veículos de propriedade do município, com reformulação do site de transparência, cadastro dos veículos em sistema on line, de fácil acesso e com informações atualizadas (local do veículo, multas de trânsito, documentação, etc.), com opções de busca individualizada (exemplo: por placa de veículo, por modelo,	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período 68/19: Não houve resposta deste item neste período 58/19: Não houve resposta deste item neste período 48/19: Sem respostas nesta pesquisa
434	26/03/2019	Auditoria Extraordinária	Parecer Nº 004/2019	Sec. Administração (Patrimônio)	Não há um controle efetivo dos veículos (localização, documentação, infração de trânsito, etc.)	2	Revisão da estruturação do setor de Patrimônio / Gestão de Frota, com a elaboração de procedimentos de controle, sistema informatizado, cadastro de bens com comunicação com outros setores (onde o veículo está lotado);	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período 68/19: Não houve resposta deste item neste período 58/19: Não houve resposta deste item neste período 48/19: Sem respostas nesta pesquisa
435	26/03/2019	Auditoria Extraordinária	Parecer Nº 004/2019	Sec. Administração (Patrimônio)	No cadastro do patrimônio constam veículos de terceiros, que não estão sob responsabilidade/propriedade do município, como o ELIMPEROM (Imóvel	3	Revisão de procedimentos de controle do setor de Patrimônio (elaboração de instrução normativa). O resultado da revisão deve ser remetido para Coordenação de Controle Interno (Sec. de Gestão e Controle).	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período 68/19: Não houve resposta deste item neste período 58/19: Não houve resposta deste item neste período 48/19: Sem respostas nesta pesquisa

436	26/03/2019	Auditoria Extraordinária	Parecer Nº 004/2019	Sec. Administração (Patrimônio)	Cadastro de veículos com informações incorretas. Não identificação do local exato dos veículos.	4	Revisão de todos veículos cadastrados, com envio de CI para todas as secretarias / fundações / autarquias, solicitando dados atualizados de todos os veículos	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem respostas nesta pesquisa
437	26/03/2019	Auditoria Extraordinária	Parecer Nº 004/2019	Sec. Administração (Patrimônio)	No cadastro do patrimônio constam veículos de terceiros, que não estão sob responsabilidade/propriedade do município, como o FUMBEROM (fundido).	5	Um setor ou pessoa responsável pela frota de veículos da Prefeitura de Navegantes, lotado na Administração Central, com responsabilidade sobre manutenção, cadastro e fiscalização dos veículos (incluindo taxas/infrações), de forma conjunta com o gestor da Secretaria/Fundação/Autarquia onde se encontra o bem	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem respostas nesta pesquisa
438	26/03/2019	Auditoria Extraordinária	Parecer Nº 004/2019	Sec. Administração (Patrimônio)	Não há um controle efetivo dos veículos (localização, documentação, infração de trânsito, etc.)	6	Instalação de Sistema de Rastreamento/GPS/Localizador nos veículos em uso pelo município.	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem respostas nesta pesquisa
439	26/03/2019	Auditoria Extraordinária	Parecer Nº 004/2019	Sec. Administração (Patrimônio)	Apreensão por órgão de trânsito do veículo placas MIZ1907, RENAUV 353655856, em maio/2018, de propriedade da PMN, sob responsabilidade da SEC. PLAN. JURRANO	7	Processo Administrativo Disciplinar para ressarcimento dos valores ao município	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem respostas nesta pesquisa
440	26/03/2019	Auditoria Extraordinária	Parecer Nº 004/2019	Sec. Administração (Patrimônio)	Apreensão por órgão de trânsito do veículo placas MIZ1907, RENAUV 353655856, em maio/2018, de propriedade da PMN, sob responsabilidade da SEC. PLAN. JURRANO	8	Processo Administrativo Disciplinar para apuração dos fatos que originaram a retenção do veículo e não comunicação ao chefe imediato	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem respostas nesta pesquisa
441	26/03/2019	Auditoria Extraordinária	Parecer Nº 004/2019	Sec. Administração (Patrimônio)	Infrações de trânsito, multas e taxas, já vencidas (site do DETRAN)	9	Instauração de PAD - Processo Administrativo Disciplinar para apuração, identificação dos responsáveis e efetivação dos pagamentos	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem respostas nesta pesquisa
442	26/03/2019	Auditoria Extraordinária	Parecer Nº 004/2019	Sec. Administração (Patrimônio)	Infração de trânsito sem identificação do condutor (geração de multa, com valor pecuniário). Total de 35 multas: 23 pagas, 3 a vencer (R\$1.229,63), 3 a vencer (R\$ 405,10) e 2 em Foram identificados 30 (trinta) veículos de propriedade do município, fundações ou autarquias (site do DETRAN), mas não constam na Relação do Patrimônio	10	instauração de PAD - Processo Administrativo Disciplinar para apuração das infrações de trânsito onde não houve identificação de condutor	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem respostas nesta pesquisa
443	26/03/2019	Auditoria Extraordinária	Parecer Nº 004/2019	Sec. Administração (Patrimônio)	Infração de trânsito sem identificação do condutor (geração de multa, com valor pecuniário). Total de 35 multas: 23 pagas, 3 a vencer (R\$1.229,63), 3 a vencer (R\$ 405,10) e 2 em Foram identificados 30 (trinta) veículos de propriedade do município, fundações ou autarquias (site do DETRAN), mas não constam na Relação do Patrimônio	11	Instauração de PAD - para verificação dos veículos cadastrados em nome do Município (total de 30) que não constam no patrimônio. (item 5.2)	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem respostas nesta pesquisa

Nro Seq	Data	Origem	Descrição do Processo	Entidade	Assunto	Nº Rec	Recomendações Emitidas	Status	Manifestação do Órgão
446	08/01/2020	Auditoria Extraordinária	Parecer nº 064/2019	Sec. Administração (RH)	Descumprimento do Decreto nº 535/2017 e do Decreto nº 229/2018.	1	Pagamento efetuado a servidor com registro ponto manual em descumprimento à legislação vigente.	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
447	08/01/2020	Auditoria Extraordinária	Parecer nº 064/2019	Sec. Administração (RH)	Descumprimento do Decreto nº 535/2017 e do Decreto nº 229/2018.	2	Pagamento de salário sobre folha ponto, sem a anuência do chefe imediato.	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
148	15/09/2016	Auditoria Extraordinária	004/2016 - Relatório TCE 7470	Sec. Administração (RH)	Possível acumulação indevida de cargos públicos	28	Abertura de PAD: Servidor(a) KARLA ROSANA DA SILVA: 3 cargos	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
80	15/12/2015	Auditoria Ordinária	002/2015 - Pagamento de Vantagens Concedidos à Servidores Públicos Municipais	Sec. Administração (RH)	Concessão de vantagens em folha de pagamento	27	Implementação de controles específicos para pagamento do benefício Assiduidade, com exigência do ponto eletrônico	Recomendação Parcialmente Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
91	15/12/2015	Auditoria Ordinária	002/2015 - Pagamento de Vantagens Concedidos à Servidores Públicos Municipais	Sec. Administração (RH)	Concessão de vantagens em folha de pagamento	38	Revisão, pelo setor competente, da base de cálculo para valor do VPNI	Recomendação Parcialmente Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
79	15/12/2015	Auditoria Ordinária	002/2015 - Pagamento de Vantagens Concedidos à Servidores Públicos Municipais	Sec. Administração (RH)	Concessão de vantagens em folha de pagamento	26	Revisão das concessões dos benefícios condicionados a inclusão da avaliação pela comissão competente	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
62	15/12/2015	Auditoria Ordinária	002/2015 - Pagamento de Vantagens Concedidos à Servidores Públicos Municipais	Sec. Administração (RH)	Concessão de vantagens em folha de pagamento	9	Capítulo - Horas Extras 100% - Evento 24 Implementação e aprimoramento de controles específicos para pagamento de HE (100% e 80%)	Recomendação Parcialmente Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
63	15/12/2015	Auditoria Ordinária	002/2015 - Pagamento de Vantagens Concedidos à Servidores Públicos Municipais	Sec. Administração (RH)	Concessão de vantagens em folha de pagamento	10	Capítulo - Horas Extras 100% - Evento 24 Revisão dos benefícios concedidos (HE 100%), com conferência dos documentos que comprovem a execução de HE e verificação se há direito de recebimento	Recomendação Parcialmente Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
65	15/12/2015	Auditoria Ordinária	002/2015 - Pagamento de Vantagens Concedidos à Servidores Públicos Municipais	Sec. Administração (RH)	Concessão de vantagens em folha de pagamento	12	Capítulo - Horas Extras 80% - Evento 271 Revisão dos benefícios concedidos (HE 80%), com conferência dos documentos que comprovem a execução de HE e verificação se há direito de recebimento	Recomendação Parcialmente Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
83	15/12/2015	Auditoria Ordinária	002/2015 - Pagamento de Vantagens Concedidos à Servidores Públicos Municipais	Sec. Administração (RH)	Concessão de vantagens em folha de pagamento	30	Revisão geral NO SISTEMA INFORMATIZADO DE FOLHA DE PAGAMENTO (dados e fórmulas para pagamento de percentuais)	Recomendação Parcialmente Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
84	15/12/2015	Auditoria Ordinária	002/2015 - Pagamento de Vantagens Concedidos à Servidores Públicos Municipais	Sec. Administração (RH)	Concessão de vantagens em folha de pagamento	31	Setor de RH revise o benefício e verifique a base legal	Recomendação Parcialmente Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período

108	15/12/2015	Auditoria Ordinária	002/2015 - Pagamento de Vantagens Concedidos à Servidores Públicos Municipais	Sec. Administração (RH)	Concessão de vantagens em folha de pagamento	55	Que todos os casos apontados na páginas 84 a 96 do Relatório Final RH sejam revistos pelo setor	Recomendação Parcialmente Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
123	15/09/2016	Auditoria Extraordinária	004/2016 - Relatório TCE 7470	Sec. Administração (RH)	Possível acumulação indevida de cargos públicos	2	RH tome medidas para que o registro ponto eletrônico seja implantado em definitivo em os setores, fundos, fundações e autarquias	Recomendação Parcialmente Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
125	15/09/2016	Auditoria Extraordinária	004/2016 - Relatório TCE 7470	Sec. Administração (RH)	Possível acumulação indevida de cargos públicos	4	Identificação dos locais com maior incidência de problemas no pontos eletrônicos e abertura de processo administrativo para apurar os fatos	Recomendação Parcialmente Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
54	15/12/2015	Auditoria Ordinária	002/2015 - Pagamento de Vantagens Concedidos à Servidores Públicos Municipais	Sec. Administração (RH)	Concessão de vantagens em folha de pagamento	1	Capítulo - Cristerios de Amostragem Implementação de arquivo organizado e efetivo de todos os documentos funcionais dos servidores	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
55	15/12/2015	Auditoria Ordinária	002/2015 - Pagamento de Vantagens Concedidos à Servidores Públicos Municipais	Sec. Administração (RH)	Concessão de vantagens em folha de pagamento	2	Capítulo - Cristerios de Amostragem Que a implementação de arquivo seja acompanhada pela Sec. de Administração	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
66	15/12/2015	Auditoria Ordinária	002/2015 - Pagamento de Vantagens Concedidos à Servidores Públicos Municipais	Sec. Administração (RH)	Concessão de vantagens em folha de pagamento	13	Capítulo - Promoção Lei 1027/93 - Evento 280 Abertura de PAD para resarcimento valores recebidos indevidamente (gratificação) pela servidora Adriana Fernandes Rosa	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
67	15/12/2015	Auditoria Ordinária	002/2015 - Pagamento de Vantagens Concedidos à Servidores Públicos Municipais	Sec. Administração (RH)	Concessão de vantagens em folha de pagamento	14	Revisão dos benefícios concedidos (insalubridade), com conferência dos (atestados médicos) e verificação se há direito de recebimento	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
68	15/12/2015	Auditoria Ordinária	002/2015 - Pagamento de Vantagens Concedidos à Servidores Públicos Municipais	Sec. Administração (RH)	Concessão de vantagens em folha de pagamento	15	Alteração ou Revogação da Lei 1259 (Incorporação HE no vencimento de trabalhos de natureza especial), devido sua inconstitucionalidade	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
69	15/12/2015	Auditoria Ordinária	002/2015 - Pagamento de Vantagens Concedidos à Servidores Públicos Municipais	Sec. Administração (RH)	Concessão de vantagens em folha de pagamento	16	Capítulo - Gratificação Lei 1259/98 - Evento 290 Abertura de PAD para resarcimento valores recebidos indevidamente (RS 61.067,15)	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
70	15/12/2015	Auditoria Ordinária	002/2015 - Pagamento de Vantagens Concedidos à Servidores Públicos Municipais	Sec. Administração (RH)	Concessão de vantagens em folha de pagamento	17	Capítulo - Gratificação Lei 1259/98 - Evento 290 Abertura de PAD para responsabilização para quem deu causa ao pagamento indevido	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
71	15/12/2015	Auditoria Ordinária	002/2015 - Pagamento de Vantagens Concedidos à Servidores Públicos Municipais	Sec. Administração (RH)	Concessão de vantagens em folha de pagamento	18	Gratificação Lei 1259/98 - Evento 290 Revisão dos benefícios concedidos	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
72	15/12/2015	Auditoria Ordinária	002/2015 - Pagamento de Vantagens Concedidos à Servidores Públicos Municipais	Sec. Administração (RH)	Concessão de vantagens em folha de pagamento	19	Revisão dos benefícios concedidos (Abono 312)	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
73	15/12/2015	Auditoria Ordinária	002/2015 - Pagamento de Vantagens Concedidos à Servidores Públicos Municipais	Sec. Administração (RH)	Concessão de vantagens em folha de pagamento	20	Revisão dos benefícios concedidos (Abono 313)	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
74	15/12/2015	Auditoria Ordinária	002/2015 - Pagamento de Vantagens Concedidos à Servidores Públicos Municipais	Sec. Administração (RH)	Concessão de vantagens em folha de pagamento	21	Revisão dos benefícios concedidos (Abono 314)	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
75	15/12/2015	Auditoria Ordinária	002/2015 - Pagamento de Vantagens Concedidos à Servidores Públicos Municipais	Sec. Administração (RH)	Concessão de vantagens em folha de pagamento	22	Revisão dos benefícios concedidos (Abono 315)	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
78	15/12/2015	Auditoria Ordinária	002/2015 - Pagamento de Vantagens Concedidos à Servidores Públicos Municipais	Sec. Administração (RH)	Concessão de vantagens em folha de pagamento	25	Capítulo - Gratificação Especial - Evento 317 Abertura de PAD para responsabilização para quem deu causa ao pagamento indevido	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
85	15/12/2015	Auditoria Ordinária	002/2015 - Pagamento de Vantagens Concedidos à Servidores Públicos Municipais	Sec. Administração (RH)	Concessão de vantagens em folha de pagamento	32	Capítulo - Gratificação - Evento 400 Abertura de PAD para responsabilização para quem deu causa ao pagamento indevido (se não identificada base legal) - Helena dos Santos Soares	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
92	15/12/2015	Auditoria Ordinária	002/2015 - Pagamento de Vantagens Concedidos à Servidores Públicos Municipais	Sec. Administração (RH)	Concessão de vantagens em folha de pagamento	39	Capítulo - VPNI - Evento 561 Abertura de PAD para possível pagamento indevido da VPNI recebida pela servidora Ivamir Zefelino dos Santos (valores pagos a mais nas 2 VPNI's)	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
93	15/12/2015	Auditoria Ordinária	002/2015 - Pagamento de Vantagens Concedidos à Servidores Públicos Municipais	Sec. Administração (RH)	Concessão de vantagens em folha de pagamento	40	Capítulo - VPNI - Evento 561 Abertura de PAD para possível pagamento indevido da VPNI recebida pela servidora Nerolida Pinheiro Ferreira em 2011, ocupante de cargo político (Subsídio sem direito ao benefício)	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
103	15/12/2015	Auditoria Ordinária	002/2015 - Pagamento de Vantagens Concedidos à Servidores Públicos Municipais	Sec. Administração (RH)	Concessão de vantagens em folha de pagamento	50	Implantação de Comissão para rever os procedimentos de concessão de vale transporte	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
106	15/12/2015	Auditoria Ordinária	002/2015 - Pagamento de Vantagens Concedidos à Servidores Públicos Municipais	Sec. Administração (RH)	Concessão de vantagens em folha de pagamento	53	Implementação de controles específicos para Cobrança (RESTITUIÇÃO) do valor pago de benefício Auxílio Educação, para servidores que não permanecerem 3 anos no serviço público, após conclusão do curso.	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período

107	15/12/2015	Auditoria Ordinária	002/2015 - Pagamento de Vantagens Concedidos à Servidores Públicos Municipais	Sec. Administração (RH)	Concessão de vantagens em folha de pagamento	54	A Progressão Funcional por tempo de serviço de todos os servidores deve ser acompanhada por Comissão de Avaliação	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
130	15/09/2016	Auditoria Extraordinária	004/2016 - Relatório TCE 7470	Sec. Administração (RH)	Possível acumulação indevida de cargos públicos	9	Abertura de PAD: Servidor(a) CHRISTIAN E SORAIA DE LIMA: 2 cargos, total 60h	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
133	15/09/2016	Auditoria Extraordinária	004/2016 - Relatório TCE 7470	Sec. Administração (RH)	Possível acumulação indevida de cargos públicos	12	Abertura de PAD: Servidor(a) CARIN DALIANA SALOMÃO: 3 cargos	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
134	15/09/2016	Auditoria Extraordinária	004/2016 - Relatório TCE 7470	Sec. Administração (RH)	Possível acumulação indevida de cargos públicos	13	Abertura de PAD: Servidor(a) CINTIA CARDOSO: 4 cargos	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
135	15/09/2016	Auditoria Extraordinária	004/2016 - Relatório TCE 7470	Sec. Administração (RH)	Possível acumulação indevida de cargos públicos	15	Abertura de PAD: Servidor(a) RODRIGO DALTON FRUTUOSO: 3 cargos	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
139	15/09/2016	Auditoria Extraordinária	004/2016 - Relatório TCE 7470	Sec. Administração (RH)	Possível acumulação indevida de cargos públicos	19	Abertura de PAD: Servidor(a) EVANIR DA SILVA: 2 cargos INACUMULÁVEIS	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
142	15/09/2016	Auditoria Extraordinária	004/2016 - Relatório TCE 7470	Sec. Administração (RH)	Possível acumulação indevida de cargos públicos	22	Abertura de PAD: Servidor(a) CLEUMA SILVA NUNES WESTPHAL: 2 cargos, total 60h	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
146	15/09/2016	Auditoria Extraordinária	004/2016 - Relatório TCE 7470	Sec. Administração (RH)	Possível acumulação indevida de cargos públicos	26	Abertura de PAD: Servidor(a) HARRY KREITSFEL JUNIOR: 3 cargos	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período

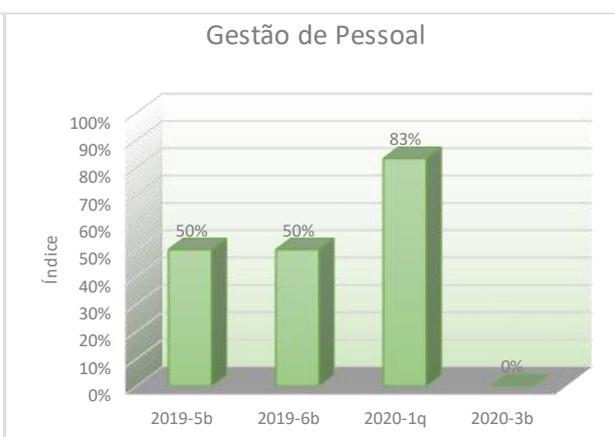
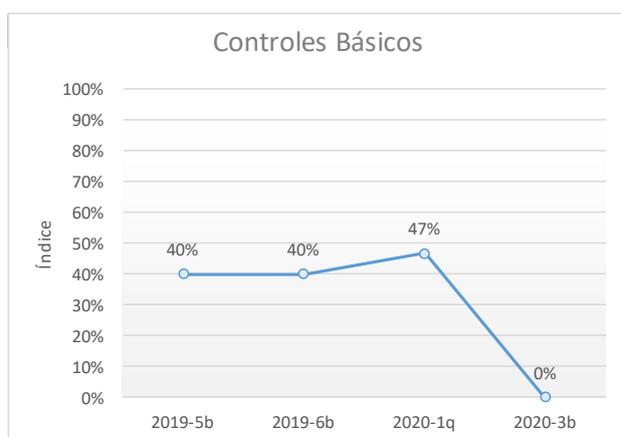
Nro Seq	Data	Origem	Descrição do Processo	Entidade	Assunto	Nº Rec	Recomendações Emitidas	Status	Manifestação do Órgão
503	04/12/2019	Tribunal de Contas	Processo n.: @REP 19/00531604 Acórdão n.: 628/2019	Sec. Administração (Compras)	Irregularidades no edital de Pregão Presencial n. 03/2019, para elaboração de estudo técnico de viabilidade de implantação de estacionamento rotativo	2	Determinar para que a Prefeitura Municipal de Navegantes se abstenha de prorrogar a execução do contrato firmado a partir do Pregão Presencial n. 3/2019 FMV – Contrato FMV n. 158/2019 –, bem como para que não repita as irregularidades ora debatidas quando do lançamento de futuros certames;	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
504	04/12/2019	Tribunal de Contas	Processo n.: @REP 19/00531604 Acórdão n.: 628/2019	Sec. Administração (Compras)	Irregularidades no edital de Pregão Presencial n. 03/2019, para elaboração de estudo técnico de viabilidade de implantação de estacionamento rotativo	3	Recomendar que a Prefeitura Municipal de Navegantes evite, em futuros certames, a reprodução da exigência de que a licitante possua, na data prevista para a entrega da proposta, profissionais técnicos com vínculo trabalhista em seu quadro permanente de funcionários, em observância ao disposto no art. 30, § 1º I, da Lei n. 8.666/93.	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.

Nro Seq	Data	Origem	Descrição do Processo	Entidade	Assunto	Nº Rec	Recomendações Emitidas	Status	Manifestação do Órgão
491	05/03/2020	Parecer de Verificação	Parecer Nº 002/2020	Sec. Administração (Geral)	Denúncia Depósito de Lixo Irregular - Secretaria de Gestão e Controle recebeu denúncia de depósito de lixo irregular, em terreno publico.	2	SEC. ADM. E LOGÍSTICA: encaminhe à SGC cópia do imóvel e termo de doação expedido pelo setor de Patrimônio, autorização da câmara de vereadores para doação do terreno (Terreno público onde está o centro de Treinamento dos Bombeiros Voluntários).	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
157	26/06/2017	Auditoria Ordinária	002/2016 - Legalidade e conformidade nos contratos de serviços e obras.	Sec. Administração (Geral)	Analisar procedimentos de controle em contratos de obras e serviços	9	Que a Secretaria notifique a Empresa Lima Entulhos quanto à Declaração de Aptidão com local do aterro divergente para regularização	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Não houve resposta deste item neste período 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
158	26/06/2017	Auditoria Ordinária	002/2016 - Legalidade e conformidade nos contratos de serviços e obras.	Sec. Administração (Geral)	Analisar procedimentos de controle em contratos de obras e serviços	10	Que a Secretaria notifique abra processo administrativo contra a Empresa Lima Entulhos quanto à Declaração de Aptidão com local do aterro divergente caso de não regularização	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Não houve resposta deste item neste período 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
165	26/06/2017	Auditoria Ordinária	002/2016 - Legalidade e conformidade nos contratos de serviços e obras.	Sec. Administração (Geral)	Analisar procedimentos de controle em contratos de obras e serviços	17	Que a Comissão de Licitação se atente ao cumprimento legal, a Ata do Contrato e do Edital divergem quanto a possibilidade de prorrogação dos serviços do Fornecedor Osvaldo Dias da Silva	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Não houve resposta deste item neste período 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
149	26/06/2017	Auditoria Ordinária	002/2016 - Legalidade e conformidade nos contratos de serviços e obras.	Sec. Administração (Geral)	Analisar procedimentos de controle em contratos de obras e serviços	1	Justifique o não cumprimento do item II, do §2º do Art. 7º da Lei 8666 (planilha com composição de custos)	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Não houve resposta deste item neste período 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
166	26/06/2017	Auditoria Ordinária	002/2016 - Legalidade e conformidade nos contratos de serviços e obras.	Sec. Administração (Geral)	Analisar procedimentos de controle em contratos de obras e serviços	18	Abertura de Processo Administrativo contra Osvaldo Dias da Silva, para verificação de possível dano ao erário em R\$3.520 (Itens cobrados antes da vigência do contrato)	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Não houve resposta deste item neste período 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
167	26/06/2017	Auditoria Ordinária	002/2016 - Legalidade e conformidade nos contratos de serviços e obras.	Sec. Administração (Geral)	Analisar procedimentos de controle em contratos de obras e serviços	19	Abertura de Processo Administrativo contra Osvaldo Dias da Silva, para verificação de possível dano ao erário em R\$15.220 (divergência entre horas pagas e licitadas)	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Não houve resposta deste item neste período 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
168	26/06/2017	Auditoria Ordinária	002/2016 - Legalidade e conformidade nos contratos de serviços e obras.	Sec. Administração (Geral)	Analisar procedimentos de controle em contratos de obras e serviços	20	Abertura de Auditoria Tributária (Setor de Fiscalização) sobre o contrato da Osvaldo Dias da Silva (que estava pagando 2% ISS, sendo o correto 5%). Foram identificados por esta Auditoria Interna, R\$3.377 pagas a menor em ISS.	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Não houve resposta deste item neste período 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
169	26/06/2017	Auditoria Ordinária	002/2016 - Legalidade e conformidade nos contratos de serviços e obras.	Sec. Administração (Geral)	Analisar procedimentos de controle em contratos de obras e serviços	21	Que a Comissão de Licitação se atente ao cumprimento legal, a Ata do Contrato e do Edital divergem quanto a possibilidade de prorrogação dos serviços do Fornecedor Osvaldo Dias da Silva II	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Não houve resposta deste item neste período 3B/19: Não houve resposta deste item neste período

173	26/06/2017	Auditoria Ordinária	002/2016 - Legalidade e conformidade nos contratos de serviços e obras.	Sec. Administração (Geral)	Analisar procedimentos de controle em contratos de obras e serviços	25	Abertura de Processo Administrativo contra Osvaldo Dias da Silva, para verificação de possível dano ao erário em R\$164.268 (divergência entre itens pagos x comprovados)	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Não houve resposta deste item neste período 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
204	15/02/2018	Auditoria Ordinária	003/2017 - Manutenção e controle de frota das Secretarias, Fundações, e Unidades	Sec. Administração (Geral)	12.c - Controle de utilização da frota	3	Recomendamos ao controle de frota das secretarias que exerçam, de forma mais efetiva, o controle da utilização dos veículos oficiais pertencentes à frota, cumprindo e fazendo cumprir todas as normas estabelecidas no Art. 2º e seus anexos na Instrução Normativa nº03/2016 e Lei nº 2472/2011, principalmente no tocante a identificação dos	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Não houve resposta deste item neste período 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
205	15/02/2018	Auditoria Ordinária	003/2017 - Manutenção e controle de frota das Secretarias, Fundações, e Unidades	Sec. Administração (Geral)	12.d - Regularização da identificação visual dos bens	4	Recomendamos ao responsável pelo controle de frota das secretarias que possuem veículos, máquinas e equipamentos para efetuar a regularização dos veículos da frota municipal, relativos aos Art. 1º, Art. 2º e Art. 3º de acordo com a Lei nº 2472/2011	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Não houve resposta deste item neste período 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
206	15/02/2018	Auditoria Ordinária	003/2017 - Manutenção e controle de frota das Secretarias, Fundações, e Unidades	Sec. Administração (Geral)	12.e - Transferência, empréstimo ou cedência do bem	5	Recomendamos às Secretarias de Agricultura, Secretaria de Obras, Saúde e SESAN, que quando da necessidade de empréstimo de veículo a outra unidade, a mesma deve ser formalizada através de documento de transferência, empréstimo ou cedência de bem público, descrevendo os motivos para que não ocorra nenhum desvio de finalidade da	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Não houve resposta deste item neste período 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
207	15/02/2018	Auditoria Ordinária	003/2017 - Manutenção e controle de frota das Secretarias, Fundações, e Unidades	Sec. Administração (Geral)	12.f - Limpeza e conservação	6	Recomendamos aos responsáveis pelos veículos, caminhões, máquinas e equipamentos para efetuarem a limpeza no mesmo, pois é de responsabilidade do motorista o zelo pelo bem que está sob sua responsabilidade	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Não houve resposta deste item neste período 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
176	26/06/2017	Auditoria Ordinária	002/2016 - Legalidade e conformidade nos contratos de serviços e obras.	Sec. Administração (Geral)	Analisar procedimentos de controle em contratos de obras e serviços	28	Designar servidor para atuar como Fiscal de Contrato, conforme determina Lei Federal 8666/93 e IN 001/2015 de Navegantes	Recomendação Parcialmente Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Não houve resposta deste item neste período 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
177	26/06/2017	Auditoria Ordinária	002/2016 - Legalidade e conformidade nos contratos de serviços e obras.	Sec. Administração (Geral)	Analisar procedimentos de controle em contratos de obras e serviços	29	Incluir nos Editais o valor dos impostos (em %) municipais que serão devidos na prestação dos serviços	Recomendação Parcialmente Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Não houve resposta deste item neste período 3B/19: Não houve resposta deste item neste período

4.1.6 SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA

	Tema do Quesito	Peso	2019-5b	2019-6b	2020-1q	2020-3b
Controles Básicos	Comunicação interna adequada	1	Sim	Sim	Sim	Não
	Controles internos formais	2	Não	Não	Não	Não
	Documentos padronizados revisados	1	Não	Não	Não	Não
	Estudos recorrentes das IN	1	Sim	Sim	Sim	Não
	Fiscais de contrato	2	Não	Não	Não	Não
	Indicadores de gestão	3	Não	Não	Não	Não
	Mecanismos de controle das informações	1	Sim	Sim	Sim	Não
	Princípio da legalidade	3	Sim	Sim	Sim	Não
Reuniões periódicas formalizadas	1	Não	Não	Sim	Não	
Gest. Pessoal	Escalonamento de férias	1	Sim	Sim	Sim	Não
	Mão de obra suficiente	2	Não	Não	Sim	Não
	Plano de capacitação	1	Não	Não	Não	Não
	Segregação de funções	2	Sim	Sim	Sim	Não

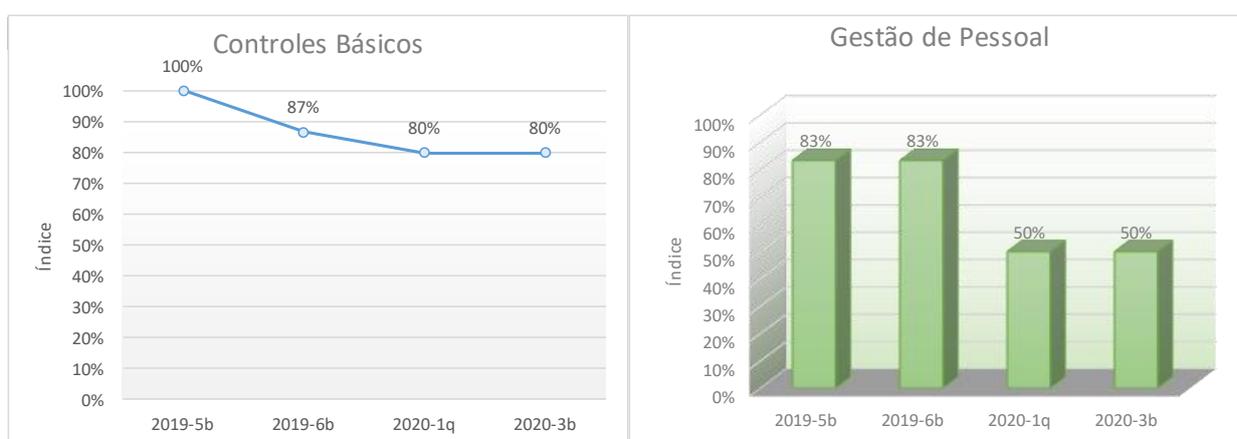


A referida área não participou da pesquisa neste bimestre, evidenciando o descumprimento ao Decreto nº 233/2018, IN 003/2018 e da Lei nº 1417/2001. Caso ocorra a reincidência da não prestação de informações, iremos recomendar a instauração de procedimento administrativo disciplinar para apuração dos fatos e responsabilização de quem deu causa. Esta prática inviabiliza/limita as atividades de controle interno

4.1.7 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

	Tema do Quesito	Peso	2019-5b	2019-6b	2020-1q	2020-3b
Controles Básicos	Comunicação interna adequada	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Controles internos formais	2	Sim	Sim	Sim	Sim
	Documentos padronizados revisados	1	Sim	Sim	Não	Não
	Estudos recorrentes das IN	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Fiscais de contrato	2	Sim	Não	Não	Não
	Indicadores de gestão	3	Sim	Sim	Sim	Sim
	Mecanismos de controle das informações	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Princípio da legalidade	3	Sim	Sim	Sim	Sim
Reuniões periódicas formalizadas	1	Sim	Sim	Sim	Sim	

Gest. Pessoal	Escalonamento de férias	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Mão de obra suficiente	2	Sim	Sim	Não	Não
	Plano de capacitação	1	Não	Não	Não	Não
	Segregação de funções	2	Sim	Sim	Sim	Sim



A não existência de documentos padronizados é algo a ser melhorado, uma vez que protocolos, requisições, formulários, checklist, etc. são documentos que comumente são utilizados pelos setores e que podem sofrer atualizações frequentes a fim de melhorar a dinâmica das atividades.

Durante o envio da informação dos fiscais de contrato foi relacionado apenas o nome dos colaboradores, mas não a qual contrato ele está vinculado, sendo esta uma exigência incluída na pesquisa, além também do envio de um dos relatórios de fiscalização emitidos no período, mas que também não foi disponibilizado. Não enviou as evidências solicitadas.

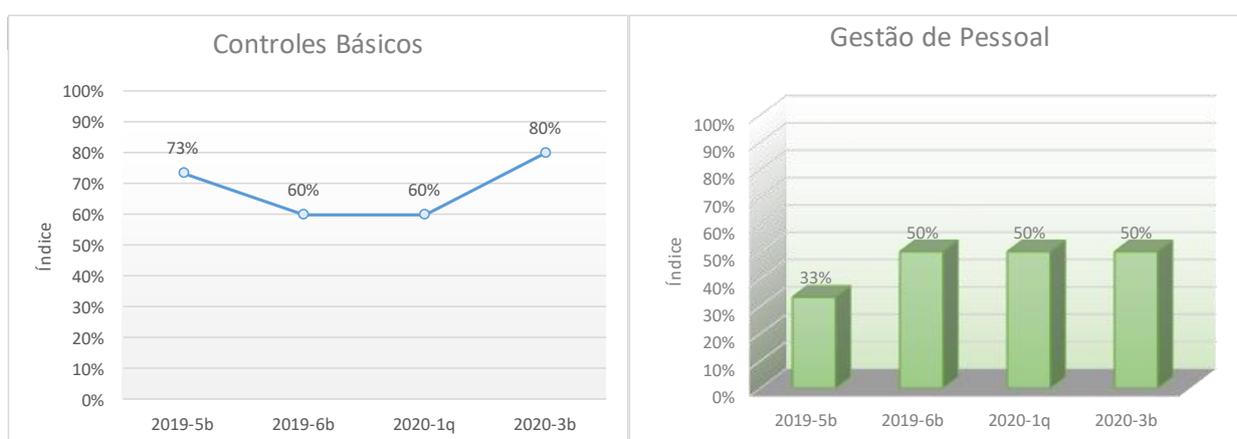
De acordo com o informado pela área, a quantidade de pessoal para o exercício das atividades do setor não é suficiente, no entanto poderia ser explicitado qual poderia ser a quantidade ideal e quem sabe enviar um organograma desejável para a área.

Não existe previsibilidade para capacitação dos colaboradores, o que contraria a ideia de melhoria continua programada. Poderia ser informado uma meta estipulada para um determinado período, como por exemplo, efetuar 4 treinamentos por ano, ou realizar 40 horas de capacitação em treinamentos e evidenciar a quantidade executada versus a programada. Informado que está em criação um plano de capacitação permanente em conjunto com as equipes das diversas unidades.

4.1.8 SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

	Tema do Quesito	Peso	2019-5b	2019-6b	2020-1q	2020-3b
Controles Básicos	Comunicação interna adequada	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Controles internos formais	2	Não	Não	Não	Não
	Documentos padronizados revisados	1	Não	Não	Não	Sim
	Estudos recorrentes das IN	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Fiscais de contrato	2	Sim	Não	Não	Sim
	Indicadores de gestão	3	Sim	Sim	Sim	Sim
	Mecanismos de controle das informações	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Princípio da legalidade	3	Sim	Sim	Sim	Sim
Reuniões periódicas formalizadas	1	Não	Não	Não	Não	

Gest. Pessoal	Escalonamento de férias	1	Não	Sim	Sim	Sim
	Mão de obra suficiente	2	Não	Não	Não	Não
	Plano de capacitação	1	Não	Não	Não	Não
	Segregação de funções	2	Sim	Sim	Sim	Sim



O setor não adota mecanismos de controle interno formalmente instituídos (normas internas, uso de manuais de procedimentos, etc.), com isto chegamos à conclusão que as atividades são realizadas de maneira empírica, nos usos e costumes, o que não é aconselhável por esta secretaria de controle interno, uma vez que com a saída/troca de qualquer colaborador o conhecimento se perde juntamente que o ex-colaborador.

Informado que são feitas reuniões periódicas, mas não existe registros em atas. Sugerimos a adoção desta prática de realização de reuniões periódicas, visando a discussão das atividades do setor, reformulações, definição de metas etc., com os devidos registros, como forma de garantir a formalização das decisões tomadas, bem como o acompanhamento das ações. Respondeu positivamente, mas não enviou nenhuma evidência.

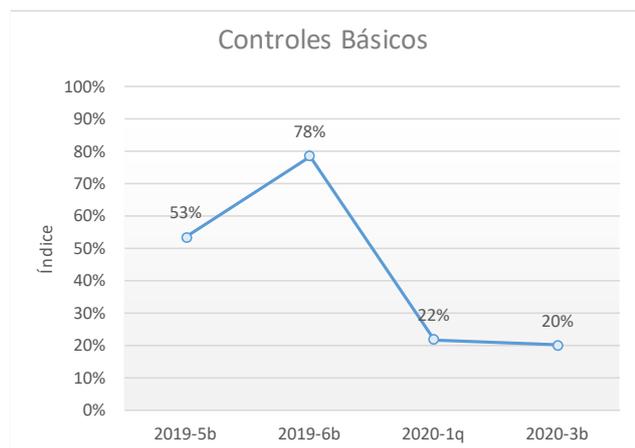
De acordo com o informado pela área, a quantidade de pessoal para o exercício das atividades do setor não é suficiente, informado que foi perdido recentemente a estagiária do setor, que supria a demanda da produção de artes e auxiliava nas tarefas básicas. Na opinião do setor deveriam ser contatados profissionais da área de publicidade e propaganda, através de Concurso Público ou em comissão. Atualmente o setor conta com 03 jornalistas responsáveis pela produção de textos e divulgações da pautas, um diretor de departamento responsável principalmente pela produção de vídeo e spots, uma gestora pública responsável pelas listas de transmissões via whatsapp, monitoramento das redes sociais e auxilia na parte administrativa (nota fiscais, controladora e fiscal de contrato), além da secretária do setor que também é jornalista e é responsável pela administração, andamento e supervisão do setor. Com frequência todos precisam fazer artes para ilustrar as matérias e divulgar serviços públicos, por isso a necessidade da contratação de um profissional de publicidade especializado na produção gráfica.

Não existe previsibilidade para capacitação dos colaboradores, o que contraria a ideia de melhoria continua programada. Poderia ser informado uma meta estipulada para um determinado período, como por exemplo, efetuar 4 treinamentos por ano, ou realizar 40 horas de capacitação em treinamentos e evidenciar a quantidade executada versus a programada.

4.1.9 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RECEITA

a	Desenvolvimento Econômico (Alvará)
b	Desenvolvimento Econômico (Fiscalização)
c	Desenvolvimento Econômico (Imobiliário)
d	Desenvolvimento Econômico (Sine)

	Tema do Quesito	Subárea	Peso	2019-5b				2019-6b				2020-1q				2020-3b					
				a	b	c	d	a	b	c	d	a	b	c	d	a	b	c	d		
Controles Básicos	Comunicação interna adequada		1	S	S	S	S	S	S	S	S	S	N	N	S	N	N	N	S	N	
	Controles internos formais		2	N	N	S	N	N	S	S	N	N	N	S	N	N	N	S	N	S	N
	Documentos padronizados revisados		1	N	N	S	N	S	S	S	S	N	N	S	N	N	N	S	N	S	N
	Estudos recorrentes das IN		1	N	S	S	N	S	S	S	N	N	N	S	N	N	N	S	N	S	N
	Fiscais de contrato		2	N	N	S	N	S	S	S	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
	Indicadores de gestão		3	N	N	S	N	S	S	S	N	N	N	S	N	N	N	S	N	S	N
	Mecanismos de controle das informações		1	S	S	S	S	S	S	S	N	N	S	N	N	N	S	N	S	N	S
	Princípio da legalidade		3	S	S	S	S	S	S	S	S	N	N	S	N	N	N	S	N	S	N
	Reuniões periódicas formalizadas		1	N	S	S	N	N	S	S	N	N	N	S	N	N	N	S	N	N	N
				N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	
Gest. Pessoal	Escalonamento de férias		1	S	N	S	S	S	S	S	S	N	N	S	N	N	N	S	N	S	N
	Mão de obra suficiente		2	S	N	N	S	S	S	N	S	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
	Plano de capacitação		1	N	N	S	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
	Segregação de funções		2	N	S	S	N	S	S	S	S	N	N	S	N	N	N	S	N	S	N



EQUIPE DE ALVARÁ (Básicos: 0% / Pessoal: 0%)

A referida área **NÃO** participou da pesquisa pela **SEGUNDA** vez consecutiva, evidenciando o descumprimento ao Decreto nº 233/2018, IN 003/2018 e da Lei nº 1417/2001. Caso ocorra a reincidência da não prestação de informações, iremos recomendar a instauração de procedimento administrativo disciplinar para apuração dos fatos e responsabilização de quem deu causa. Esta prática inviabiliza/limita as atividades de controle interno

EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO (Básicos: 0% / Pessoal: 0%)

A referida área **NÃO** participou da pesquisa pela **SEGUNDA** vez consecutiva, evidenciando o descumprimento ao Decreto nº 233/2018, IN 003/2018 e da Lei nº 1417/2001. Caso ocorra a reincidência da não prestação de informações, iremos recomendar a instauração de procedimento administrativo disciplinar para apuração dos fatos e responsabilização de quem deu causa. Esta prática inviabiliza/limita as atividades de controle interno

EQUIPE DE IMOBILIÁRIO (Básicos: 80% / Pessoal: 50%)

Solicitado a relação dos fiscais de contrato e seus últimos relatórios/parecer de acompanhamento, mas foi informado que não possuem nenhum, mas não ficou claro se não existem fiscais ou se, apenas não foi informado.

Informado que não estão sendo feitas reuniões periódicas. Sugerimos a adoção desta prática de realização de reuniões periódicas, visando a discussão das atividades do setor, reformulações. Informado que os problemas continuam sendo tratados cotidianamente, porém, devido a situação da pandemia, não estão sendo realizadas as reuniões periódicas.

De acordo com o informado pela área, a quantidade de pessoal para o exercício das atividades do setor não é suficiente. O ideal seria a contratação de mais um servidor para o atendimento ao público e outro para os serviços administrativos e cobrança.

Não existe previsibilidade para capacitação dos colaboradores, o que contraria a ideia de melhoria continua programada. Poderia ser informado uma meta estipulada para um determinado período, como por exemplo, efetuar 4 treinamentos por ano, ou realizar xx horas de capacitação em treinamentos e evidenciar a quantidade executada versus a programada. Foram indicados alguns cursos on-line para os servidores, porém não foram concluídos.

EQUIPE DO SINE (Básicos: 0% / Pessoal: 0%)

A referida área **NÃO** participou da pesquisa pela **SEGUNDA** vez consecutiva, evidenciando o descumprimento ao Decreto nº 233/2018, IN 003/2018 e da Lei nº 1417/2001. Caso ocorra a reincidência da não prestação de informações, iremos recomendar a instauração de procedimento administrativo disciplinar para apuração dos fatos e responsabilização de quem deu causa. Esta prática inviabiliza/limita as atividades de controle interno

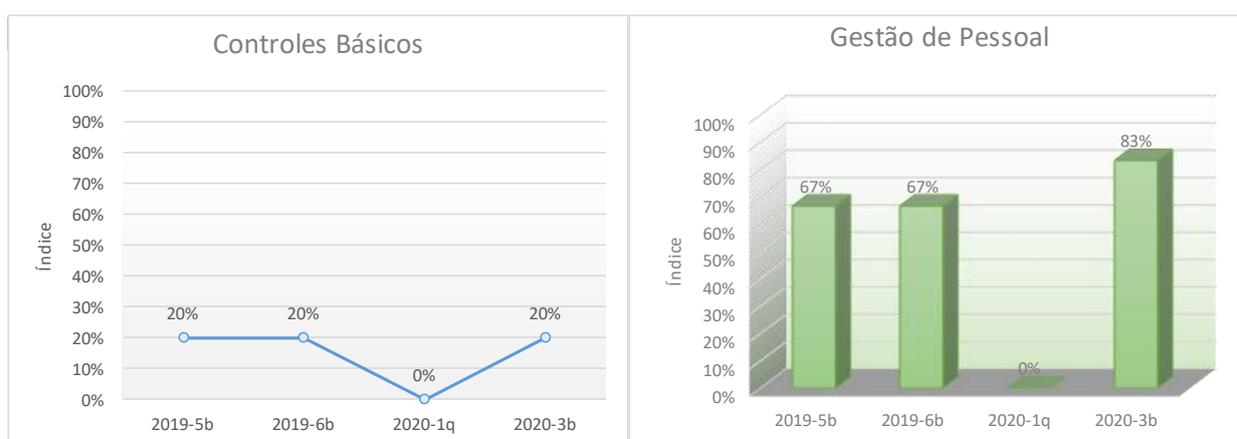
Status das recomendações do órgão central do sistema de controle interno não atendidas ou parcialmente atendidas:

Nro Seq	Data	Origem	Descrição do Processo	Entidade	Assunto	Nº Rec	Recomendações Emitidas	Status	Manifestação do Órgão
14	30/10/2014	Auditoria Ordinária	001/2014 - Auditoria IPTU e ITBI	Sec. Desenv. Econômico	IPTU e ITBI	14	Realização de conferência na integração das informações do Sistema Betha com Sistema Geomais	Recomendação Parcialmente Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20. Foi determinado ao Departamento de Cadastro Imobiliário a finalização da integração entre os dois sistemas. 68/19: Integração em andamento. A fiscalização está sendo feita pelo responsável pelo Cadastro Imobiliário.
518	13/08/2018	Tribunal de Contas	Processo n.: RLA 14/00592299 Acórdão n.: 0300/2018	Sec. Desenv. Econômico	Auditoria ordinária sobre a concessão de incentivos econômicos e benefícios fiscais previstos pela Lei n. 1.185, de 11/03/97 e Lei Complementar n. 124, de 02/12/2011	3	Que seja imediatamente criada conta especial e individual na contabilidade do Município, na qual deverão ser contabilizados os valores concedidos a título de isenção fiscal e econômica.	Recomendação Parcialmente Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Em atendimento. Em relação ao único benefício aprovado em 2019/2020, estamos encaminhando para a criação da conta contábil junto ao Departamento de Contabilidade. As isenções serão concedidas apenas a partir de 2021.
517	13/08/2018	Tribunal de Contas	Processo n.: RLA 14/00592299 Acórdão n.: 0300/2018	Sec. Desenv. Econômico	Auditoria ordinária sobre a concessão de incentivos econômicos e benefícios fiscais previstos pela Lei n. 1.185, de 11/03/97 e Lei Complementar n. 124, de 02/12/2011	2	O Município promova o acompanhamento, formal e registrado em ata, dos propósitos manifestados na solicitação e contidos nos projetos das empresas que foram beneficiadas com incentivos econômicos e benefícios fiscais, obedecendo aos §§ 1º e 3º do art. 5º, e arts. 10, 11 e 12 da Lei (municipal) n. 1.185/1997, ou arts. 10, 11 e 12 da Lei Complementar	Recomendação Parcialmente Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Estamos realizando o levantamento dos benefícios fiscais vigentes para realizar esta análise oficial.

4.1.10 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

	Tema do Quesito	Peso	2019-5b	2019-6b	2020-1q	2020-3b
Controles Básicos	Comunicação interna adequada	1	Sim	Sim	Não	Sim
	Controles internos formais	2	Não	Não	Não	Não
	Documentos padronizados revisados	1	Não	Não	Não	Não
	Estudos recorrentes das IN	1	Sim	Sim	Não	Sim
	Fiscais de contrato	2	Não	Não	Não	Não
	Indicadores de gestão	3	Não	Não	Não	Não
	Mecanismos de controle das informações	1	Sim	Sim	Não	Sim
	Princípio da legalidade	3	Não	Não	Não	Não
Reuniões periódicas formalizadas	1	Não	Não	Não	Não	

Gest. Pessoal	Escalonamento de férias	1	Não	Não	Não	Não
	Mão de obra suficiente	2	Sim	Sim	Não	Sim
	Plano de capacitação	1	Não	Não	Não	Sim
	Segregação de funções	2	Sim	Sim	Não	Sim



O setor não adota mecanismos de controle interno formalmente instituídos (normas internas, uso de manuais de procedimentos, etc.), com isto chegamos à conclusão que as atividades são realizadas de maneira empírica, nos usos e costumes, o que não é aconselhável por esta secretaria de controle interno, uma vez que com a saída/troca de qualquer colaborador o conhecimento se perde juntamente que o ex-colaborador.

A não existência de documentos padronizados é algo a ser melhorado, uma vez que protocolos, requisições, formulários, checklist, etc. são documentos que comumente são utilizados pelos setores e que podem sofrer atualizações frequentes a fim de melhorar a dinâmica das atividades.

Solicitado a relação dos fiscais de contrato e seus últimos relatórios/parecer de acompanhamento, mas foi informado que não possuem nenhum, mas não ficou claro se não existem fiscais ou se, apenas não foi informado. Não enviou evidencias conforme solicitado no quesito.

O setor não possui nenhum indicador de gestão pré-estabelecido, o que dificulta monitorar se as atividades do setor estão sendo eficazes e atingindo sua efetividade, pois o que não é medido não é melhorado.

A previsibilidade de atuação das atividades do setor por meio de leis, decretos, etc. a fim de cumprir com o princípio da legalidade não foi evidenciada conforme solicitado, uma vez que não enviaram as informações de referência de quais documentos legais são utilizados. Não enviou evidencias conforme solicitado no quesito

Informado que não são feitas reuniões periódicas e consequentemente não existe registros em atas. Sugerimos a adoção desta prática de realização de reuniões periódicas, visando a discussão das atividades do setor, reformulações, definição de metas etc., com os devidos registros, como forma de garantir a formalização das decisões tomadas, bem como o acompanhamento das ações. Não tem os registros realizados das reuniões.

Não foi evidenciada a escala de férias dos colaboradores em atividade, evidenciando com isto que não existe planejamento de ausência de colaboradores a fim de não parar as atividades do setor. Não enviou evidências conforme solicitado no quesito.

Status das recomendações do órgão central do sistema de controle interno não atendidas ou parcialmente atendidas:

Nro Seq	Data	Origem	Descrição do Processo	Entidade	Assunto	Nº Rec	Recomendações Emitidas	Status	Manifestação do Órgão
391	10/08/2018	Auditoria Extraordinária	004/2018 - 01/2018 - Contrato Nº 85/2017	Sec. Educação	Legalidade e legitimidade na aplicação dos recursos empenhados e a execução do contrato de prestação de serviços n.º 85/2017	3	Abertura de procedimento administrativo disciplinar para apurar os fatos apontados e os responsáveis e a instauração de Processo de Tomada de Contas Especial, com vistas a ressarcir os cofres públicos	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Não houve resposta deste item neste período 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
23	22/03/2016	Auditoria Ordinária	003/2015 - Programa de Alimentação Escolar PNAE	Sec. Educação	Controles de Estoque da Merenda Escolar	9	Contratação de 10 nutricionistas, afim de atender recomendação do PNAE (14.424 alunos = 18 nutricionistas - atualmente tem 8 nutricionistas)	Recomendação Parcialmente Atendida	38/20: 04 NUTRICIONISTAS 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: 05 nutricionistas 5B/19: Contamos com 05 nutricionistas, que atendem às necessidades da rede de ensino. 4B/19: Contamos com 05 nutricionistas, que atendem às
35	22/03/2016	Auditoria Ordinária	003/2015 - Programa de Alimentação Escolar PNAE	Sec. Educação	Controles de Estoque da Merenda Escolar	21	Sanitários exclusivos para os Manipuladores de Alimentos	Recomendação Não Atendida	38/20: Apenas nas unidades que foram construídas. 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Ainda não foi possível em algumas unidades. 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Em algumas unidades ainda não foi possível. 3B/19: Em algumas unidades ainda não foi possível.
47	22/03/2016	Auditoria Ordinária	003/2015 - Programa de Alimentação Escolar PNAE	Sec. Educação	Controles de Estoque da Merenda Escolar	33	Adequação das instalações físicas (como piso, parede e teto devem possuir revestimento liso, impermeável e lavável. As portas da área de preparação e armazenamento de alimentos devem ser dotadas de fechamento automático e com tela. Entre outros)	Recomendação Não Atendida	38/20: em construção 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: em construção 5B/19: em construção 4B/19: em construção 3B/19: Parcialmente atendida
49	22/03/2016	Auditoria Ordinária	003/2015 - Programa de Alimentação Escolar PNAE	Sec. Educação	Controles de Estoque da Merenda Escolar	34	A regularização da função de merendeira, podendo evitar possíveis processos devido ao desvio de função.	Recomendação Não Atendida	38/20: não atendida 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Planejamento para terciarização dos serviços 5B/19: A intenção não é regulamentar a função e sim terciarizar os serviços. 4B/19: A intenção não é regulamentar a função e sim
44	22/03/2016	Auditoria Ordinária	003/2015 - Programa de Alimentação Escolar PNAE	Sec. Educação	Controles de Estoque da Merenda Escolar	30	Providenciar alvará da Vigilância Sanitária	Recomendação Parcialmente Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: em construção 5B/19: em construção 4B/19: em construção 3B/19: Processo em construção
45	22/03/2016	Auditoria Ordinária	003/2015 - Programa de Alimentação Escolar PNAE	Sec. Educação	Controles de Estoque da Merenda Escolar	31	Providenciar alvará do Corpo de Bombeiros	Recomendação Parcialmente Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: em construção 5B/19: em construção 4B/19: em construção 3B/19: Parcialmente Atendido
335	10/08/2018	Auditoria Extraordinária	004/2018 - 01/2018 - Contrato Nº 85/2017	Sec. Educação	Legalidade e legitimidade na aplicação dos recursos empenhados e a execução do contrato de prestação de serviços n.º 85/2017	1	Uma forma de controle sugerida, é a inclusão do(a)s diretor(e)s das escolas no processo, fazendo com que os serviços necessariamente sejam acompanhados por estes e dependam de seu "aceite" para prosseguir o fluxo de pagamento.	Recomendação Parcialmente Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Não houve resposta deste item neste período 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
338	16/02/2018	Prestação de Conta	Ofício/SGC Nº 054/2018	Sec. Educação	Devolução de valor	2	Recomendação da devolução do valor de R\$ 420,00	Recomendação Parcialmente Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Não houve resposta deste item neste período 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
346	09/10/2018	Prestação de Conta	Parecer Nº 028/2018	Sec. Educação	Devolução de valor	1	Recomendação da devolução do valor de R\$ 1.650,00	Recomendação Parcialmente Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Não houve resposta deste item neste período 3B/19: Não houve resposta deste item neste período

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES EXTRAÍDAS DA ÁREA SETORIAL ESPECÍFICA:

O Conselho de Alimentação Escolar acompanha a aplicação do teste de aceitabilidade da merenda nas unidades escolares, no entanto com as aulas presenciais suspensas desde o dia 19 de março de 2020, não é possível realizar o teste.

Os locais, o estado de conservação, o armazenamento, a validade, a preparação e a distribuição dos alimentos estão em condições de higiene adequadas, no entanto devido a ausência de aulas os locais de armazenamento das unidades escolares estão vazios.

Confirmado que o recebimento de bens e serviços nas unidades escolares é atestado por servidor especialmente designado pelo responsável do órgão municipal da Educação (Secretário, Diretor ou Coordenador), seguindo a instrução normativa.

Confirmado que a prefeitura municipal utilizou algum indicador de qualidade para análise da educação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), no entanto foi informado que é utilizado o Ideb e Prova Brasil, mas poderia ser mencionado o resultado em ambos os índices.

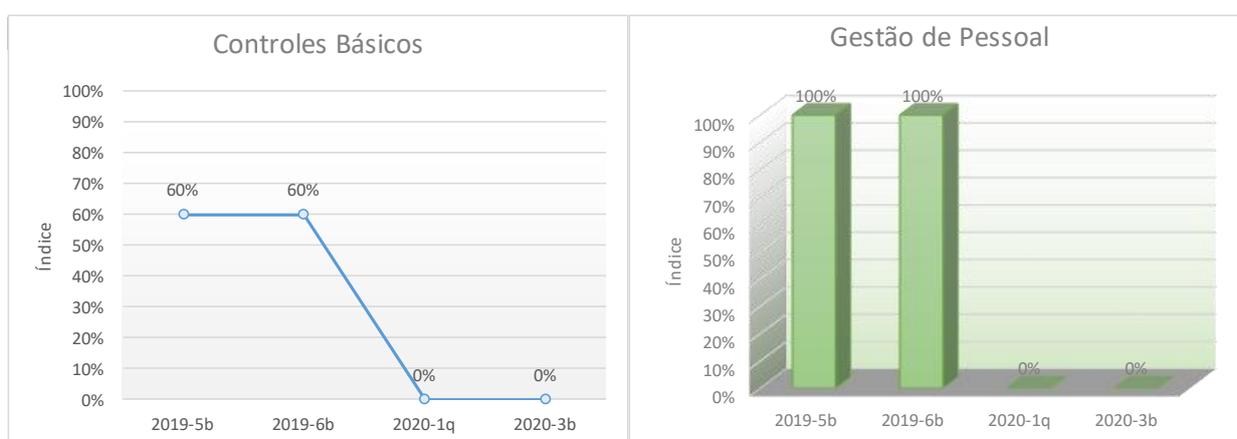
Informado que nenhuma escola da rede municipal possui biblioteca.

Informado que todas as unidades de ensino fundamental possuem sala de leitura.

Informado que não existe um programa de inibição ao absenteísmo de professores em sala de aula (incluindo os afastamentos legais), apenas os especificados em lei, que interferem na progressão, lotação e gozo de licença prêmio e férias.

4.1.11 SECRETARIA DE GOVERNO

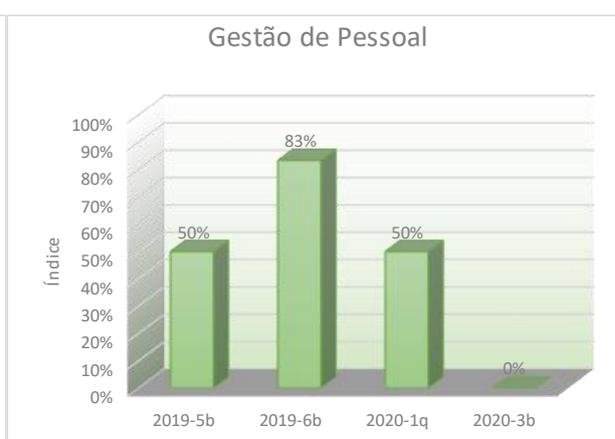
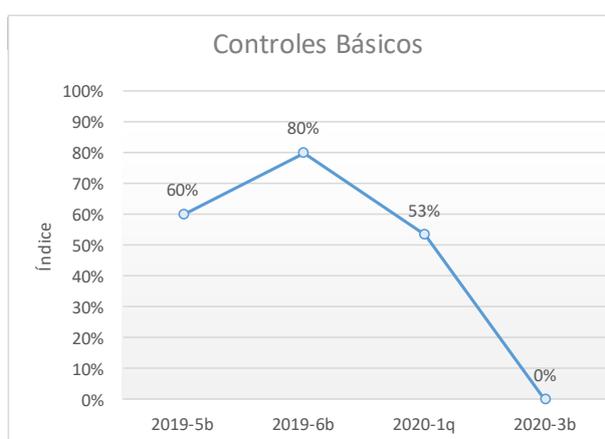
	Tema do Quesito	Peso	2019-5b	2019-6b	2020-1q	2020-3b
Controles Básicos	Comunicação interna adequada	1	Sim	Sim	Não	Não
	Controles internos formais	2	Não	Sim	Não	Não
	Documentos padronizados revisados	1	Sim	Não	Não	Não
	Estudos recorrentes das IN	1	Sim	Sim	Não	Não
	Fiscais de contrato	2	Sim	Não	Não	Não
	Indicadores de gestão	3	Não	Não	Não	Não
	Mecanismos de controle das informações	1	Não	Sim	Não	Não
	Princípio da legalidade	3	Sim	Sim	Não	Não
Reuniões periódicas formalizadas	1	Sim	Sim	Não	Não	
Gest. Pessoal	Escalonamento de férias	1	Sim	Sim	Não	Não
	Mão de obra suficiente	2	Sim	Sim	Não	Não
	Plano de capacitação	1	Sim	Sim	Não	Não
	Segregação de funções	2	Sim	Sim	Não	Não



A referida área **NÃO** participou da pesquisa pela **SEGUNDA** vez consecutiva, evidenciando o descumprimento ao Decreto nº 233/2018, IN 003/2018 e da Lei nº 1417/2001. Caso ocorra a reincidência da não prestação de informações, iremos recomendar a instauração de procedimento administrativo disciplinar para apuração dos fatos e responsabilização de quem deu causa. Esta prática inviabiliza/limita as atividades de controle interno

4.1.12 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO

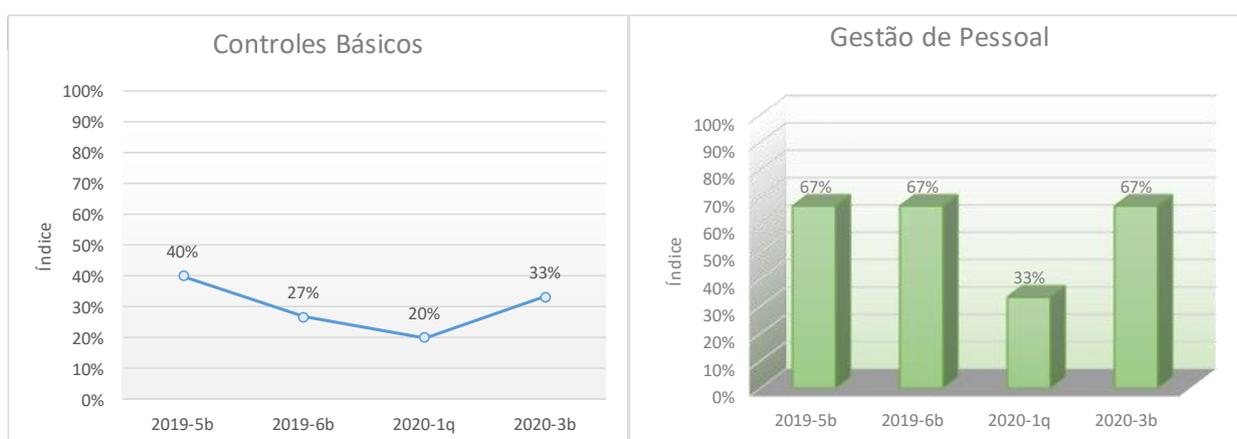
	Tema do Quesito	Peso	2019-5b	2019-6b	2020-1q	2020-3b
Controles Básicos	Comunicação interna adequada	1	Não	Sim	Sim	Não
	Controles internos formais	2	Sim	Sim	Sim	Não
	Documentos padronizados revisados	1	Não	Sim	Não	Não
	Estudos recorrentes das IN	1	Sim	Sim	Sim	Não
	Fiscais de contrato	2	Sim	Sim	Não	Não
	Indicadores de gestão	3	Não	Não	Não	Não
	Mecanismos de controle das informações	1	Sim	Sim	Não	Não
	Princípio da legalidade	3	Sim	Sim	Sim	Não
Reuniões periódicas formalizadas	1	Não	Sim	Sim	Não	
Gest. Pessoal	Escalonamento de férias	1	Sim	Sim	Sim	Não
	Mão de obra suficiente	2	Não	Sim	Não	Não
	Plano de capacitação	1	Não	Não	Não	Não
	Segregação de funções	2	Sim	Sim	Sim	Não



A referida área **NÃO** participou da pesquisa neste bimestre, evidenciando o descumprimento ao Decreto nº 233/2018, IN 003/2018 e da Lei nº 1417/2001. Caso ocorra a reincidência da não prestação de informações, iremos recomendar a instauração de procedimento administrativo disciplinar para apuração dos fatos e responsabilização de quem deu causa. Esta prática inviabiliza/limita as atividades de controle interno

4.1.13 SECRETARIA DE SAÚDE

	Tema do Quesito	Peso	2019-5b	2019-6b	2020-1q	2020-3b
Controles Básicos	Comunicação interna adequada	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Controles internos formais	2	Não	Não	Não	Não
	Documentos padronizados revisados	1	Não	Não	Não	Sim
	Estudos recorrentes das IN	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Fiscais de contrato	2	Sim	Não	Não	Não
	Indicadores de gestão	3	Não	Não	Não	Não
	Mecanismos de controle das informações	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Princípio da legalidade	3	Não	Não	Não	Não
Reuniões periódicas formalizadas	1	Sim	Sim	Não	Sim	
Gest. Pessoal	Escalonamento de férias	1	Sim	Sim	Não	Não
	Mão de obra suficiente	2	Não	Não	Não	Sim
	Plano de capacitação	1	Sim	Sim	Não	Não
	Segregação de funções	2	Sim	Sim	Sim	Sim



O setor não adota mecanismos de controle interno formalmente instituídos (normas internas, uso de manuais de procedimentos, etc.), com isto chegamos à conclusão que as atividades são realizadas de maneira empírica, nos usos e costumes, o que não é aconselhável por esta secretaria de controle interno, uma vez que com a saída/troca de qualquer colaborador o conhecimento se perde juntamente que o ex-colaborador.

Solicitado a relação dos fiscais de contrato e seus últimos relatórios/parecer de acompanhamento, foi informado que possuem, mas não foi enviado a relação de pessoas e nem a qual contrato ele está vinculado, sendo uma melhoria sugerida para as próximas pesquisas. Não enviou evidências conforme solicitado.

O setor não possui nenhum indicador de gestão pré-estabelecido, o que dificulta monitorar se as atividades do setor estão sendo eficazes e atingindo sua efetividade, pois o que não é medido não é melhorado.

A previsibilidade de atuação das atividades do setor por meio de leis, decretos, etc. a fim de cumprir com o princípio da legalidade não foi evidenciada conforme solicitado, uma vez que não enviaram as informações de referência de quais documentos legais são utilizados. Respondeu positivamente, mas não enviou nenhuma evidência.

Não foi evidenciada a escala de férias dos colaboradores em atividade, evidenciando com isto que não existe planejamento de ausência de colaboradores a fim de não parar as atividades do setor.

Não existe previsibilidade para capacitação dos colaboradores, o que contraria a ideia de melhoria continua programada. Poderia ser informado uma meta estipulada para um determinado período, como por exemplo, efetuar 4 treinamentos por ano, ou realizar xx horas de capacitação em treinamentos e evidenciar a quantidade executada versus a programada.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES EXTRAÍDAS DA ÁREA SETORIAL ESPECÍFICA:

Não foi comprovado a realização da audiência pública quadrimestral da saúde, que tem por base legal o art. 36, §5 da LC 141/2012, que deve ocorrer até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro de cada ano.

Confirmado que o Município divulga nas UBS, em local acessível ao público, a escala atualizada de serviço dos profissionais de saúde contendo o nome e o horário de entrada e saída destes servidores.

Confirmado que não há o cumprimento integral da jornada de trabalho pelos médicos.

Confirmado que os médicos da UBS possuem sistema de controle de ponto, no entanto não informou se é eletrônico ou manual.

Atualmente o município dispõe de 14 equipes de saúde da família (ESF).

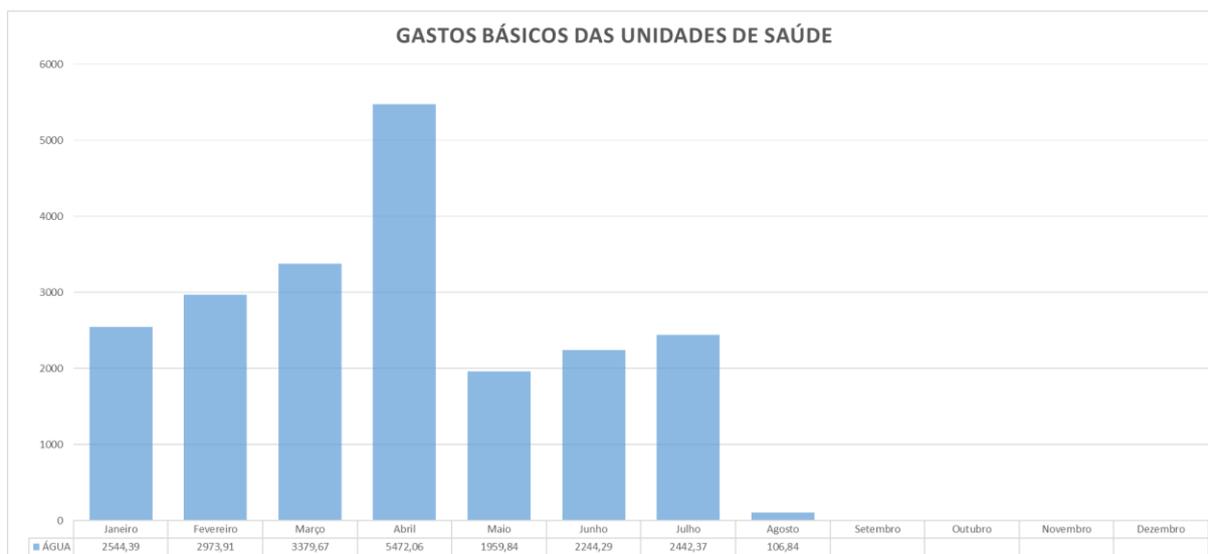
Atualmente o município dispõe de 31 agentes comunitários de saúde.

O Conselho Municipal de Saúde é estruturado e atuante com a composição de membros completa e de acordo com a legislação, conforme publicado na portaria 1835/2020. Enviado como evidência uma ata do dia nove de julho de 2020.

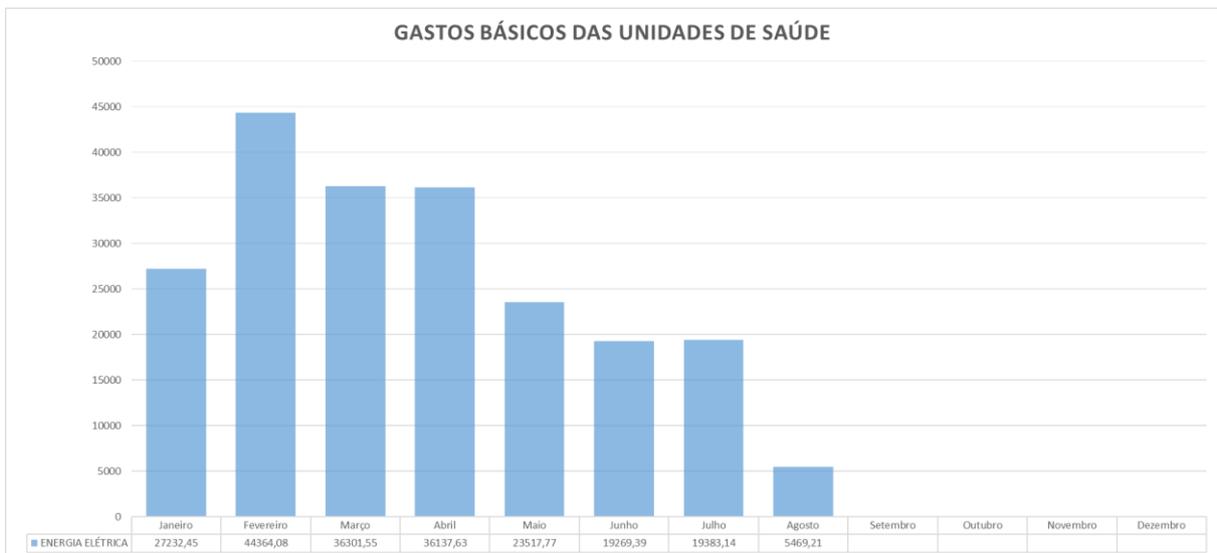
Atualmente o município dispõe de 25 unidades públicas municipais de saúde (estabelecimentos físicos).

Realizado o acompanhamento dos gastos básicos nas unidades de saúde, conforme quadros abaixo:

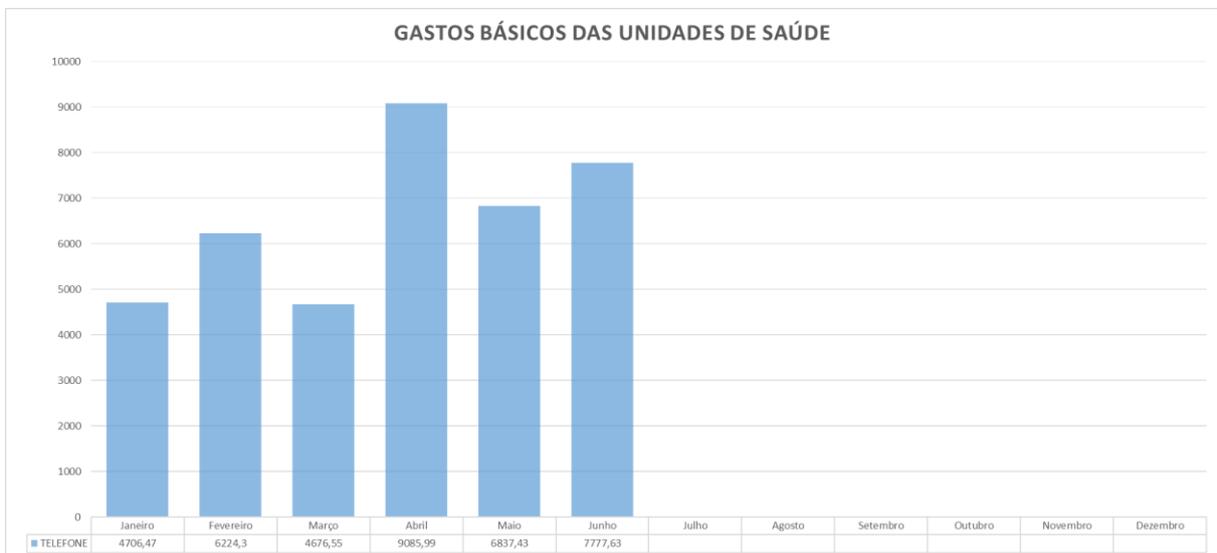
Gastos com Água:



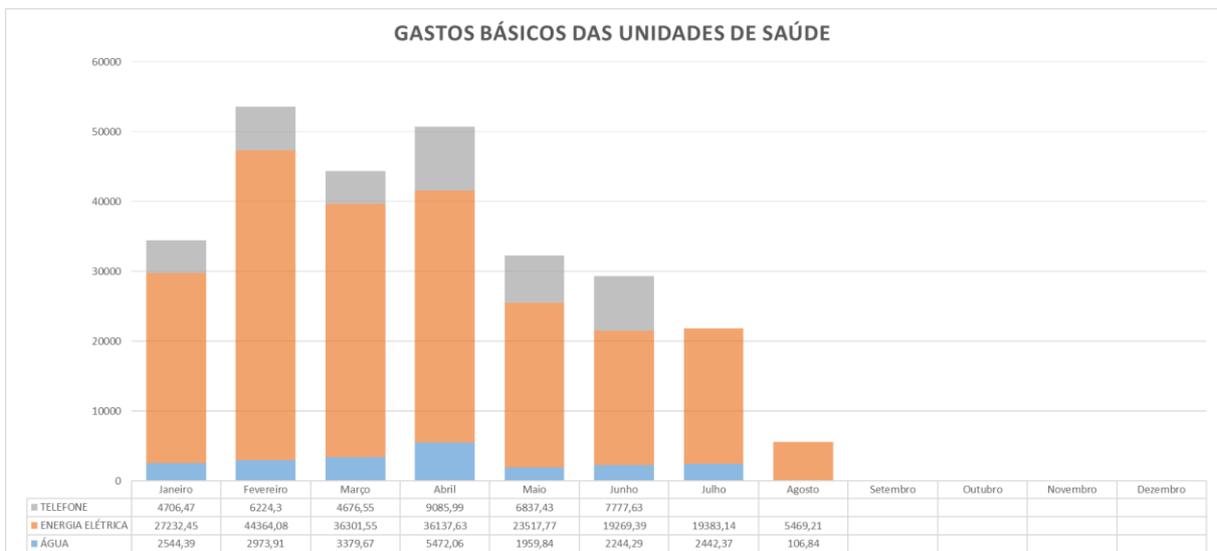
Gastos com Energia Elétrica:



Gastos com telefonia:



Gastos consolidados:



Status das recomendações do órgão central do sistema de controle interno não atendidas ou parcialmente atendidas:

Nro Seq	Data	Origem	Descrição do Processo	Entidade	Assunto	Nº Rec	Recomendações Emitidas	Status	Manifestação do Órgão
474	10/10/2019	Parecer de Verificação	Parecer Nº 047/2019	Sec. Saúde	Solicitação de Auditoria na escala de Plantões do SAMU	1	1.1.RECOMENDA-SE que a Secretaria da Saúde solicite a Abertura de Processo Administrativo Disciplinar - PAD, para verificar todos os fatos mencionados pelos bombeiros, no dia 22/09/19; I. AUSÊNCIA DE SERVIDOR NENHUM PLANTONISTA DO SAMU COMPARECEU AO PLANTÃO;	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
475	10/10/2019	Parecer de Verificação	Parecer Nº 047/2019	Sec. Saúde	Solicitação de Auditoria na escala de Plantões do SAMU	2	1.1.RECOMENDA-SE que a Secretaria da Saúde solicite a Abertura de Processo Administrativo Disciplinar - PAD, para verificar todos os fatos mencionados pelos bombeiros, no dia 22/09/19; II. PRESTAÇÃO FALSA EM DOCUMENTO MARCELO DE CARVALHO ARANTES REGISTROU NO PONTO	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
476	10/10/2019	Parecer de Verificação	Parecer Nº 047/2019	Sec. Saúde	Solicitação de Auditoria na escala de Plantões do SAMU	3	1.1.RECOMENDA-SE que a Secretaria da Saúde solicite a Abertura de Processo Administrativo Disciplinar - PAD, para verificar todos os fatos mencionados pelos bombeiros, no dia 22/09/19; III. AUSÊNCIA DE ATestado COORD. SAMU INFORMOU QUE NO DIA 22/09/19 OCORREU	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
477	10/10/2019	Parecer de Verificação	Parecer Nº 047/2019	Sec. Saúde	Solicitação de Auditoria na escala de Plantões do SAMU	4	1.1.RECOMENDA-SE que a Secretaria da Saúde solicite a Abertura de Processo Administrativo Disciplinar - PAD, para verificar todos os fatos mencionados pelos bombeiros, no dia 22/09/19; IV. TROCA DE PLANTÃO NESSE DIA, OUVÊ A TROCA DE PLANTÃO ENTRE MARCELO DE	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
478	10/10/2019	Parecer de Verificação	Parecer Nº 047/2019	Sec. Saúde	Solicitação de Auditoria na escala de Plantões do SAMU	5	1.1.RECOMENDA-SE que a Secretaria da Saúde solicite a Abertura de Processo Administrativo Disciplinar - PAD, para verificar todos os fatos mencionados pelos bombeiros, no dia 22/09/19; V. SRA. ELIANE FRANCO TAMBÉM CONSTAVA NA ESCALA E NÃO COMPARECEU AO	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
479	10/10/2019	Parecer de Verificação	Parecer Nº 047/2019	Sec. Saúde	Solicitação de Auditoria na escala de Plantões do SAMU	6	1.1.RECOMENDA-SE que a Secretaria da Saúde solicite a Abertura de Processo Administrativo Disciplinar - PAD, para verificar todos os fatos mencionados pelos bombeiros, no dia 22/09/19; VI. IRREGULARIDADES CONSIDERA SUSPEITA DE IRREGULARIDADES NA ESCALA DO	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
480	10/10/2019	Parecer de Verificação	Parecer Nº 047/2019	Sec. Saúde	Solicitação de Auditoria na escala de Plantões do SAMU	7	1.1.RECOMENDA-SE que a Secretaria da Saúde solicite a Abertura de Processo Administrativo Disciplinar - PAD, para verificar todos os fatos mencionados pelos bombeiros, no dia 22/09/19; VII. SOLICITA AFASTAMENTO SOLICITA AFASTAMENTO DO COORDENADOR DO SAMU E	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
481	10/10/2019	Parecer de Verificação	Parecer Nº 047/2019	Sec. Saúde	Solicitação de Auditoria na escala de Plantões do SAMU	8	1.2.RECOMENDA-SE que a Secretaria da Saúde solicite a Abertura de Processo Administrativo Disciplinar - PAD, para verificar todos os fatos mencionados pelos bombeiros, no dia 08/10/19; I. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO NO DIA 08/10/19 O COORD. DO SAMU MOSTROU UMA ESCALA	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
482	10/10/2019	Parecer de Verificação	Parecer Nº 047/2019	Sec. Saúde	Solicitação de Auditoria na escala de Plantões do SAMU	9	1.2.RECOMENDA-SE que a Secretaria da Saúde solicite a Abertura de Processo Administrativo Disciplinar - PAD, para verificar todos os fatos mencionados pelos bombeiros, no dia 08/10/19; II. REINCIDÊNCIA CORPO DE BOMBEIROS REITERA QUE É A SEGUNDA VEZ QUE	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
483	10/10/2019	Parecer de Verificação	Parecer Nº 047/2019	Sec. Saúde	Solicitação de Auditoria na escala de Plantões do SAMU	10	1.2.RECOMENDA-SE que a Secretaria da Saúde solicite a Abertura de Processo Administrativo Disciplinar - PAD, para verificar todos os fatos mencionados pelos bombeiros, no dia 08/10/19; III. NÃO FOI PREENCHIDO O ITEM III.	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
484	10/10/2019	Parecer de Verificação	Parecer Nº 047/2019	Sec. Saúde	Solicitação de Auditoria na escala de Plantões do SAMU	11	1.2.RECOMENDA-SE que a Secretaria da Saúde solicite a Abertura de Processo Administrativo Disciplinar - PAD, para verificar todos os fatos mencionados pelos bombeiros, no dia 08/10/19; IV. IRREGULARIDADES CONSIDERA SUSPEITA DE IRREGULARIDADES NA ESCALA DO	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
485	10/10/2019	Parecer de Verificação	Parecer Nº 047/2019	Sec. Saúde	Solicitação de Auditoria na escala de Plantões do SAMU	12	1.2.RECOMENDA-SE que a Secretaria da Saúde solicite a Abertura de Processo Administrativo Disciplinar - PAD, para verificar todos os fatos mencionados pelos bombeiros, no dia 08/10/19; V. SOLICITA AFASTAMENTO SOLICITA ABERTURA DE AUDITORIA.	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
486	10/10/2019	Parecer de Verificação	Parecer Nº 047/2019	Sec. Saúde	Solicitação de Auditoria na escala de Plantões do SAMU	13	1.3.RECOMENDA-SE que a Secretaria da Saúde implemente URGENTEMENTE o controle do ponto biométrico;	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
487	10/10/2019	Parecer de Verificação	Parecer Nº 047/2019	Sec. Saúde	Solicitação de Auditoria na escala de Plantões do SAMU	14	1.4.RECOMENDA-SE que a Secretaria da Saúde tome providências sobre a escala de plantão dos servidores do SAMU, a fim de tornar a escala de conhecimento público, transparente e eficaz;	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
488	10/10/2019	Parecer de Verificação	Parecer Nº 047/2019	Sec. Saúde	Solicitação de Auditoria na escala de Plantões do SAMU	15	1.5.RECOMENDA-SE que a Secretaria da Saúde envie previamente ao Corpo de Bombeiros Militar, cópia das escalas de plantão do SAMU, para que possam fazer acompanhamento efetivo da equipe de trabalho;	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
489	10/10/2019	Parecer de Verificação	Parecer Nº 047/2019	Sec. Saúde	Solicitação de Auditoria na escala de Plantões do SAMU	16	1.6.RECOMENDA-SE que a Secretaria de Saúde apresente à Secretaria de Gestão e Controle um PLANO DE AÇÃO, no prazo de 15 (quinze) dias do recebimento deste, para a implementação e implantação na totalidade do registro do ponto biométrico em todos os setores de sua competência.	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
501	22/04/2019	Tribunal de Contas	Nº de Processo: RLA 16/00076316 Decisão n.: 0232/2019	Sec. Saúde (Bombeiro)	Auditoria Operacional sobre avaliação o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) prestado pelo município	1	Determinar ao Município de Navegantes que encaminhe a este Tribunal o relatório de acompanhamento do compromisso assumido no plano de ação no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação desta deliberação no Diário Oficial Eletrônico do TCE DOTC-ç;	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
393	01/04/2019	Prestação de Conta	Parecer Nº 019/2019	Sec. Saúde (Bombeiro)	2ª parcela da parceria do TC 004/2018 - Ajuste do procedimento de contratação	2	RECOMENDA-SE quanto a contratação de Bolsistas, a fim de prevenir demanda trabalhista, deve a Secretaria corresponder juntamente com a entidade, promover a regularização na contratação dos funcionários.	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6º/19: Houve apontamentos em todos os pareceres da Comissão Monitoramento e Avaliação e Secretaria de Gestão e Controle, mas a Entidade não regularizou e está pagando com nota fiscal avulsa. Inclusive contratando novos
395	17/05/2019	Prestação de Conta	Parecer Nº 027/2019	Sec. Saúde (Bombeiro)	3ª parcela da parceria do TC 004/2018 - Ajuste do procedimento de contratação	2	RECOMENDA-SE quanto a contratação de Bolsistas, a fim de prevenir demanda trabalhista, deve a Secretaria corresponder juntamente com a entidade, promover a regularização na contratação dos funcionários.	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6º/19: Houve apontamentos em todos os pareceres da Comissão Monitoramento e Avaliação e Secretaria de Gestão e Controle, mas a Entidade não regularizou e está pagando com nota fiscal avulsa. Inclusive contratando novos

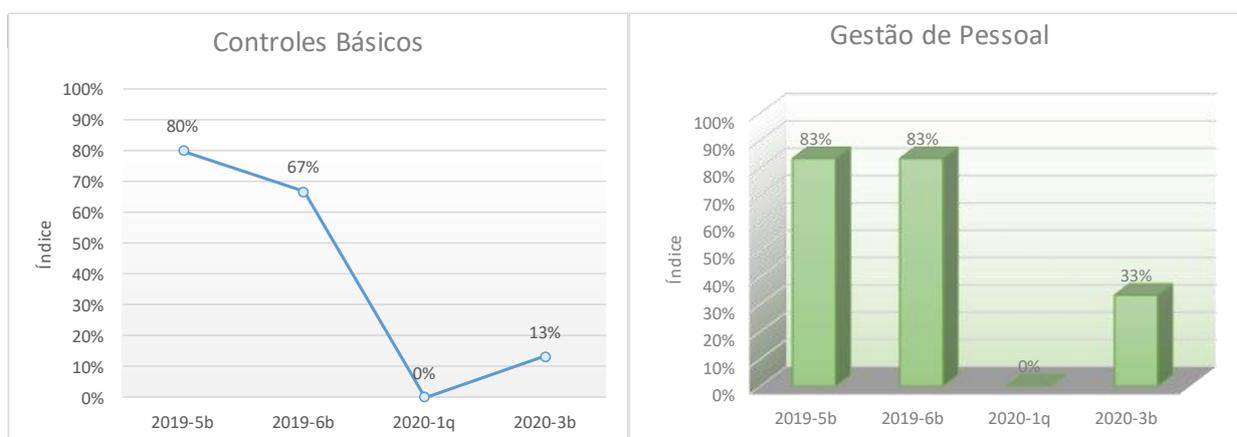
397	10/06/2019	Prestação de Conta	Parecer Nº 028/2019	Sec. Saúde (Bombeiro)	4ª parcela da parceria do TC 004/2018 - Ajuste do procedimento de contratação	2	RECOMENDA-SE quanto a contratação de Bolsistas, a fim de prevenir demanda trabalhista, deve a Secretaria corresponder juntamente com a entidade, promover a regularização na contratação dos funcionários.	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Houve apontamentos em todos os pareceres da Comissão Monitoramento e Avaliação e Secretaria de Gestão e Controle, mas a Entidade não regularizou e está pagando com nota fiscal avulsa. Inclusive contratando novos
432	05/08/2019	Prestação de Conta	Relatório 172/2019	Sec. Saúde (Bombeiro)	Contratação ilegal de motoristas e socorristas	1	Recomenda-se a regularização dos referidos profissionais de forma a não burlar a legislação trabalhista	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Houve apontamentos em todos os pareceres da Comissão Monitoramento e Avaliação e Secretaria de Gestão e Controle, mas a Entidade não regularizou e está pagando com nota fiscal avulsa. Inclusive contratando novos
392	01/04/2019	Prestação de Conta	Parecer Nº 019/2019	Sec. Saúde (Bombeiro)	2ª parcela da parceria do TC 004/2018 - Devolução de Valor	1	RECOMENDA-SE a devolução no valor de R\$ 864.50 (oitocentos e sessenta e quatro reais e cinquenta centavos) relativos ao uso indevido do recurso em desacordo com o plano de aplicação pelo consumo de energia elétrica.	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve devolução por parte da Entidade 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações adicionais neste período 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
334	07/08/2018	Prestação de Conta	Parecer Nº 021/2018	Sec. Saúde (Bombeiro)	6ª parcela da parceria 002/2017 - Devolução de Valor	2	RECOMENDA-SE a devolução no valor de R\$ 653.98 (seiscentos e cinquenta e três reais e noventa e oito centavos relativos ao abastecimento nos dias 11, 13 e 27/06/2018 do veículo de placas MJT 4779	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações adicionais neste período 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
424	12/06/2019	Auditoria Extraordinária	001/2017 - Controle de Frotas	Sec. Saúde	1.7. Gerenciamento do Sistema Informatizado (CELK);	7	Efetuar o gerenciamento do sistema, ou seja, promover o treinamento dos servidores, instituir como regra a utilização do sistema por todos os servidores, apontar falhas e propor melhorias ao provedor do sistema (ambas com registro).	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa
425	12/06/2019	Auditoria Extraordinária	001/2017 - Controle de Frotas	Sec. Saúde	1.8. Instalação de Sistema GPS nos veículos	8	Implantação de equipamentos de tecnologia GPS, com de sistema de rastreamento veicular, com opção de identificação do motorista e link de acesso no site da Prefeitura de Navegantes para que a sociedade possa fiscalizar a localização dos veículos. Observação: modelo semelhante é utilizado pela Prefeitura	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa
422	12/06/2019	Auditoria Extraordinária	001/2017 - Controle de Frotas	Sec. Saúde	1.5. Reformulação do Formulário de Autorização de Transporte de Pacientes da Secretaria de Saúde de Navegantes;	5	A Secretaria de Saúde deve rever o formulário de autorização/planejamento de transporte de pacientes, supervisionar diariamente o seu conteúdo e registrá-los em sistema informatizado.	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa
423	12/06/2019	Auditoria Extraordinária	001/2017 - Controle de Frotas	Sec. Saúde	1.6. Atualização do Sistema Informatizado (CELK);	6	Utilizar de forma efetiva e geral o sistema informatizado para registros de pacientes e transferências.	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa
426	12/06/2019	Auditoria Extraordinária	001/2017 - Controle de Frotas	Sec. Saúde	1.9. Controle da Jornada de Trabalho (Sec. Saúde);	9	Que a Secretaria de Saúde adote mecanismos para evitar escala de trabalho excessivo aos servidores.	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa
427	12/06/2019	Auditoria Extraordinária	001/2017 - Controle de Frotas	Sec. Saúde	1.10. Controle da Jornada de Trabalho (Sec. Adm.);	10	Que a Secretaria de Administração adote a orientação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina no sentido de regulamentar os limites de hora extraordinária mensais.	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa
428	12/06/2019	Auditoria Extraordinária	001/2017 - Controle de Frotas	Sec. Saúde	1.11. Que se justifique o Deslocamento de mais de um veículo para mesmo local;	11	Que a Secretaria de Saúde adote como exceção os casos em que dois ou mais veículos precisem se deslocar ao mesmo tempo para a mesma cidade e que se faça a justificativa por escrito da necessidade/interesse público dessa situação ocorrer.	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa
429	12/06/2019	Auditoria Extraordinária	001/2017 - Controle de Frotas	Sec. Saúde	1.12. Que se justifique o Deslocamento em horário de almoço;	12	Que o Coordenador Frotas da Secretaria Municipal de Saúde registre as saídas (excepcionais) com a motivação que justifique os deslocamentos neste horário.	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa
431	12/06/2019	Auditoria Extraordinária	001/2017 - Controle de Frotas	Sec. Saúde	1.14. Aprovação da efetivação do deslocamento por documento emitido pelo hospital/clínica;	14	Que o Paciente solicite o Comprovante de Comparecimento, emitido pelo Hospital/Clinica, para que a Secretaria de Saúde utilize como comprovante de deslocamento do Paciente/Veículo.	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa
399	15/03/2019	Auditoria Ordinária	001/2018 - Fundação Hospitalar Contrato n.º 202/2015	Sec. Saúde	6.2. Que a Comissão de Acompanhamento do Contrato solicite comprovantes mensais ao ISEV	2	Recomenda-se que a Comissão de Acompanhamento Contratual solicite mensalmente ao ISEV os comprovantes de pagamento dos parcelamentos das dívidas tributárias junto à Receita Federal de todas as parcelas até a quitação e documentos suficientes para a comprovação de regularidade do empregador perante o FGTS, para se evitar que futuramente	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
400	15/03/2019	Auditoria Ordinária	001/2018 - Fundação Hospitalar Contrato n.º 202/2015	Sec. Saúde	6.3. Descontar do Contrato do ISEV os valores devidos ao Município	3	Recomenda-se que o valor devido pela ISEV seja descontado tal débito de eventuais créditos da Contratada. (Item 4.3.1)	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
401	15/03/2019	Auditoria Ordinária	001/2018 - Fundação Hospitalar Contrato n.º 202/2015	Sec. Saúde	6.4. Regularização de Alvarás Vencidos	4	Urgência na regularização dos alvarás vencidos (Hospital: Alvará Sanitário e FUMAN, Farmácia do Hospital Alvará Sanitário-Farmácia e Alvará Sanitário -Dispensa Medicamentos). (Item 4.4.1)	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
402	15/03/2019	Auditoria Ordinária	001/2018 - Fundação Hospitalar Contrato n.º 202/2015	Sec. Saúde	6.5. Que as comissões internas obrigatórias estejam ativas e de acordo com os estatutos	5	Foram identificadas que nenhuma comissão interna obrigatória atende adequadamente as normas vigentes, tais como, número mínimo de integrantes, reuniões mensais, atas publicadas, entre outros. (Item 4.5.2)	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
403	15/03/2019	Auditoria Ordinária	001/2018 - Fundação Hospitalar Contrato n.º 202/2015	Sec. Saúde	6.6. Que a Secretaria de Saúde preste esclarecimentos sobre coleta de lixo hospitalar	6	Solicita-se à Secretaria de Saúde esclarecimentos de quais são os serviços de fato prestados pela empresa Catarinense e pela empresa Recicle. (Item 4.6.6)	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
404	15/03/2019	Auditoria Ordinária	001/2018 - Fundação Hospitalar Contrato n.º 202/2015	Sec. Saúde	6.7. Que o ISEV faça aquisição de uniforme para os funcionários	7	Recomenda-se que o ISEV faça a adequação de suas rotinas e nos encaminhe a posteriori a comprovação do uso do uniforme. (Item 4.8.1) REINSTRUÇÃO: o ISEV informou que realizou a aquisição de uniformes para as profissionais da cozinha e de higienização, foram anexadas fotos das servidoras uniformizadas.	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
405	15/03/2019	Auditoria Ordinária	001/2018 - Fundação Hospitalar Contrato n.º 202/2015	Sec. Saúde	6.8. Que o ISEV adote procedimentos para regular entrada e saída de pessoas ao ambiente hospitalar	8	Sugerimos ao ISEV que adote os seguintes procedimentos: A. As transferências sejam cadastradas no sistema pelo médico que a autorizou; B. Identificação do Visitante: solicitação RG/Identificação com foto; C. Registro do Visitante, com data e hora da entrada e saída, e	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período

406	15/03/2019	Auditoria Ordinária	001/2018 - Fundação Hospitalar Contrato n.º 202/2015	Sec. Saúde	6.9. Que a Comissão de Acompanhamento Contratual elabore com mais transparência as suas Atas	9	Os assuntos discutidos e sanados pela Comissão rotineiramente são descritos nas atas de forma bastante resumida ou generalizadas, por exemplo: "fez alguns apontamentos"; "foram discutidos e aprovados". (Item 4.10.1)	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
407	15/03/2019	Auditoria Ordinária	001/2018 - Fundação Hospitalar Contrato n.º 202/2015	Sec. Saúde	6.10. Que a Comissão de Acompanhamento do Contrato retorne às reuniões pelo menos uma vez ao mês, por se tratar de um contrato de grande valia. Caso não seja possível, que os atuais integrantes requisitem por escrito ao Gestor o imediato afastamento da Comissão para que se possa designar outros. (Item 4.11.1)	10	Recomenda-se que a Comissão de Acompanhamento do Contrato retorne às reuniões pelo menos uma vez ao mês, por se tratar de um contrato de grande valia. Caso não seja possível, que os atuais integrantes requisitem por escrito ao Gestor o imediato afastamento da Comissão para que se possa designar outros. (Item 4.11.1)	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
408	15/03/2019	Auditoria Ordinária	001/2018 - Fundação Hospitalar Contrato n.º 202/2015	Sec. Saúde	6.11. Que a Secretaria de Saúde preste informações sobre aprovação dos pagamentos ao ISEV, sem aprovação da Comissão de Acompanhamento	11	Solicita-se informações sobre como se procedeu a autorização dos pagamentos mensais em 2017 sem o devido registro em Ata do acompanhamento das metas pela Comissão de Acompanhamento (Item 4.12.1)	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
409	15/03/2019	Auditoria Ordinária	001/2018 - Fundação Hospitalar Contrato n.º 202/2015	Sec. Saúde	6.12. Que a Secretaria de Saúde verifique a aquisição de Monitor Fetal Cardiotocógráfico	12	Na visita de Auditoria ao Hospital nos foi informado pela equipe médica que o Hospital necessita adquirir o aparelho Monitor Fetal Cardiotocógráfico e substituir o aparelho de Ultrassom que, segundo os funcionários, está obsoleto. Recomenda-se que a Secretaria de Saúde verifique as condições para a aquisição desses equipamentos. (Item 4.13.1)	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
410	15/03/2019	Auditoria Ordinária	001/2018 - Fundação Hospitalar Contrato n.º 202/2015	Sec. Saúde	6.13. Revisão do Contrato (retirada de serviços que não são prestados pela Fundação Hospitalar)	13	Recomenda-se que seja elaborado um termo aditivo ao contrato para a alteração do Cronograma Físico-Financeiro, com atenção ao Item 14.1, que determina que "o presente contrato poderá ser alterado mediante a celebração de Termo Aditivo, ressalvado o seu objeto que não poderá ser modificado, mediante análise e parecer da Comissão de Acompanhamento"	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
411	15/03/2019	Auditoria Ordinária	001/2018 - Fundação Hospitalar Contrato n.º 202/2015	Sec. Saúde	6.14. Que o ISEV providencie a instalação de uma Brinquedoteca do Hospital	14	Recomenda-se que Brinquedoteca do Hospital seja instalada para que possam ser desenvolvidas atividades pedagógicas, de artes, jogos e brincadeiras para tratamento do paciente não somente os aspectos físicos e biológicos, mas também psicológicos e emocionais. Conforme previsão contratual. (Item 4.15.1)	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
412	15/03/2019	Auditoria Ordinária	001/2018 - Fundação Hospitalar Contrato n.º 202/2015	Sec. Saúde	6.15. Que a comissão fiscalize e notifique o ISEV a cumprir a quantidade de leitos do Hospital	15	Recomenda-se que a Comissão acompanhe esta situação e que notifique o ISEV para que retubos os 02 leitos faltantes. (Item 4.16.1)	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
413	15/03/2019	Auditoria Ordinária	001/2018 - Fundação Hospitalar Contrato n.º 202/2015	Sec. Saúde	6.16. Providências da Sec. Saúde sobre Desabastecimento recorrente de Água no Hospital	16	Recomenda-se que a Secretaria de Saúde verifique junto à Secretaria de Saneamento - SESA, o motivo dos desabastecimentos e a maneira de sanar o problema. (Item 4.17.1)	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
414	15/03/2019	Auditoria Ordinária	001/2018 - Fundação Hospitalar Contrato n.º 202/2015	Sec. Saúde	6.17. Providências ao ISEV que revisa nos registros de solicitações de transporte para transferência de pacientes	17	(Item 4.18.4) Recomenda-se ao ISEV que inclua nos registros de solicitações de transporte para transferência de pacientes, os seguintes itens: A. Nome do requerente do Hospital; B. Para qual órgão foi solicitada a transferência (Secretaria de Saúde, Bombeiro Voluntário ou SAMU);	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
415	15/03/2019	Auditoria Ordinária	001/2018 - Fundação Hospitalar Contrato n.º 202/2015	Sec. Saúde	6.18. Que a Sec. de Saúde normative os procedimentos para transferência inter-hospitalar	18	Recomenda-se à Secretaria de Saúde que edite uma Instrução Normativa com todas as normas de procedimentos de transferência inter-hospitalar, que são responsáveis, de que forma deve ser solicitado o serviço e quem deve prestar o serviço, em todos os casos possíveis. Com base nessas informações será possível vislumbrar claramente os procedimentos	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
417	15/03/2019	Auditoria Ordinária	001/2018 - Fundação Hospitalar Contrato n.º 202/2015	Sec. Saúde	6.20. Que a Sec. de Saúde verifique a informação do ISEV sobre demora no atendimento	20	Recomenda-se que a Secretaria de Saúde verifique a informação do ISEV sobre a demora na prestação do serviço de transporte inter-hospitalar, e informe providências. (Item 4.18.7)	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
386	01/01/2018	Tribunal de Contas	Relatório PCP 18/00216308	Sec. Saúde	Recomendações do TCE emitidas no parecer de contas do prefeito	3	IV.2. RECOMENDAR à Prefeitura Municipal de Navegantes a adoção de providências no sentido de que efetue as adequações necessárias ao cumprimento de todos os aspectos da saúde avaliados no presente exercício quanto às políticas públicas municipais, conforme sugerido pelo Ministério Público de Contas.	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
196	09/06/2017	Auditoria Ordinária	002/2017 - Medicamentos	Sec. Saúde	Controle de Estoque em Medicamentos	5	Inclusão de Responsável Técnico em cada farmácia	Recomendação Parcialmente Atendida	38/20: Enfermeira coordenadora responsável pelas farmácias das USBS, ceta com 1 farmácia e a Farmácia Municipal possui dois farmacêuticos 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Enfermeira coordenadora responsável pelas farmácias das USBS e Farmácia Municipal possui dois farmacêuticos
200	09/06/2017	Auditoria Ordinária	002/2017 - Controle de Estoque em Medicamentos.	Sec. Saúde	Estoque das Unidades Básicas de Saúde	9	Abertura de PAD, para apurar a forma que os materiais provenientes de outro município foram estocados no almoxarifado central, verificar a legalidade com a responsabilização a quem deu causa	Recomendação Não Atendida	38/20: gestor à época não requereu instauração 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: gestor à época não requereu instauração 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
347	18/10/2018	Tribunal de Contas	Ofício/TCE/DMU Nº 16.911/2018	Sec. Saúde	Habilitação no Conselho Regional de Medicina	1	Adoção de providências de forma a prevenir eventual impacto financeiro, orçamentário, patrimonial e operacional decorrente da ausência de habilitação das unidades de saúde do município junto ao CRM-SC Informar as providências adotadas e os resultados obtidos no relatório de controle interno que acompanha a prestação de serviços	Recomendação Parcialmente Atendida	38/20: Jurídico emitiu parecer jurídico, inclusive remetemos informações ao Ministério Público. 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Continua com a diretora de atenção básica 5B/19: Continua com a diretora de atenção básica 4B/19: Continua com a diretora de atenção básica
345	28/02/2018	Tribunal de Contas	Relatório PCP 17/00265587	Sec. Saúde	Audiências públicas trimestrais de prestação de contas	1	Recomenda ao Poder Executivo Municipal de Navegantes que observe o art. 36, § 5º, da Lei Complementar n. 141/2012, acerca da realização de audiências públicas trimestrais de prestação de contas das despesas com saúde.	Recomendação Não Atendida	38/20: Não atendida 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não atendida 5B/19: Não atendida 4B/19: Não atendida 3B/19: Não atendida
421	12/06/2019	Auditoria Extraordinária	001/2017 - Controle de Frotas	Sec. Saúde	1.4. Instituição do Ponto Biométrico como regra:	4	Que seja efetivado o controle do ponto biométrico nos termos do Decreto Municipal nº 267/2015, respeitando a excepcionalidade do registro manual.	Recomendação Parcialmente Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Aguardando instalação e manutenção dos pontos biométricos em algumas unidades de saúde. Em alguns locais (DNA, setor de transporte e SAMU) já foram solucionados 5B/19: Aguardando instalação e manutenção dos pontos biométricos
348	18/10/2018	Tribunal de Contas	Ofício/TCE/DMU Nº 16.911/2018	Sec. Saúde	Habilitação no Conselho Regional de Medicina	2	Informar as providências adotadas e os resultados obtidos no relatório de controle interno que acompanha a prestação de contas de gestão do FMS (exercício 2018)	Recomendação Parcialmente Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Continua com a diretora de atenção básica 5B/19: Continua com a diretora de atenção básica 4B/19: continua com a diretora de atenção básica 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
333	07/08/2018	Prestação de Conta	Parecer Nº 021/2018	Sec. Saúde (Bombeiro)	6ª parcela da parceria 002/2017 - Documentos Fiscais	1	que deve Entidade juntar mensalmente todos os cupons fiscais relativos aos abastecimentos dos veículos, os quais devem conter todos os dados de identificação do número da placa, marca e modelo do veículo e a quilometragem registrada no hodômetro, sob pena de ter rejeitada a prestação de contas.	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve prestações de contas. Credenciamento 114/2020 assinado dia 10/6/2020. 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Bombeiros não apresentaram cupom fiscal na prestação de contas nº11. 5B/19: Bombeiros estão apresentando cupons fiscais que não

4.1.14 SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

	Tema do Quesito	Peso	2019-5b	2019-6b	2020-1q	2020-3b
Controles Básicos	Comunicação interna adequada	1	Sim	Sim	Não	Sim
	Controles internos formais	2	Sim	Sim	Não	Não
	Documentos padronizados revisados	1	Sim	Sim	Não	Não
	Estudos recorrentes das IN	1	Sim	Sim	Não	Não
	Fiscais de contrato	2	Sim	Não	Não	Não
	Indicadores de gestão	3	Não	Não	Não	Não
	Mecanismos de controle das informações	1	Sim	Sim	Não	Sim
	Princípio da legalidade	3	Sim	Sim	Não	Não
Reuniões periódicas formalizadas	1	Sim	Sim	Não	Não	

Gest. Pessoal	Escalonamento de férias	1	Sim	Sim	Não	Não
	Mão de obra suficiente	2	Sim	Sim	Não	Não
	Plano de capacitação	1	Não	Não	Não	Não
	Segregação de funções	2	Sim	Sim	Não	Sim



O setor não adota mecanismos de controle interno formalmente instituídos (normas internas, uso de manuais de procedimentos, etc.), com isto chegamos à conclusão que as atividades são realizadas de maneira empírica, nos usos e costumes, o que não é aconselhável por esta secretaria de controle interno, uma vez que com a saída/troca de qualquer colaborador o conhecimento se perde juntamente que o ex-colaborador. Não envio evidências conforme solicitado.

A não existência de documentos padronizados é algo a ser melhorado, uma vez que protocolos, requisições, formulários, checklist, etc. são documentos que comumente são utilizados pelos setores e que podem sofrer atualizações frequentes a fim de melhorar a dinâmica das atividades.

Não existe o estudo recorrente das instruções normativas vigentes, o que leva a conclusão de que há grande possibilidade de retrabalho pelo exercício de atividades que foram modificadas.

Solicitado a relação dos fiscais de contrato e seus últimos relatórios/parecer de acompanhamento, mas foi informado que não possuem nenhum, mas não ficou claro se não existem fiscais ou se, apenas não foi informado. Não enviou evidências conforme solicitado.

O setor não possui nenhum indicador de gestão pré-estabelecido, o que dificulta monitorar se as atividades do setor estão sendo eficazes e atingindo sua efetividade, pois o que não é medido não é melhorado.

A previsibilidade de atuação das atividades do setor por meio de leis, decretos, etc. a fim de cumprir com o princípio da legalidade não foi evidenciada conforme solicitado, uma vez que não enviaram as informações de referência de quais documentos legais são utilizados. Não envio evidências conforme solicitado.

Informado que não são feitas reuniões periódicas e conseqüentemente não existe registros em atas. Sugerimos a adoção desta prática de realização de reuniões periódicas, visando a discussão das atividades do setor,

reformulações, definição de metas etc., com os devidos registros, como forma de garantir a formalização das decisões tomadas, bem como o acompanhamento das ações.

Não foi evidenciada a escala de férias dos colaboradores em atividade, evidenciando com isto que não existe planejamento de ausência de colaboradores a fim de não parar as atividades do setor.

De acordo com o informado pela área, a quantidade de pessoal para o exercício das atividades do setor não é suficiente, no entanto poderia ser explicitado qual poderia ser a quantidade ideal e quem sabe enviar um organograma desejável para a área.

Não existe previsibilidade para capacitação dos colaboradores, o que contraria a ideia de melhoria contínua programada. Poderia ser informado uma meta estipulada para um determinado período, como por exemplo, efetuar 4 treinamentos por ano, ou realizar xx horas de capacitação em treinamentos e evidenciar a quantidade executada versus a programada.

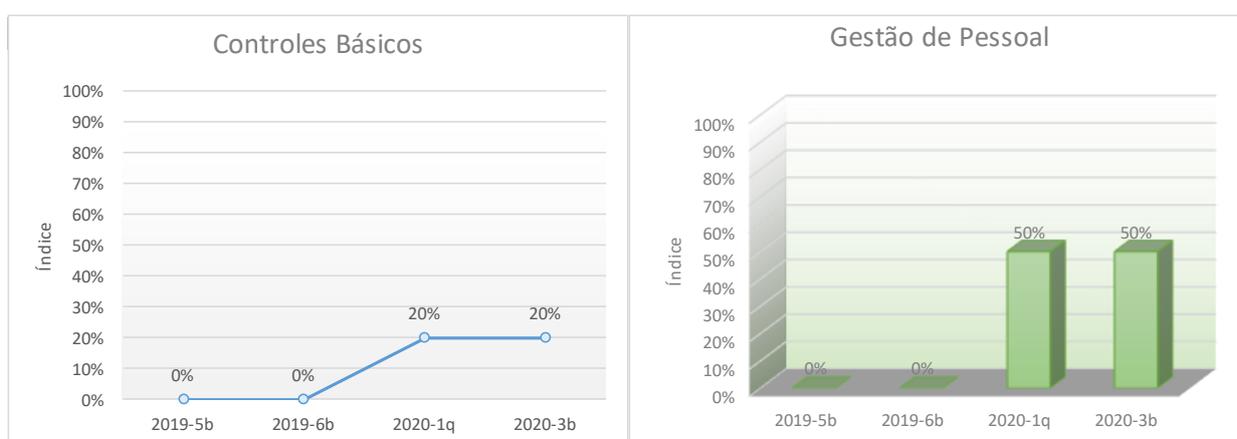
Status das recomendações do órgão central do sistema de controle interno não atendidas ou parcialmente atendidas:

Nro Seq	Data	Origem	Descrição do Processo	Entidade	Assunto	Nº Rec	Recomendações Emitidas	Status	Manifestação do Órgão
502	04/12/2019	Tribunal de Contas	Processo n.: @REP 19/00531604 Acórdão n.: 628/2019	Fundação Municipal de Vigilância	Irregularidades no edital de Pregão Presencial n. 03/2019, para elaboração de estudo técnico de viabilidade de implantação de estacionamento rotativo	1	2. Aplicar ao Sr. Johnny Eurico Coelho, Superintendente da Fundação Municipal de Vigilância e Trânsito de Navegantes e subscritor do edital, prevista no art. 70, II da Lei Complementar n. 202/2000 c/c o 109, II, do RJ, a multa no valor de R\$1.136,52 (mil, cento e trinta e seis reais e cinquenta e dois centavos), fixando-lhe o prazo de 30 (trinta)	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
50	10/03/2015	Auditoria Ordinária	001/2015 - Navetran - Área Azul	Fundação Municipal de Vigilância	Estacionamento Rotativo	1	Instaurar controle para coibir ISENÇÃO para veículos não constantes do Decreto 309/91 (ambulâncias, Celesc/Sesan, Policias, Bombeiros, veículos oficiais em serviço e deficientes físicos)	Recomendação Parcialmente Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não o houve resposta deste item neste período 5B/19: Não o houve resposta deste item neste período 4B/19: Não o houve resposta deste item neste período 3B/19: Não o houve resposta deste item neste período
51	10/03/2015	Auditoria Ordinária	001/2015 - Navetran - Área Azul	Fundação Municipal de Vigilância	Estacionamento Rotativo	2	Que o NAVETRAN tome medidas cabíveis e legais para pôr em prática a regulamentação, fiscalização, monitoramento e controle do estacionamento rotativo	Recomendação Parcialmente Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não o houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não o houve resposta deste item neste período 5B/19: Não o houve resposta deste item neste período 4B/19: Não o houve resposta deste item neste período 3B/19: Não o houve resposta deste item neste período
52	10/03/2015	Auditoria Ordinária	001/2015 - Navetran - Área Azul	Fundação Municipal de Vigilância	Estacionamento Rotativo	3	Implementação de sistema de controle para cobrança e monitoramento da Área Azul	Recomendação Parcialmente Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não o houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não o houve resposta deste item neste período 5B/19: Não o houve resposta deste item neste período 4B/19: Não o houve resposta deste item neste período 3B/19: Não o houve resposta deste item neste período

4.1.15 SECRETARIA DE TURISMO

	Tema do Quesito	Peso	2019-5b	2019-6b	2020-1q	2020-3b
Controles Básicos	Comunicação interna adequada	1	Não	Não	Sim	Sim
	Controles internos formais	2	Não	Não	Não	Não
	Documentos padronizados revisados	1	Não	Não	Não	Não
	Estudos recorrentes das IN	1	Não	Não	Sim	Sim
	Fiscais de contrato	2	Não	Não	Não	Não
	Indicadores de gestão	3	Não	Não	Não	Não
	Mecanismos de controle das informações	1	Não	Não	Sim	Sim
	Princípio da legalidade	3	Não	Não	Não	Não
Reuniões periódicas formalizadas	1	Não	Não	Não	Não	

Gest. Pessoal	Escalonamento de férias	1	Não	Não	Sim	Sim
	Mão de obra suficiente	2	Não	Não	Não	Não
	Plano de capacitação	1	Não	Não	Não	Não
	Segregação de funções	2	Não	Não	Sim	Sim



O setor não adota mecanismos de controle interno formalmente instituídos (normas internas, uso de manuais de procedimentos, etc.), com isto chegamos à conclusão que as atividades são realizadas de maneira empírica, nos usos e costumes, o que não é aconselhável por esta secretaria de controle interno, uma vez que com a saída/troca de qualquer colaborador o conhecimento se perde juntamente que o ex-colaborador. Resposta não condiz com o solicitado no quesito.

A não existência de documentos padronizados é algo a ser melhorado, uma vez que protocolos, requisições, formulários, checklist, etc. são documentos que comumente são utilizados pelos setores e que podem sofrer atualizações frequentes a fim de melhorar a dinâmica das atividades. Respondeu positivamente, mas não enviou nenhuma evidência.

Solicitado a relação dos fiscais de contrato e seus últimos relatórios/parecer de acompanhamento, mas foi informado que não possuem nenhum, mas não ficou claro se não existem fiscais ou se, apenas não foi informado. Arquivo enviado não condiz com as informações solicitadas. (relacionado apenas o nome de dois colaboradores)

O setor não possui nenhum indicador de gestão pré-estabelecido, o que dificulta monitorar se as atividades do setor estão sendo eficazes e atingindo sua efetividade, pois o que não é medido não é melhorado. Respondeu positivamente, mas não enviou nenhuma evidência.

A previsibilidade de atuação das atividades do setor por meio de leis, decretos, etc. a fim de cumprir com o princípio da legalidade não foi evidenciada conforme solicitado, uma vez que não enviaram as informações de referência de quais documentos legais são utilizados. Respondeu positivamente, mas não enviou nenhuma evidência.

Informado que não são feitas reuniões periódicas e conseqüentemente não existe registros em atas. Sugerimos a adoção desta prática de realização de reuniões periódicas, visando a discussão das atividades do setor, reformulações, definição de metas etc., com os devidos registros, como forma de garantir a formalização das decisões tomadas, bem como o acompanhamento das ações.

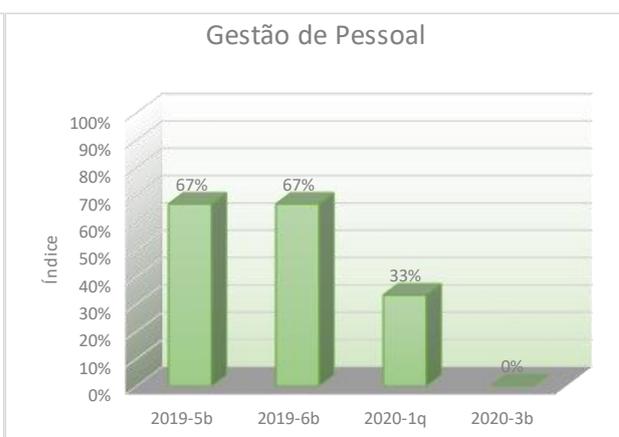
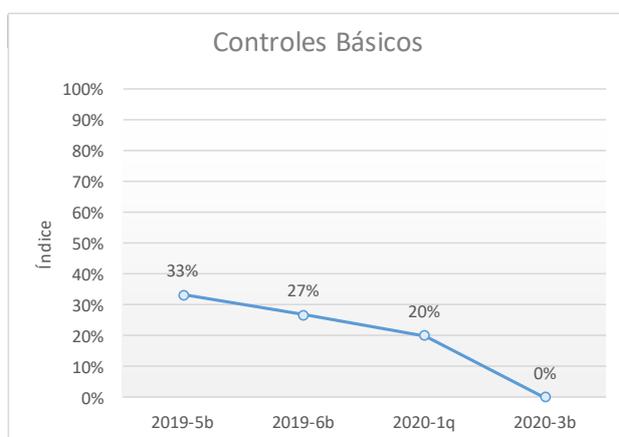
De acordo com o informado pela área, a quantidade de pessoal para o exercício das atividades do setor não é suficiente, no entanto poderia ser explicitado qual poderia ser a quantidade ideal e quem sabe enviar um organograma desejável para a área.

Não existe previsibilidade para capacitação dos colaboradores, o que contraria a ideia de melhoria continua programada. Poderia ser informado uma meta estipulada para um determinado período, como por exemplo, efetuar 4 treinamentos por ano, ou realizar xx horas de capacitação em treinamentos e evidenciar a quantidade executada versus a programada.

4.1.16 SECRETARIA DE FINANÇAS

	Tema do Quesito	Peso	2019-5b	2019-6b	2020-1q	2020-3b
Controles Básicos	Comunicação interna adequada	1	Sim	Sim	Sim	Não
	Controles internos formais	2	Não	Não	Não	Não
	Documentos padronizados revisados	1	Sim	Sim	Sim	Não
	Estudos recorrentes das IN	1	Sim	Sim	Sim	Não
	Fiscais de contrato	2	Sim	Não	Não	Não
	Indicadores de gestão	3	Não	Não	Não	Não
	Mecanismos de controle das informações	1	Não	Sim	Não	Não
	Princípio da legalidade	3	Não	Não	Não	Não
Reuniões periódicas formalizadas	1	Não	Não	Não	Não	

Gest. Pessoal	Escalonamento de férias	1	Sim	Sim	Não	Não
	Mão de obra suficiente	2	Não	Não	Não	Não
	Plano de capacitação	1	Sim	Sim	Não	Não
	Segregação de funções	2	Sim	Sim	Sim	Não



A referida área **NÃO** participou da pesquisa neste bimestre, evidenciando o descumprimento ao Decreto nº 233/2018, IN 003/2018 e da Lei nº 1417/2001. Caso ocorra a reincidência da não prestação de informações, iremos recomendar a instauração de procedimento administrativo disciplinar para apuração dos fatos e responsabilização de quem deu causa. Esta prática inviabiliza/limita as atividades de controle interno

Status das recomendações do órgão central do sistema de controle interno não atendidas ou parcialmente atendidas:

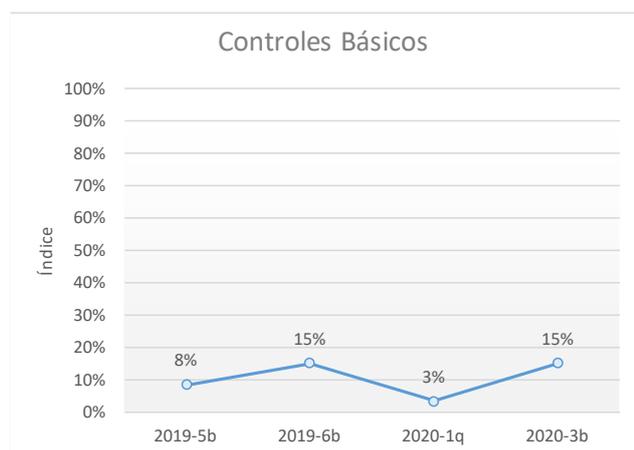
Nro Seq	Data	Origem	Descrição do Processo	Entidade	Assunto	Nº Rec	Recomendações Emitidas	Status	Manifestação do Órgão
384	01/01/2018	Tribunal de Contas	Relatório PCP 18/00216308	Sec. Finanças	Recomendações do TCE emitidos no parecer de contas do prefeito	1	IV.1.1.1. Realização de despesas, no montante de R\$ 984.039,99, de competência do exercício de 2017 não empenhadas na época própria, em desacordo com os artigos 35, II, 60 e 85 da Lei nº 4.320/64 (Quadro 02-A do Relatório Técnico).	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 68/19: aguardando finalização do processo junto ao TCE para saneamento da restituição 58/19: aguardando finalização do processo junto ao TCE para saneamento da restituição

4.1.17 SECRETARIA DE OBRAS

a	Obras (Administração)
b	Obras (Almoxarifado)
c	Obras (Equipe de Rua)
d	Obras (Mecânica)

	Tema do Quesito	Subárea	Peso	2019-5b				2019-6b				2020-1q				2020-3b					
				a	b	c	d	a	b	c	d	a	b	c	d	a	b	c	d		
Controles Básicos	Comunicação interna adequada		1	S	S	S	S	S	S	S	S	S	N	N	N	N	S	S	S	N	
	Controles internos formais		2	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
	Documentos padronizados revisados		1	N	N	N	N	S	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
	Estudos recorrentes das IN		1	S	N	N	N	S	S	N	S	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
	Fiscais de contrato		2	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	S	N	N	N
	Indicadores de gestão		3	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
	Mecanismos de controle das informações		1	N	N	N	N	N	N	N	S	S	N	N	N	N	S	S	S	S	S
	Princípio da legalidade		3	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
	Reuniões periódicas formalizadas		1	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N

Gest. Pessoal	Escalonamento de férias		1	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
	Mão de obra suficiente		2	N	N	N	N	N	S	N	S	S	N	N	N	S	N	N	N	S
	Plano de capacitação		1	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
	Segregação de funções		2	S	S	N	S	S	S	S	S	S	N	N	N	S	S	S	S	S



EQUIPE ADMINISTRATIVA

O setor não adota mecanismos de controle interno formalmente instituídos (normas internas, uso de manuais de procedimentos, etc.), com isto chegamos à conclusão que as atividades são realizadas de maneira empírica, nos usos e costumes, o que não é aconselhável por esta secretaria de controle interno, uma vez que com a saída/troca de qualquer colaborador o conhecimento se perde juntamente que o ex-colaborador. Respondeu positivamente, mas não enviou nenhuma evidência.

A não existência de documentos padronizados é algo a ser melhorado, uma vez que protocolos, requisições, formulários, checklist, etc. são documentos que comumente são utilizados pelos setores e que podem sofrer atualizações frequentes a fim de melhorar a dinâmica das atividades. Respondeu positivamente, mas não enviou nenhuma evidência.

Não existe o estudo recorrente das instruções normativas vigentes, o que leva a conclusão de que há grande possibilidade de retrabalho pelo exercício de atividades que foram modificadas.

Solicitado a relação dos fiscais de contrato e seus últimos relatórios/parecer de acompanhamento, foi informado que possuem, mas não foi enviado a relação de pessoas e nem a qual contrato ele está vinculado, sendo uma melhoria sugerida para as próximas pesquisas. Respondeu positivamente, mas não enviou nenhuma evidência.

O setor não possui nenhum indicador de gestão pré-estabelecido, o que dificulta monitorar se as atividades do setor estão sendo eficazes e atingindo sua efetividade, pois o que não é medido não é melhorado.

A previsibilidade de atuação das atividades do setor por meio de leis, decretos, etc. a fim de cumprir com o princípio da legalidade não foi evidenciada conforme solicitado, uma vez que não enviaram as informações de referência de quais documentos legais são utilizados. Respondeu positivamente, mas não enviou nenhuma evidência.

Informado que são feitas reuniões periódicas, mas não existe registros em atas e nem foi informado o resultado de uma delas. Sugerimos a adoção desta prática de realização de reuniões periódicas, visando a discussão das atividades do setor, reformulações, definição de metas etc., com os devidos registros, como forma de garantir a formalização das decisões tomadas, bem como o acompanhamento das ações. Respondeu positivamente, mas, não enviou nenhuma evidência.

Não foi evidenciada a escala de férias dos colaboradores em atividade, evidenciando com isto que não existe planejamento de ausência de colaboradores a fim de não parar as atividades do setor. Respondeu positivamente, mas não enviou nenhuma evidência.

Não existe previsibilidade para capacitação dos colaboradores, o que contraria a ideia de melhoria continua programada. Poderia ser informado uma meta estipulada para um determinado período, como por exemplo, efetuar 4 treinamentos por ano, ou realizar 40 horas de capacitação em treinamentos e evidenciar a quantidade executada versus a programada.

EQUIPE ALMOXARIFADO

O setor não adota mecanismos de controle interno formalmente instituídos (normas internas, uso de manuais de procedimentos, etc.), com isto chegamos à conclusão que as atividades são realizadas de maneira empírica, nos usos e costumes, o que não é aconselhável por esta secretaria de controle interno, uma vez que com a saída/troca de qualquer colaborador o conhecimento se perde juntamente que o ex-colaborador. Respondeu positivamente, mas não enviou nenhuma evidência.

A não existência de documentos padronizados é algo a ser melhorado, uma vez que protocolos, requisições, formulários, checklist, etc. são documentos que comumente são utilizados pelos setores e que podem sofrer atualizações frequentes a fim de melhorar a dinâmica das atividades. Respondeu positivamente, mas não enviou nenhuma evidência.

Não existe o estudo recorrente das instruções normativas vigentes, o que leva a conclusão de que há grande possibilidade de retrabalho pelo exercício de atividades que foram modificadas.

O setor não possui nenhum indicador de gestão pré-estabelecido, o que dificulta monitorar se as atividades do setor estão sendo eficazes e atingindo sua efetividade, pois o que não é medido não é melhorado.

A previsibilidade de atuação das atividades do setor por meio de leis, decretos, etc. a fim de cumprir com o princípio da legalidade não foi evidenciada conforme solicitado, uma vez que não enviaram as informações de referência de quais documentos legais são utilizados. Respondeu positivamente, mas não enviou nenhuma evidência.

Informado que são feitas reuniões periódicas, mas não existe registros em atas e nem foi informado o resultado de uma delas. Sugerimos a adoção desta prática de realização de reuniões periódicas, visando a discussão das atividades do setor, reformulações, definição de metas etc., com os devidos registros, como forma de garantir a formalização das decisões tomadas, bem como o acompanhamento das ações. Respondeu positivamente, mas, não enviou nenhuma evidência.

Não foi evidenciada a escala de férias dos colaboradores em atividade, evidenciando com isto que não existe planejamento de ausência de colaboradores a fim de não parar as atividades do setor. Respondeu positivamente, mas não enviou nenhuma evidência.

De acordo com o informado pela área, a quantidade de pessoal para o exercício das atividades do setor não é suficiente, no entanto poderia ser explicitado qual poderia ser a quantidade ideal e quem sabe enviar um organograma desejável para a área.

Não existe previsibilidade para capacitação dos colaboradores, o que contraria a ideia de melhoria continua programada. Poderia ser informado uma meta estipulada para um determinado período, como por exemplo, efetuar 4 treinamentos por ano, ou realizar 40 horas de capacitação em treinamentos e evidenciar a quantidade executada versus a programada.

EQUIPE DE RUA

O setor não adota mecanismos de controle interno formalmente instituídos (normas internas, uso de manuais de procedimentos, etc.), com isto chegamos à conclusão que as atividades são realizadas de maneira empírica, nos usos e costumes, o que não é aconselhável por esta secretaria de controle interno, uma vez que com a saída/troca de qualquer colaborador o conhecimento se perde juntamente que o ex-colaborador. Respondeu positivamente, mas não enviou nenhuma evidência.

A não existência de documentos padronizados é algo a ser melhorado, uma vez que protocolos, requisições, formulários, checklist, etc. são documentos que comumente são utilizados pelos setores e que podem sofrer atualizações frequentes a fim de melhorar a dinâmica das atividades. Respondeu positivamente, mas não enviou nenhuma evidência.

Não existe o estudo recorrente das instruções normativas vigentes, o que leva a conclusão de que há grande possibilidade de retrabalho pelo exercício de atividades que foram modificadas.

Solicitado a relação dos fiscais de contrato e seus últimos relatórios/parecer de acompanhamento, foi informado que possuem, mas não foi enviado a relação de pessoas e nem a qual contrato ele está vinculado, sendo uma melhoria sugerida para as próximas pesquisas. Respondeu positivamente, mas não enviou nenhuma evidência.

O setor não possui nenhum indicador de gestão pré-estabelecido, o que dificulta monitorar se as atividades do setor estão sendo eficazes e atingindo sua efetividade, pois o que não é medido não é melhorado.

A previsibilidade de atuação das atividades do setor por meio de leis, decretos, etc. a fim de cumprir com o princípio da legalidade não foi evidenciada conforme solicitado, uma vez que não enviaram as informações de referência de quais documentos legais são utilizados. Respondeu positivamente, mas não enviou nenhuma evidência.

Informado que são feitas reuniões periódicas, mas não existe registros em atas e nem foi informado o resultado de uma delas. Sugerimos a adoção desta prática de realização de reuniões periódicas, visando a discussão das atividades do setor, reformulações, definição de metas etc., com os devidos registros, como forma de garantir a formalização das decisões tomadas, bem como o acompanhamento das ações. Respondeu positivamente, mas, não enviou nenhuma evidência.

Não foi evidenciada a escala de férias dos colaboradores em atividade, evidenciando com isto que não existe planejamento de ausência de colaboradores a fim de não parar as atividades do setor. Respondeu positivamente, mas não enviou nenhuma evidência.

De acordo com o informado pela área, a quantidade de pessoal para o exercício das atividades do setor não é suficiente, no entanto poderia ser explicitado qual poderia ser a quantidade ideal e quem sabe enviar um organograma desejável para a área.

Não existe previsibilidade para capacitação dos colaboradores, o que contraria a ideia de melhoria continua programada. Poderia ser informado uma meta estipulada para um determinado período, como por exemplo, efetuar 4 treinamentos por ano, ou realizar 40 horas de capacitação em treinamentos e evidenciar a quantidade executada versus a programada.

EQUIPE DE MECÂNICA

A comunicação no setor parece não ser eficiente, seja pelos canais formais (e-mails, CI, ofícios, etc.) ou informais (WhatsApp, Wunderlist, Skype, etc.). Não informou quais os meios utilizados

O setor não adota mecanismos de controle interno formalmente instituídos (normas internas, uso de manuais de procedimentos, etc.), com isto chegamos à conclusão que as atividades são realizadas de maneira empírica, nos usos e costumes, o que não é aconselhável por esta secretaria de controle interno, uma vez que com a saída/troca de qualquer colaborador o conhecimento se perde juntamente que o ex-colaborador. Respondeu positivamente, mas não enviou nenhuma evidência.

A não existência de documentos padronizados é algo a ser melhorado, uma vez que protocolos, requisições, formulários, checklist, etc. são documentos que comumente são utilizados pelos setores e que podem sofrer atualizações frequentes a fim de melhorar a dinâmica das atividades. Respondeu positivamente, mas não enviou nenhuma evidência.

Não existe o estudo recorrente das instruções normativas vigentes, o que leva a conclusão de que há grande possibilidade de retrabalho pelo exercício de atividades que foram modificadas.

Solicitado a relação dos fiscais de contrato e seus últimos relatórios/parecer de acompanhamento, foi informado que possuem, mas não foi enviado a relação de pessoas e nem a qual contrato ele está vinculado, sendo uma melhoria sugerida para as próximas pesquisas. Respondeu positivamente, mas não enviou nenhuma evidência.

O setor não possui nenhum indicador de gestão pré-estabelecido, o que dificulta monitorar se as atividades do setor estão sendo eficazes e atingindo sua efetividade, pois o que não é medido não é melhorado.

A previsibilidade de atuação das atividades do setor por meio de leis, decretos, etc. a fim de cumprir com o princípio da legalidade não foi evidenciada conforme solicitado, uma vez que não enviaram as informações de referência de quais documentos legais são utilizados. Respondeu positivamente, mas não enviou nenhuma evidência.

Informado que são feitas reuniões periódicas, mas não existe registros em atas e nem foi informado o resultado de uma delas. Sugerimos a adoção desta prática de realização de reuniões periódicas, visando a discussão das atividades do setor, reformulações, definição de metas etc., com os devidos registros, como forma de garantir a formalização das decisões tomadas, bem como o acompanhamento das ações. Respondeu positivamente, mas, não enviou nenhuma evidência.

Não foi evidenciada a escala de férias dos colaboradores em atividade, evidenciando com isto que não existe planejamento de ausência de colaboradores a fim de não parar as atividades do setor. Respondeu positivamente, mas não enviou nenhuma evidência.

De acordo com o informado pela área, a quantidade de pessoal para o exercício das atividades do setor não é suficiente, no entanto poderia ser explicitado qual poderia ser a quantidade ideal e quem sabe enviar um organograma desejável para a área.

Não existe previsibilidade para capacitação dos colaboradores, o que contraria a ideia de melhoria continua programada. Poderia ser informado uma meta estipulada para um determinado período, como por exemplo, efetuar 4 treinamentos por ano, ou realizar 40 horas de capacitação em treinamentos e evidenciar a quantidade executada versus a programada.

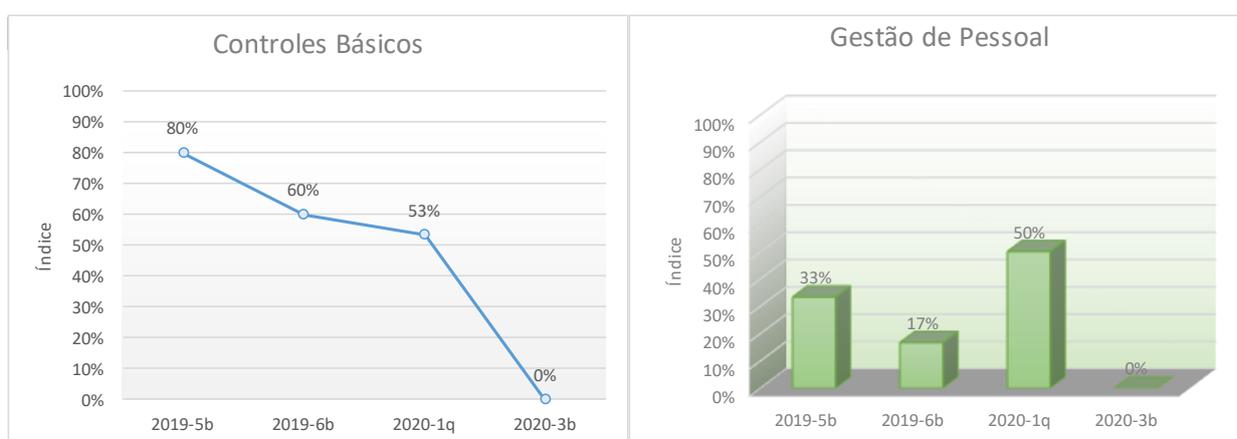
Status das recomendações do órgão central do sistema de controle interno não atendidas ou parcialmente atendidas:

Nro Seq	Data	Origem	Descrição do Processo	Entidade	Assunto	Nº Rec	Recomendações Emitidas	Status	Manifestação do Órgão
449	08/01/2020	Auditoria Extraordinária	Parecer nº 064/2019	Sec. Obras	Possível desvio de função	4	Negligência do chefe imediato, por permitir que o servidor permanecesse sem desempenhar suas atividades para que foi contratado. Sendo que não foi possível identificar no local qualquer estrutura pública.	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
450	08/01/2020	Auditoria Extraordinária	Parecer nº 064/2019	Sec. Obras	Pagamento de salário a servidor em função distinta a contratada	5	Pagamento a servidor com função de diretor que supostamente desempenha função de vigia ou porteiro. Cálculo efetuado desde sua contratação 09/05/2017 até 31/12/2019.	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
492	05/03/2020	Parecer de Verificação	Parecer Nº 002/2020	Sec. Obras	Denúncia Depósito de Lixo Irregular - Secretaria de Gestão e Controle recebeu denuncia de depósito de lixo irregular, em terreno publico.	3	SEC. DE OBRAS: justificativa para depositar lixo/entulho da coleta de ruas em terreno pertencente ao município (Depósito de lixo em terreno público onde está o centro de Treinamento dos Bombeiros Voluntários).	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
493	01/06/2019	Auditoria Ordinária	003/2019 - Contratos horas máquinas	Sec. Obras	Contratos horas máquinas	1	Notificação nº 052/2019 de 10/07/2019. - Recálculo de todas as notas fiscais emitidas pela empresa Osvaldo Dias da Silva - Eireli, vencedora das licitações de mão de obra, estava emitindo as notas fiscais com o índice de 2% de ISS e de acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita o correto é de 5%.	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
494	01/06/2019	Auditoria Ordinária	003/2019 - Contratos horas máquinas	Sec. Obras	Contratos horas máquinas	2	(05/11/2019): Notificação Nº 038/19 Sec. Administrat. Nº 037/19 Sec. Adj. Obras SUSPENSÃO das atividades do Contrato nº 060/2019, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de locação de horas máquinas	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
495	01/06/2019	Auditoria Ordinária	003/2019 - Contratos horas máquinas	Sec. Obras	Contratos horas máquinas	3	OFÍCIO/SGC Nº 106/2019 (07/10/2019) Não sejam mais aprovados orçamentos de manutenção de veículos e máquinas que ultrapassem os 50% do valor venal;	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
496	01/06/2019	Auditoria Ordinária	003/2019 - Contratos horas máquinas	Sec. Obras	Contratos horas máquinas	4	OFÍCIO/SGC Nº 106/2019 (07/10/2019) Por exceção, até que Comissão de Avaliação de Bens Móveis Geral esteja operante, que a Secretaria de Obras apresente junto com o Orçamento: Valor venal do Veículo / Máquina (Utilizando Tabela FIPE par veículos, Tabela de Empresa especializada ou pelo menos 03 (três) ofertas de vendas de	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
497	01/06/2019	Auditoria Ordinária	003/2019 - Contratos horas máquinas	Sec. Obras	Contratos horas máquinas	5	OFÍCIO/SGC Nº 106/2019 (07/10/2019) Por exceção, até que Comissão de Avaliação de Bens Móveis Geral esteja operante, que a Secretaria de Obras apresente junto com o Orçamento: Avaliação do Estado Físico do Veículo / Máquina (Assinado pelo Mecânico Responsável e pelo Secretário de Obras);	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
498	01/06/2019	Auditoria Ordinária	003/2019 - Contratos horas máquinas	Sec. Obras	Contratos horas máquinas	6	OFÍCIO/SGC Nº 106/2019 (07/10/2019) O Chefe do Executivo efetue com máxima urgência, a nomeação da Comissão de Avaliação de Bens Móveis Geral;	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
499	01/06/2019	Auditoria Ordinária	003/2019 - Contratos horas máquinas	Sec. Obras	Contratos horas máquinas	7	OFÍCIO/SGC Nº 106/2019 (07/10/2019) Que se providencie levantamento de todos os veículos e máquinas da Secretaria de Obras, estado de conservação e últimas manutenções, afim de se verificar a necessidade de compra de novos equipamentos.	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
159	26/06/2017	Auditoria Ordinária	002/2016 - Legalidade e conformidade nos contratos de serviços e obras.	Sec. Obras	Analisar procedimentos de controle em contratos de obras e serviços	11	Abertura de PAD para verificação de possível negligência por partes dos servidores da Secretaria (pareceres concedidos / declarações) na execução do contrato com a Lima Entulhos	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Não houve resposta deste item neste período 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
172	26/06/2017	Auditoria Ordinária	002/2016 - Legalidade e conformidade nos contratos de serviços e obras.	Sec. Obras	Analisar procedimentos de controle em contratos de obras e serviços	24	Abertura de Processo Administrativo pelo serviço de transporte dos funcionários da Osvaldo Dias da Silva, com o veículo locado pela Administração municipal, solicitando ressarcimento do valor da prestação de serviço (aluguel veículo, combustível e motorista) e responsabilização de quem deu causa	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Não houve resposta deste item neste período 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
175	26/06/2017	Auditoria Ordinária	002/2016 - Legalidade e conformidade nos contratos de serviços e obras.	Sec. Obras	Analisar procedimentos de controle em contratos de obras e serviços	27	Abertura de PAD contra a Sec. de Obras, afim de apurar responsabilidade pela falta de informações prestadas à equipe de auditoria (Lei 1417/2001 - Art 14)	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Não houve resposta deste item neste período 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
332	10/12/2018	Parecer de Verificação	Ofício/SGC Nº 141/2018	Sec. Obras	Máquinas (abastecimento)	1	Abertura de PAD para apuração referente aos apontamentos elucidados no relatório	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Não houve resposta deste item neste período 3B/19: Não houve resposta deste item neste período

4.1.18 SECRETARIA DE SANEAMENTO BÁSICO - SESAN

	Tema do Quesito	Peso	2019-5b	2019-6b	2020-1q	2020-3b
Controles Básicos	Comunicação interna adequada	1	Sim	Sim	Sim	Não
	Controles internos formais	2	Sim	Sim	Sim	Não
	Documentos padronizados revisados	1	Sim	Sim	Sim	Não
	Estudos recorrentes das IN	1	Sim	Sim	Sim	Não
	Fiscais de contrato	2	Sim	Não	Sim	Não
	Indicadores de gestão	3	Não	Não	Não	Não
	Mecanismos de controle das informações	1	Sim	Sim	Não	Não
	Princípio da legalidade	3	Sim	Sim	Não	Não
Reuniões periódicas formalizadas	1	Sim	Não	Sim	Não	

Gest. Pessoal	Escalonamento de férias	1	Sim	Sim	Sim	Não
	Mão de obra suficiente	2	Não	Não	Não	Não
	Plano de capacitação	1	Sim	Não	Não	Não
	Segregação de funções	2	Não	Não	Sim	Não



A referida área **NÃO** participou da pesquisa neste bimestre, evidenciando o descumprimento ao Decreto nº 233/2018, IN 003/2018 e da Lei nº 1417/2001. Caso ocorra a reincidência da não prestação de informações, iremos recomendar a instauração de procedimento administrativo disciplinar para apuração dos fatos e responsabilização de quem deu causa. Esta prática inviabiliza/limita as atividades de controle interno

Status das recomendações do órgão central do sistema de controle interno não atendidas ou parcialmente atendidas:

Nro Seq	Data	Origem	Descrição do Processo	Entidade	Assunto	Nº Rec	Recomendações Emitidas	Status	Manifestação do Órgão
448	08/01/2020	Auditoria Extraordinária	Parecer nº 064/2019	Sec. Saneamento Básico	Descumprimento do Art. 14 da Lei nº 1417/2001.	3	Omissão de informações necessárias para a emissão do parecer	Não Respondeu a Pesquisa	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
350	01/03/2019	Auditoria Ordinária	002/2018 - Água bem de todos para todos	Sec. Saneamento Básico	Instaurar Pad: Cobrança Indevida De R\$1.416,25	2	Recomendamos, efetuar o recálculo de acordo com a metragem executada na Rua Manoel Santos Gaya - Centro, pelo serviço executado pela EMPRESA AZ CONSTRUÇÕES e não pelo total da metragem da rua, solicitar da empresa o ressarcimento do pagamento a maior e abrir procedimento disciplinar para apuração dos responsáveis. (Item 4.2.4).	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não o houve resposta deste item neste período 5B/19: Não o houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações adicionais no período desta pesquisa 3B/19: sem informações, vamos apurar.

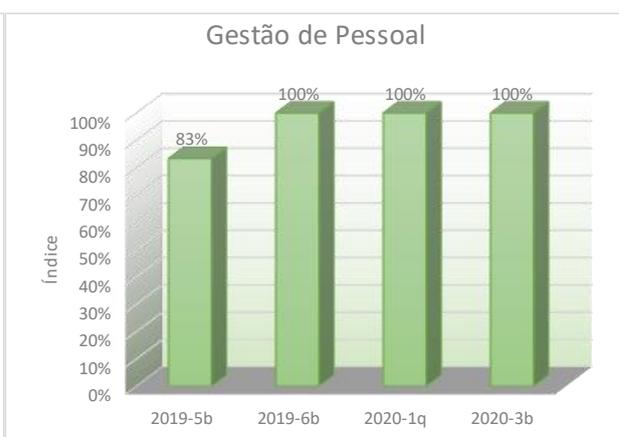
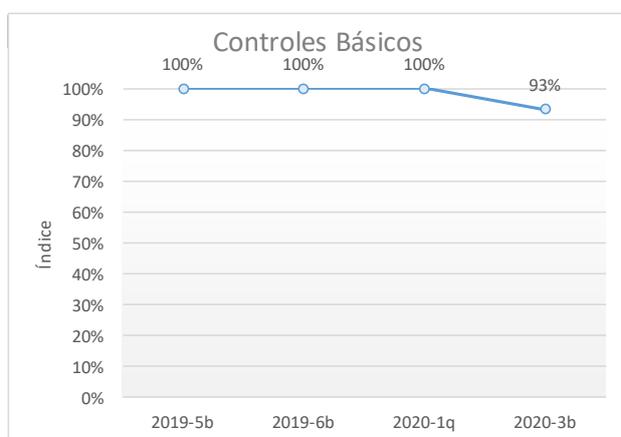
364	01/03/2019	Auditoria Ordinária	002/2018 - Água bem de todos para todos	Sec. Saneamento Básico	Revisão Dos Contratos Da Celesc	16	Recomendamos a contratação de um profissional ou empresa especializada em energia para rever os contratos da SESAN com a CELESC. (Item 7.1)	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações adicionais no período desta pesquisa 3B/19: sem informações, vamos apurar.
164	26/06/2017	Auditoria Ordinária	002/2016 - Legalidade e conformidade nos contratos de serviços e obras.	Sec. Saneamento Básico	Analisar procedimentos de controle em contratos de obras e serviços	16	Abertura de PAD para verificação de possível negligência por partes dos servidores da Secretaria sobre pagamentos e aditivo do contrato da SIM Com. E Serviços	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações adicionais no período desta pesquisa 3B/19: sem informações, vamos apurar.
208	15/02/2018	Auditoria Ordinária	003/2017 - Manutenção e controle de frota das Secretarias, Fundações, Fundos e	Sec. Saneamento Básico	1.2.c - Controle de utilização da frota	3	Recomendamos ao controle de frota das secretarias que exerçam, de forma mais efetiva, o controle de utilização dos veículos oficiais pertencentes à frota, cumprindo e fazendo cumprir todas as normas estabelecidas no Art. 2º e seus incisos na Instrução Normativa nº 03/2016 e Lei nº 2472/2011, principalmente no tocante a identificação dos	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações adicionais no período desta pesquisa 3B/19: sem informações, vamos apurar.
349	01/03/2019	Auditoria Ordinária	002/2018 - Água bem de todos para todos	Sec. Saneamento Básico	Sistema De Controle De Estoque Informatizado	1	Recomendamos, implantar o sistema de controle de estoque informatizado de acordo com a IN SGC Nº 001/2018 no sentido de gerenciamento de entrada e saída de materiais; (Item 4.1.2)	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações adicionais no período desta pesquisa 3B/19: sem informações, vamos apurar.
351	01/03/2019	Auditoria Ordinária	002/2018 - Água bem de todos para todos	Sec. Saneamento Básico	Instaurar Pad: Valor Sem Comprovação R\$8.446,00	3	Recomendamos, abertura de PAD, visto que na solicitação do Relatório Parcial de Auditoria, além do local exato do serviço (RADIAL LESTE), solicitamos cópia da Nota Fiscal, relatórios e empenhos, da empresa EMPRESA AZ CONSTRUÇÕES que executou a colocação dos tubos (abertura da rua), pois o serviço que auditamos foi a RECOLOCAÇÃO DE LAJOTAS, não	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações adicionais no período desta pesquisa 3B/19: sem informações, vamos apurar.
352	01/03/2019	Auditoria Ordinária	002/2018 - Água bem de todos para todos	Sec. Saneamento Básico	Instaurar Pad: Perda De Banco De Dados	4	Recomendamos instaurar procedimento disciplinar para a empresa ACQUASERVIÇO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO apuração dos responsáveis e, comprovado o dano, a instauração de procedimento de Tomada de Contas Especial. Referente a perda do banco de dados / ausência de backup up. (Item 4.3.2 letra "d")	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações adicionais no período desta pesquisa 3B/19: sem informações, vamos apurar.
353	01/03/2019	Auditoria Ordinária	002/2018 - Água bem de todos para todos	Sec. Saneamento Básico	Instaurar Pad: Verificação Dos Procedimentos Solicitados Pela Sesan Para Pgm	5	Recomendamos, abertura de processo disciplinar para verificação item 02 da CI nº 073/2018 (SESAN), onde a mesma informa que foram encaminhados à Procuradoria Geral do Município para providências cabíveis, no que se refere a empresa ACQUASERVIÇO. Porém, não ficou demonstrado que a procuradoria adotou as providências solicitadas pela SESAN.	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações adicionais no período desta pesquisa 3B/19: sem informações, vamos apurar.
354	01/03/2019	Auditoria Ordinária	002/2018 - Água bem de todos para todos	Sec. Saneamento Básico	Instaurar Pad: Gastos Sem Licitação (RS340Mii) E Sem Autorização (RS1.8 Mi)	6	Recomendamos, instaurar procedimento disciplinar para apuração dos gastos sem licitação e de ausência de autorização dos serviços prestados, pela empresa SIM COMÉRCIO E SERV. Assim como os responsáveis, e, se comprovado o dano, a restituição ao arário com a instauração de procedimento de Tomada de Contas Especial.	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações adicionais no período desta pesquisa 3B/19: sem informações, vamos apurar.
355	01/03/2019	Auditoria Ordinária	002/2018 - Água bem de todos para todos	Sec. Saneamento Básico	Revisão Dos Itens Do Antigo Edital	7	A equipe de Auditoria identificou que, nos dois contratos analisados (2017 e jan-jun/2018), 07 (sete) dos 39 (trinta e nove) itens não foram utilizados/autorizados pela SESAN, nem cobrados pela SIM. Recomendamos a revisão dos itens e retirada do próximo edital, caso verifique-se a não necessidade dos itens. Total de R\$41.621,50 licitados e não	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações adicionais no período desta pesquisa 3B/19: sem informações, vamos apurar.
356	01/03/2019	Auditoria Ordinária	002/2018 - Água bem de todos para todos	Sec. Saneamento Básico	Melhorar Condições Dos Locais De Instalação Das Moto-Bombas	8	Recomendamos, manter os locais limpos para evitar proliferação de ratos, mosquitos e animais peçonhentos. Melhorar a segurança no local, construindo muros no entorno de todos os terrenos que ainda não possuem, instalação ou reforma dos portões e instalação de outros com proteção, como concretaria e/ou sistema de câmeras de segurança, para	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações adicionais no período desta pesquisa 3B/19: sem informações, vamos apurar.
357	01/03/2019	Auditoria Ordinária	002/2018 - Água bem de todos para todos	Sec. Saneamento Básico	Identificar Responsabilidade Da Não Cobrança Da Taxa D'Água	9	Recomendamos, apurar a responsabilidade sobre a ausência de controle e fazer o levantamento financeiro de quantas residências são abastecidas sem a devida cobrança do fornecimento de água (interior). Bem como pela ausência de tratamento adequado da mesma. (Item 5.5.2)	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações adicionais no período desta pesquisa 3B/19: sem informações, vamos apurar.
359	01/03/2019	Auditoria Ordinária	002/2018 - Água bem de todos para todos	Sec. Saneamento Básico	Instaurar Pad (Identificar Responsáveis Pela Não Prestação De Serviços)	11	Recomendamos, adotar medidas administrativas para o ressarcimento ao Arário e apuração dos responsáveis pelo pagamento de serviços manutenção dos hidrantes, que não foram executados. (Item 6.2.1)	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações adicionais no período desta pesquisa 3B/19: sem informações, vamos apurar.
360	01/03/2019	Auditoria Ordinária	002/2018 - Água bem de todos para todos	Sec. Saneamento Básico	Instaurar Pad: Serviços Sem Comprovação	12	Recomendamos, adotar medidas administrativas para o ressarcimento ao arário e apuração dos responsáveis pelo pagamento de serviços - SIM COMÉRCIO E SERV- de instalação de hidrante novo, sendo que não foi comprovada a execução do serviço. (Item 6.3.1)	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações adicionais no período desta pesquisa 3B/19: sem informações, vamos apurar.
361	01/03/2019	Auditoria Ordinária	002/2018 - Água bem de todos para todos	Sec. Saneamento Básico	Atualizar Cadastro De Unidade Consumidora (Celesc) Em Nome De Terceiro	13	Recomendamos, providenciar a alteração da titularidade da unidade consumidora (CELESC) para o Município de Navegantes (imóvel alugado), inclusão da identificação da unidade consumidora (Almoxarifado SESAN) e alteração para Classificação "Poder Publ". (Item 7.4.2)	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações adicionais no período desta pesquisa 3B/19: sem informações, vamos apurar.
362	01/03/2019	Auditoria Ordinária	002/2018 - Água bem de todos para todos	Sec. Saneamento Básico	Solicitar Instalação De Unidade Consumidora Celesc No Bairro Escalvados:	14	Recomendamos uma nova unidade consumidora (CELESC), exclusiva para a Bomba d'água, separando da unidade que abastece o Posto de Saúde no Bairro Escalvados e do poste de luz, agregando os valores a cada centro de custo (SESAN / Saúde). (Item 7.5.1)	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações adicionais no período desta pesquisa 3B/19: sem informações, vamos apurar.
363	01/03/2019	Auditoria Ordinária	002/2018 - Água bem de todos para todos	Sec. Saneamento Básico	Solicitar Alteração De Cadastro Junto A Celesc	15	Recomendamos que a SESAN solicite à unidade de Itajaí da CELESC, Setor de Clientes de Alta Tensão, a sua classificação como Serviços Públicos de Água, Esgoto, Saneamento. (Item Erro! Fonte de referência não encontrada.)	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações adicionais no período desta pesquisa 3B/19: sem informações, vamos apurar.
365	01/03/2019	Auditoria Ordinária	002/2018 - Água bem de todos para todos	Sec. Saneamento Básico	Revisão Da Lei Sobre Isenção De Cosp	17	Sugerimos que a SESAN verifique com a Procuradoria Geral do Município a revisão da Lei Complementar Nº 06/2002, incluindo isenção para imóveis em posse da Prefeitura (ou pela titularidade de conta de energia elétrica) ou a inclusão do tarifário para imóveis com classificação "Poder Público". Lembrando que a Lei tem reflexos em imóveis alugados pela	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações adicionais no período desta pesquisa 3B/19: sem informações, vamos apurar.
366	01/03/2019	Auditoria Ordinária	002/2018 - Água bem de todos para todos	Sec. Saneamento Básico	Caixa D'Água Desativada No Bairro Gravata	18	Recomendamos, que a SESAN promova a limpeza e segurança do imóvel no Gravata, onde está instalada uma caixa d'água antiga e/ou cotique a disposição da Administração para dar nova utilização ao bem. (Item 8.1)	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações adicionais no período desta pesquisa 3B/19: sem informações, vamos apurar.
367	01/03/2019	Auditoria Ordinária	002/2018 - Água bem de todos para todos	Sec. Saneamento Básico	Controle De Estoque	19	Recomendamos, que a SESAN utilize o sistema informatizado e que adeque ao que dispõe na IN-SGC 001/2018, sobre controle de estoque. (Item 9.1.1)	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações adicionais no período desta pesquisa 3B/19: sem informações, vamos apurar.
368	01/03/2019	Auditoria Ordinária	002/2018 - Água bem de todos para todos	Sec. Saneamento Básico	Controle De Estoque De Hidrometros	20	Recomendamos a inclusão dos hidrômetros no sistema de controle de estoque, visto que o controle em excel) apresentado pelo almoxarifado da SESAN, não identifica a quantidade, tampouco qualquer informação de como será efetuada a destinação dos hidrômetros que estão obsoletos devido problemas mecânicos apresentados. (Item 9.1.29.1.2)	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações adicionais no período desta pesquisa 3B/19: sem informações, vamos apurar.
369	01/03/2019	Auditoria Ordinária	002/2018 - Água bem de todos para todos	Sec. Saneamento Básico	Entrega E Retirada De Materiais	21	Recomendamos, que as solicitações de materiais constem o local de entrega de forma bem clara, como também o local onde esse material será retirado. (Item 9.1.2)	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações adicionais no período desta pesquisa 3B/19: sem informações, vamos apurar.

370	01/03/2019	Auditoria Ordinária	002/2018 - Água bem de todos para todos	Sec. Saneamento Básico	Fiscais De Contrato	22	Recomendamos, fazer a nomeação dos fiscais de contrato, visto que a SESAN está descumprindo legislação federal e municipal, evidenciando possível ato de improbidade administrativa. (Item 10.1)	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações adicionais no período desta pesquisa 3B/19: sem informações, vamos apurar.
371	01/03/2019	Auditoria Ordinária	002/2018 - Água bem de todos para todos	Sec. Saneamento Básico	Plano De Ação	23	Recomendamos, que a SESAN apresente o PLANO DE AÇÃO, com metas, e resultados definidos que serão implantados no município, visto que programas de governo propostas em PPA, devem ter resultados que impactem no desenvolvimento do Município. (Item 11)	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações adicionais no período desta pesquisa 3B/19: sem informações, vamos apurar.
358	01/03/2019	Auditoria Ordinária	002/2018 - Água bem de todos para todos	Sec. Saneamento Básico	Identificar Responsabilidade Furto Registro/Medidor	10	Recomendamos, adotar medidas administrativas para o ressarcimento ao Erário e apuração dos responsáveis pelo dano causado ao patrimônio público, referente ao furto do registro/medidor de água. (Item 5.6.3)	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações adicionais no período desta pesquisa 3B/19: sem informações, vamos apurar.

4.1.19 NAVEGANTESPREV

	Tema do Quesito	Peso	2019-5b	2019-6b	2020-1q	2020-3b
Controles Básicos	Comunicação interna adequada	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Controles internos formais	2	Sim	Sim	Sim	Sim
	Documentos padronizados revisados	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Estudos recorrentes das IN	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Fiscais de contrato	2	Sim	Sim	Sim	Sim
	Indicadores de gestão	3	Sim	Sim	Sim	Sim
	Mecanismos de controle das informações	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Princípio da legalidade	3	Sim	Sim	Sim	Sim
Reuniões periódicas formalizadas	1	Sim	Sim	Sim	Não	

Gest. Pessoal	Escalonamento de férias	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Mão de obra suficiente	2	Sim	Sim	Sim	Sim
	Plano de capacitação	1	Não	Sim	Sim	Sim
	Segregação de funções	2	Sim	Sim	Sim	Sim



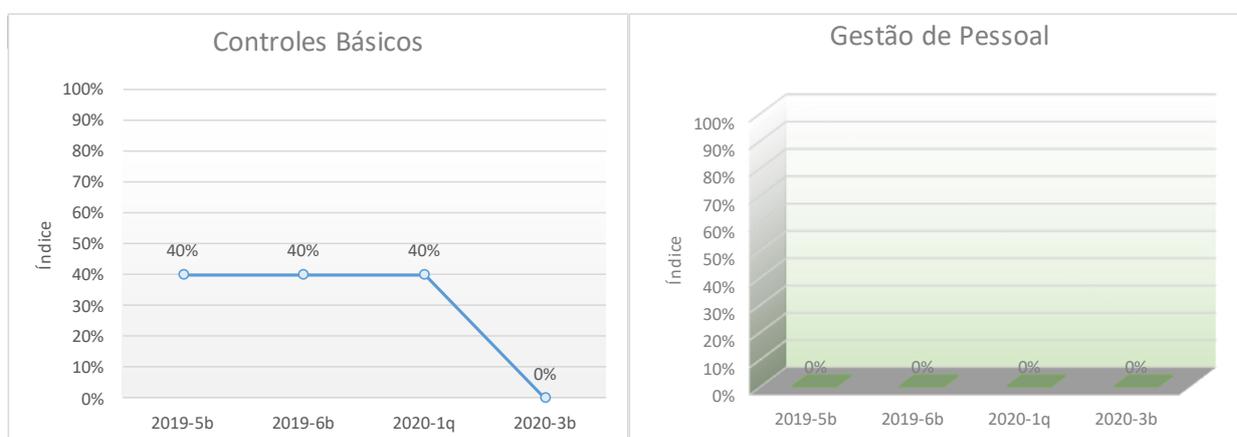
Informado que são feitas reuniões periódicas, no entanto foi enviado como evidência uma ata enviada de março de 2020 e não do período que faz jus a pesquisa.

4.2 PODER LEGISLATIVO

4.2.1 CÂMARA DE VEREADORES

	Tema do Quesito	Peso	2019-5b	2019-6b	2020-1q	2020-3b
Controles Básicos	Comunicação interna adequada	1	Sim	Sim	Sim	Não
	Controles internos formais	2	Sim	Sim	Sim	Não
	Documentos padronizados revisados	1	Não	Não	Não	Não
	Estudos recorrentes das IN	1	Não	Não	Não	Não
	Fiscais de contrato	2	Não	Não	Não	Não
	Indicadores de gestão	3	Não	Não	Não	Não
	Mecanismos de controle das informações	1	Não	Não	Não	Não
	Princípio da legalidade	3	Sim	Sim	Sim	Não
	Reuniões periódicas formalizadas	1	Não	Não	Não	Não

Gest. Pessoal	Escalonamento de férias	1	Não	Não	Não	Não
	Mão de obra suficiente	2	Não	Não	Não	Não
	Plano de capacitação	1	Não	Não	Não	Não
	Segregação de funções	2	Não	Não	Não	Não



A referida área **NÃO** participou da pesquisa neste bimestre, evidenciando o descumprimento ao Decreto nº 233/2018, IN 003/2018 e da Lei nº 1417/2001. Caso ocorra a reincidência da não prestação de informações, iremos recomendar a instauração de procedimento administrativo disciplinar para apuração dos fatos e responsabilização de quem deu causa. Esta prática inviabiliza/limita as atividades de controle interno

Status das recomendações do órgão central do sistema de controle interno não atendidas ou parcialmente atendidas:

Nro Seq	Data	Origem	Descrição do Processo	Entidade	Assunto	Nº Rec	Recomendações Emitidas	Status	Manifestação do Órgão
387	01/01/2018	Tribunal de Contas	Relatório PCP 18/00216308	Câmara de Vereadores	Recomendações do TCE emitidos no parecer de contas do prefeito	4	IV.3. RECOMENDAR à Câmara de Vereadores a anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes no Relatório Técnico.	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento. 6B/19: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento. 5B/19: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento.
389	01/01/2018	Tribunal de Contas	Relatório PCP 18/00216308	Câmara de Vereadores	Recomendações do TCE emitidos no parecer de contas do prefeito	6	IV.5. SOLICITAR à Egrégia Câmara de Vereadores que comunique a esta Corte de Contas o resultado do julgamento das presentes contas a anais, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, com a remessa de cópia do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento. 6B/19: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento. 5B/19: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento.
390	01/01/2018	Tribunal de Contas	Relatório PCP 18/00216308	Câmara de Vereadores	Recomendações do TCE emitidos no parecer de contas do prefeito	7	IV.6. DAR CIÊNCIA do Parecer Prévio, bem como do Relatório e Voto do Relator e do Relatório DMU n. 456/2018 que o fundamentam, à Prefeitura e à Câmara Municipal de Navegantes.	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento. 6B/19: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento. 5B/19: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento.
388	01/01/2018	Tribunal de Contas	Relatório PCP 18/00216308	Câmara de Vereadores	Recomendações do TCE emitidos no parecer de contas do prefeito	5	IV.4. RECOMENDAR ao Município de Navegantes que, após o trânsito em julgado, divulgue a prestação de contas em análise e o respectivo parecer prévio, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, conforme estabelece o art. 48 da Lei Complementar n. 101/2000 – LRF.	Recomendação Não Atendida	38/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento., 6B/19: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento. 5B/19: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento.

4.3 RESULTADO FINAL DA PESQUISA

Neste 3º bimestre de 2020 houve **participação de apenas 52%** do total de áreas referente ao questionário de “**Ambiente de Controle**”. Esta foi novamente a pior participação desde que foi iniciada as pesquisas periódicas no município pela Secretaria de Gestão e Controle.

Participou da Pesquisa	Não Participou da Pesquisa
Assistência Social	Administração e Logística (Compras)
Comissão Disciplinar	Administração e Logística (Patrimônio)
Comunicação Social	Administração e Logística (RH)
Desenvolvimento Econômico (Imobiliário)	Administração e Logística (TI)
Educação	Agricultura e Pesca
Fundação do Meio Ambiente	Câmara Municipal de Vereadores de Navegantes
Gestão e Controle	Desenvolvimento Econômico (Alvará)
NavegantesPrev	Desenvolvimento Econômico (Fiscalização)
Obras (Administração)	Desenvolvimento Econômico (Sine)
Obras (Almoxarifado)	Finanças
Obras (Equipe de Rua)	Fundação Cultural
Obras (Mecânica)	Fundação de Esportes
Procuradoria	Governo
Saúde	Planejamento Urbano
Segurança Pública	SESAN
Turismo	
Total de 16 áreas	Total de 15 áreas

Vale elucidar que houve uma mudança na ferramenta para realização da pesquisa, uma vez que não ocorreu um aditivo para o antigo sistema da Apporti (E-ConfACI) e estava em andamento um processo licitatório para os novos sistemas da Secretaria de Gestão e Controle, o qual não houve êxito no processo do item relacionado a pesquisa periódica. Apesar da dinâmica utilizada pelo novo sistema gratuito (Google Forms) ser um pouco diferente do habitual, não poderia ser considerado uma barreira uma vez que houve participação de mais da metade dos controladores setoriais na pesquisa. Além do que, alguma dificuldade encontrada poderia ser sanada por qualquer meio de comunicação (telefone, e-mail, WhatsApp, presencial, etc.).

Apesar das dificuldades e desafios do dia a dia não pode haver a negativa de repasse das informações solicitadas por parte desta secretaria pois isto fere o art. 14 da Lei nº 1.417/2001: “Nenhum processo, documento ou informação poderá ser sonegado aos serviços de controle interno, no exercício das atribuições inerentes às atividades de auditoria, fiscalização e avaliação de gestão, sob pena de responsabilidade administrativa de quem lhe der causa ou motivo”.

5 IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (MCASP)

Apresenta-se um Quadro Resumo com todos os prazos apresentados no plano de implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais ordenados segundo a ordem cronológica de verificação pelo SINCONFI para os Municípios com mais de 50 mil habitantes.

PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Preparação de sistemas e outras providências de implantação (a)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Verificação pelo Siconfi (a partir de)	Responsável	1º Quadrimestre/2020 (Resposta obtida do setor)	3º Bimestre/2020 (Resposta obtida do setor)
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Imediato	Imediato	2016 (Dados de 2015)	Rodrigo Leonardo Vargas Silveira	Já há o relatório da dívida ativa proveniente do sistema tributário.	Planilha enviada mas com respostas em branco
12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Imediato	Imediato	2017 (Dados de 2016)	Gisele de Oliveira Fernandes	Implantado	Implantado
13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	31/12/2015	01/01/2016	2017 (Dados de 2016)	Marcio Capela	Implantado	Sem participação na pesquisa
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	31/12/2017	01/01/2018	2019 (Dados de 2018)	Rodrigo Leonardo Vargas Silveira	Os créditos não tributários a receber devem ser inseridos na dívida ativa conforme requerimento das secretarias. Há relatório no sistema.	Planilha enviada mas com respostas em branco
11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).	31/12/2017	01/01/2018	2019 (Dados de 2018)	Márcio Rosa	Sem participação na pesquisa	Sem participação na pesquisa
5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)	Márcio Rosa	Sem participação na pesquisa	Sem participação na pesquisa
6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)	Marcio Capela	Implantado	Sem participação na pesquisa
7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura)	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)	Márcio Rosa	Sem participação na pesquisa	Sem participação na pesquisa
10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)	Marcio Capela	Implantado	Sem participação na pesquisa
17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)	Márcio Rosa	Sem participação na pesquisa	Sem participação na pesquisa

1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	31/12/2020	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)	Rodrigo Leonardo Vargas Silveira	Há o relatório do recolhimento da dívida ativa tanto no Beta Tributos quanto no Beta Sapo.	Planilha enviada mas com respostas em branco
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	31/12/2020	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)	Gisele de Oliveira Fernandes	Implantado	Implantado
15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	31/12/2020	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)	Márcio Rosa	Sem participação na pesquisa	Sem participação na pesquisa
18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	31/12/2021	01/01/2022	2023 (Dados de 2022)	Márcio Rosa	Sem participação na pesquisa	Sem participação na pesquisa
8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	31/12/2022	01/01/2023	2024 (Dados de 2023)	Márcio Rosa	Sem participação na pesquisa	Sem participação na pesquisa
9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).	31/12/2022	01/01/2023	2024 (Dados de 2023)	Márcio Rosa	Sem participação na pesquisa	Sem participação na pesquisa
14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.	A ser definido em ato normativo específico.			Marcio Capela	Implantado	Sem participação na pesquisa
16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	A ser definido em ato normativo específico.			Márcio Rosa	Sem participação na pesquisa	Sem participação na pesquisa
19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.	A ser definido em ato normativo específico.			Márcio Rosa	Sem participação na pesquisa	Sem participação na pesquisa

Fonte: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/390684/Portaria-STN-548-2015-anexo-pipcp/331a2764-dc97-473a-82b0-deb3cdd2380f> página 33

No que concerne à avaliação acerca da implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais nos moldes das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, infelizmente diversas áreas-chaves não participaram da pesquisa, o que prejudica a verificação da evolução da implantação. A implantação dos procedimentos depende de um conjunto de fatores, pessoas, sistemas e setores, tendo cada setor, papel fundamental na adequada implementação das normas.

6 METAS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Informações referente ao acompanhamento do atingimento ou não das metas estipuladas no Plano Municipal de Educação, que tem vigência entre o período de 2015 a 2025.

Infelizmente para o relatório deste bimestre não foi enviado o arquivo com as informações atualizadas, sendo assim não temos nenhum dado para publicar sobre o atingimento ou não das metas do plano municipal de educação neste período.

4) Como esta o andamento da execução/atingimento das metas do PME?

Obs: para responder este quesito, favor atualizar o arquivo disponibilizado através do link da primeira página desta pesquisa e posteriormente anexar para validação.

4) Resposta objetiva do quesito: *

Sim

Não

Não se Aplica

4) Adicionar arquivo para o quesito (quando necessário):

4) Adicionar observações para o quesito (opcional):

Algumas metas temos evolução anual, porém outras são de maior complexidade e exigem escolhas.

7 METAS DO PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE

Informações referente ao acompanhamento do atingimento ou não das metas estipuladas no Plano Municipal De Saúde De Navegantes, que tem vigência entre o período de 2018/2021.

Segue abaixo informações de acompanhamento das atividades realizadas e se foram atendidas, não atendidas ou não oferecidas neste bimestre.

EIXO	Ações/objetivos	Metas	Indicadores	Meta Prevista para 2020	Meta Execut. no Período	Avaliação da Meta
EIXO 1 – INFRA ESTRUTURA	Qualificação dos profissionais de saúde;	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de curso público; - Estudo para a revisão do valor do auxílio para qualificação profissional continuada, considerando proporcionalidade e percentual coerente ao ônus; - Elaboração de critérios de avaliação dos profissionais baseados em desempenho e qualificação; - 80% do quadro composto 	<ul style="list-style-type: none"> - Concurso público realizado; - Aumento do % de profissionais na condição de efetivos concursados e qualificados para a função; 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício	Realizado novo processo seletivo simplificado para contratação de profissionais da saúde: médicos, enfermeiros, psicólogos, técnicos de enfermagem, farmacêutico.	Atendeu
EIXO 1 – INFRA ESTRUTURA	Estruturar departamento de educação permanente em Saúde;	<ul style="list-style-type: none"> - Determinar uma equipe para o setor de Educação Permanente em Saúde responsável por todas as ações que envolvam a capacitação e elaboração de projetos de educação em serviço; - Estruturar um espaço físico apropriado para o desempenho das atividades. - Elaborar e executar educação em serviço para todos os profissionais; - Apresentar a lógica de operacionalização dos serviços, encaminhamentos, exames, redes de apoio, referências e contra referências. - Fortalecer a parceria com o CIES 	<ul style="list-style-type: none"> - Equipe multiprofissional para a organização da oferta dos cursos; - Cursos direcionados e multiprofissionais. - Local de educação permanente estruturado com equipamento, espaço físico e insumos. - Comissão da educação permanente em saúde será responsável por realizar a integração. - Números de projetos encaminhados ao CIES; 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício		Não atendeu
EIXO 1 – INFRA ESTRUTURA	Estruturar a secretaria de saúde mediante critérios do SUS;	<ul style="list-style-type: none"> - Organizar todo o atendimento das unidades de saúde conforme os protocolos do MS e o acolhimento do Humaniza SUS; - Fortalecer a Rede Cegonha; - Fortalecer o NASF; - Fortalecer o CETA; - Reestruturar o CEO, visando a acessibilidade e aumento de serviços de média complexidade; - Formação de novas equipes de saúde bucal; - Definir hora plantão para odontologia. - Ofertar do serviço de urgência odontológica em horário estendido, em unidade de horário estendido do Machados e hospital. - Implantar a "Academia de Saúde"; - Estruturar a frota de carros com critérios de transporte e fluxo de atendimento; - Comissão para elaborar e aprovar os protocolos operacionais Padrão (POP) que serão adotados oficialmente pela SMS, após aprovação legal; - Reativar o Programa de curativos especiais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Regulamentação do uso dos protocolos do MS pelos profissionais das unidades de saúde; - Aprovação do projeto pela Secretaria de Saúde e COMUSA; - Elaboração de todos os instrumentos e impressos a ser utilizados pelos programas; - Execução dos programas; - Avaliação dos programas com o acompanhamento dos indicadores; - Disponibilizar veículos mediante locação ou aquisição. - Números de Protocolos Operacionais Padrão aprovados e implantados. 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício		Não atendeu
EIXO 1 – INFRA ESTRUTURA	Implantação e implementação de programas atrelados a atividades de rotina para o trabalho em saúde.	<ul style="list-style-type: none"> - Implementação do uso do SISVAN; - Armazenamento de dados e planejamento de ações; - registro sistemático de fluxo e contra fluxo de serviços; 	<ul style="list-style-type: none"> - Alimentação diária dos programas e sistemas desenvolvidos no município; - Avaliação sistemática das informações geradas e Telediagnóstico. 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício		
EIXO 1 – INFRA ESTRUTURA	Revitalização das atuais unidades de saúde com priorização da acessibilidade e conforto dos usuários; Adequação do mobiliário das unidades de saúde de acordo com os princípios de ergonomia (posição correta) proporcionando melhoria das condições de	<ul style="list-style-type: none"> - Readequar todas as unidades de saúde em condições estruturais e de acessibilidade inadequadas. - Mobilizar adequadamente as unidades básicas de saúde, Centros de Referência, Policlínicas e SAMU, que não possuem adequação de seu mobiliário conforme preconizado pela Medicina e Segurança do Trabalho; - Implantar a manutenção sistemática da estrutura física das unidades de saúde e de seus equipamentos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de Unidades de Saúde reformadas. - Números de unidades de saúde com adequação de mobiliário; - Pesquisa de satisfação dos servidores; - Números de afastamento por DORT/LER e dor crônica. 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício	Mantém-se a readequação no quesito acessibilidades nas UBS	Não atendeu

	trabalho e diminuição da incidência de DORT/LER (doença de repetição) e dor crônica.					
EIXO 1 – INFRA ESTRUTURA	Ampliar os canais de comunicação com a população e profissionais de saúde.	<ul style="list-style-type: none"> - Criar um blog da saúde; - Confeccionar o manual do usuário SUS/ESF; Ampliação dos números de telefone da SMS, com o objetivo de otimizar as ligações da população, profissionais e gestores; - Fortalecer vínculo com o COMUSA e planejar a construção de conselhos locais de saúde; 	<ul style="list-style-type: none"> - Blog da saúde; - Direcionamento adequado da população; - Números de conselhos locais implantados; 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício	Fortalecido vínculo com o COMUSA	Não atendeu
EIXO 2 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	Reestruturar o Departamento de Vigilância em Saúde	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar palestras em todas as escolas municipais; - Capacitação dos profissionais da rede de saúde; - Organizar os setores e criar cargos de coordenadores de cada setor: Ambiental, Sanitária e Epidemiológica, vinculado a Diretoria de Vigilância em Saúde, com conhecimento técnico e devidamente capacitados; - Elaboração de protocolos de cada setor com os fluxos de atendimento e de ações específica de cada ação; - Compra de equipamentos de trabalho específicos para cada setor; - Definição do uniforme para cada setor; 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de palestras realizadas em escolas; - Total de profissionais capacitados; - Equipe ampliada com profissionais de nível superior e médio concursados. - Números de profissionais contratados e qualificados por setor. - Números de Protocolos elaborados e implantados. - Quantidade de equipamentos de informática para os setores com programa específicos; - Números de equipamento de trabalho comprados (números de termômetro digital, números de trena a laser, números de tabletes com programa específico para cada setor. - Distribuição de uniforme para cada setor. 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício	Não foi atingido os objetivos planejados devido o cenário da Pandemia Covid-19	Não atendeu
EIXO 2 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	Estruturar o Departamento de Vigilância Epidemiológica.	<ul style="list-style-type: none"> - Capacitar uma enfermeira para coordenar o departamento; - Estruturar o setor com equipamento de informática, estrutura física e móveis; - Contratar ou destinar profissionais efetivos para o setor para ser capacitado; 	<ul style="list-style-type: none"> - Números de profissionais capacitados para cada sistema de informação; - Estrutura física própria, equipado e com sistema de informação atualizado; 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício	Contratação de profissionais via processo seletivo simplificado. Estruturas equipadas com informática	Atendeu
EIXO 2 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	CETA Reforma de espaço físico adequado para o desenvolvimento das ações do setor, visando a proteção e melhoria no atendimento da demanda do setor.	<ul style="list-style-type: none"> - Reforma de espaço físico com equipamentos e fluxo adequado de atendimento; - Proteção dos profissionais no atendimento de doença infecciosa; - Ter um carro específico para a busca de faltosos, e cumprimento da logística laboratorial; - Compra de preservativo masculino de 52 e 55mm; - Compra de gel lubrificante; Compra de formula infantil (primeiro e segundo semestre para crianças exposta ao vírus AHIV); - Compra de medicamentos para tratamentos da DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis); - Compras de medicamentos para tratamento de IO – Infecções Oportunistas; - Compra de potes plásticos com boca larga e tampa de rosca para coleta de escarro; - Treinamento dos enfermeiros, médicos e técnicos de enfermagem para o teste rápido; - Informatizar todos os consultórios (médico, enfermagem, psicóloga, farmacêutico, com sistema de informação); - Equipar todos os consultório conforme norma técnica vigente. - Confeção de material educativos, faixas, banner, camiseta, para atender as campanhas; 	<ul style="list-style-type: none"> - Espaço físico adequado com equipamentos e móveis; - Todos os consultórios informatizados; - Compra dos insumos solicitados; - Espaço para coordenação e educação em saúde; - Número de campanha realizada; - Número de capacitação realizada; 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício	Realizado treinamento de Teste Rápido para toda equipe que atua na coleta do exame. Informatização dos consultórios.	Atendeu
EIXO 2 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	Programa de imunização	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliar número de sala de vacina e informatizar a rede; - Qualificação de profissionais para a sala de vacina; 	<ul style="list-style-type: none"> - Compra de equipamentos refrigeradores para a rede de frio; - Aquisição de equipamentos de informática; - Número de funcionário capacitado; - Número de sala de vacina credenciado; 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício	Treinamento não foi possível realizar pois o Estado não realizou a capacitação, devido a pandemia.	Não atendeu
EIXO 2 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	Imunização Reestruturação da rede de frio	<ul style="list-style-type: none"> - Compra de uma câmara fria para vacinação; - Compra de ar condicionado com controle de temperatura automático para as salas de vacina; - Compra de termômetro de máxima e mínimo; - Compra de armário para organização do setor; - Compra de refrigerador para substituir os refrigeradores inadequados para a sala de vacina; 	<ul style="list-style-type: none"> - Aquisição da câmara fria; - Compra e instalação do ar condicionado; - Compra do termômetro; 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício		Não atendeu

		<ul style="list-style-type: none"> - Capacitação de profissionais técnicos de enfermagem e enfermeiras para a sala de vacina; - Fornecimento de alimentação adequada para as campanhas; - Compra de insumos para a campanha (camiseta); 				
EIXO 2 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	Modernizar as ações de Vigilância Sanitária	<ul style="list-style-type: none"> - Modernização das ações de vigilância. Informatizar todo o setor. - Elaborar fluxo de trabalho. - Divulgar as ações desenvolvidas. - Qualificar os profissionais. - Implantar a organização sistemática de trabalho dos fiscais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Contratação de profissionais de nível superior e médio com capacitação para o setor de vigilância Sanitária. - Compra de equipamento de informática. - Compra do sistema de informação específico para a vigilância sanitária. - Números de profissionais qualificados. - Números de profissionais contratados. - Números de atividades desenvolvidas. - Números de Alvará Sanitário liberado. - Números de cursos promovidos e efetuados. - Números de participação em curso de capacitação. 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício	Contratação de profissionais via processo seletivo simplificado.	Atendeu
EIXO 2 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	Revisão e Regulamentação do Código Sanitário Municipal	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração da revisão e regulamentação do Código Sanitário Municipal. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovação por lei do novo código sanitário e sua regulamentação. 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício		Não atendeu
EIXO 2 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	Implantar serviço de plantão de Vigilância Sanitária de Saúde	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração do projeto de serviço de plantão da vigilância sanitária. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovação da lei que cria hora plantão para vigilância sanitária; - Aprovação do cargo e salário de dedicação exclusiva dos fiscais sanitários; 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício	Ações estão sendo realizadas voltadas ao atendimento da Pandemia	Não atendeu
EIXO 2 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	Intensificar as ações de controle da Dengue.	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar ações envolvendo todos os setores, comunidade, comércio e escolas. - Capacitação dos Agentes Comunitários de Saúde e de endemias. 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de pessoas sensibilizadas. - Total de ACS e agentes de endemias capacitados; - Números de famílias acompanhadas pelos ACS com registro de vistoria de focos de Dengue; 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício	Ações foram realizadas, intensificado a contratação de agentes de endemias.	Atendeu
EIXO 2 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	Consolidar o Programa de Saúde do Trabalhador (PST)	<ul style="list-style-type: none"> - Implementar as ações de vigilância na construção civil; - Aprimorar as ações de notificações de doenças e acidentes de trabalho; - Implantação de ações de promoção e prevenção à saúde voltadas para o trabalhador de saúde, diminuindo faltas ao trabalho por doenças ocupacionais; 	<ul style="list-style-type: none"> - Números de ações de fiscalização em construção civil; - Números de notificações de doenças e acidentes de trabalho; - Números de ações desenvolvidas junto aos profissionais de saúde do município; - Índice de absenteísmo no trabalho da SMS; - Pesquisa de satisfação dos profissionais da SMS; 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício		Não atendeu
EIXO 2 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	Implementação do Programa de Controle do Tabagismo já desenvolvido na UBS Machados, com expansão para as unidades de saúde que estão de acordo com os critérios estabelecidos para a implantação do programa no município;	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliar o programa de controle do tabagismo para outras unidades de saúde, seguindo critérios de implantação; - Capacitação com foco multidisciplinar os profissionais de todas as UBS do município para o trabalho com o tabagismo, de acordo com o modelo preconizado pelo Ministério da Saúde/INCA; - Desenvolvimento de oficinas nas escolas sobre o tabagismo e suas consequências; - Realização de atividades de orientação em ações extramuros desenvolvidas por profissionais de atenção básica de forma multidisciplinar e com grade abrangência populacional; - Divulgação dos programas de tabagismo e locais onde ocorre os encontros 	<ul style="list-style-type: none"> - Números de pacientes atendidos no programa de controle do tabagismo; - Números de oficinas realizadas nas escolas sobre o tabagismo; - Indicadores de morbidade do município; 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício	Mantém-se suspenso devido a pandemia	Não atendeu
EIXO 2 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	Ampliar as ações de Promoção a Saúde;	<ul style="list-style-type: none"> - Instalar e manter as academias populares em locais que não existirem e que forem de interesse da comunidade; - Fortalecer os grupos de caminhadas no município; - Promover práticas alimentares saudáveis junto à comunidade e profissionais de saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivos a população a atividade física e a alimentação saudável; - Número de ações realizadas. 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício	Ações mantêm-se suspensas devido a pandemia	Não atendeu
EIXO 2 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	Ampliar as ações de vigilância epidemiológica	<ul style="list-style-type: none"> - Constituir o comitê de análise de óbitos maternos e de mortalidade infantil; - Investigar 100% dos óbitos maternos e infantis no município; - Elevar a taxa de cura da Tuberculose para 85%; 	<ul style="list-style-type: none"> - Comitê de análise de óbitos instituído e funcionando; - Taxa de cura de tuberculose; 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício		Não atendeu
EIXO 2 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	Garantir e ampliar a oferta de serviços básicos em saúde bucal à população.	<ul style="list-style-type: none"> - Aquisição de Equipamentos p/Programa de Saúde Bucal e a implantação de novas equipes. - Manutenção e Implementação das Ações da Estratégia Saúde da Família em saúde Bucal 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumentar os índices de avaliação de Saúde Bucal; - Aumentar o número de pacientes atendidos. 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício	Devido a pandemia os atendimentos eletivos estão suspensos. Mantido urgência/emergência	Não atendeu

EIXO 2 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	Implementação do Departamento de Assistência Bem estar animal - DABA	<ul style="list-style-type: none"> - Construção de acordo com as necessidades do DABA; - Implementação da equipe de trabalho; - Promover ações de prevenção e recuperação de animais (cães e gatos) em sofrimento; - Promover ações de planejamento de recuperação de superpopulação animal (cães e gatos); - Posse responsáveis e maus tratos animais através de educação permanente; - Imunizações e microchipagem dos animais (cães e gatos) de rua; - Veículo adequado para transporte de animais; 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de médicos veterinários contratados; - Número de ambulatório para castrações; - Números de animais atendidos e cadastrados; - Números de animais chipados; - Destinação adequada dos animais; - Redução do número de animais abandonados e maus tratos; 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício		Não atendeu
EIXO 2 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	Monitorar a qualidade da Água do município	<ul style="list-style-type: none"> - Coleta de água de acordo com as normas do VIGIAGUA. 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de coletas de amostra no ano; - Número de coletas aceitável/nº de coleta reprovável 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício	Monitoramento pela vigilância sanitária mensal	Atendeu
EIXO 2 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	Monitoramento da água do SESAN	<ul style="list-style-type: none"> - Manter o monitoramento e fiscalização da qualidade da água fornecida pelo SESAN; 	<ul style="list-style-type: none"> - Números de coletas; - Qualidade da água; 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício	Monitoramento mensal realizado	Atendeu
EIXO 3 – ATENÇÃO PRIMÁRIA	Ampliar a cobertura populacional das Equipes de Saúde da Família.	<ul style="list-style-type: none"> - Adequar o número máximo de 3.000 a 4.000 habitantes por equipe de ESF, conforme preconizado pelo Ministério da Saúde; - Contratar os profissionais para suprir as necessidades das equipes; 	<ul style="list-style-type: none"> - Cobertura das áreas. 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício		Não atendeu
EIXO 3 – ATENÇÃO PRIMÁRIA	Reestruturar e consolidação dos programas de atenção à saúde;	<ul style="list-style-type: none"> - Manter e aprimorar os programas já existentes, Programa Saúde na Escola, SISCAN e SISPRENATAL, entre outros. - Implantar o Programa de Diabetes; - Reimplantar o programa de curativos; 	<ul style="list-style-type: none"> - Números de usuários cadastrados e acompanhados nos programas. - Números de gestantes em acompanhamento no pré-natal multidisciplinar; - Números de coletas de citologia oncológica em relação ao número de mulheres; - Números de mamografias realizadas de acordo com o número de mulheres no mínimo acima de 50 anos; 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício	Alguns programas foram suspensos devido a Pandemia	Não atendeu
EIXO 3 – ATENÇÃO PRIMÁRIA	Fortalecimento da Rede Cegonha /MS como estratégia que visa implementar uma rede de cuidados para assegurar às mulheres o direito ao planejamento reprodutivo e a atenção humanizada à gestação, parto e puerpério e planejamento familiar.	<ul style="list-style-type: none"> - Atendimento qualificado e em rede de gestantes, parturientes e puérperas no município; - Capacitação dos profissionais da rede básica de saúde e hospital para o trabalho dentro da Rede Cegonha; - Manter em dia as informações nos sistemas do Programa (SISPRENATAL/SISPA RT/SISVAN) - Incentivar a prática do aleitamento materno através da capacitação da mãe 	Indicadores do MS: SISPRENATAL / SISPART / COEFICIENTE DE MORTALIDADE INFANTIL / RELAÇÃO DE PARTOS CESÁREOS E NORMAIS.	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício	Atendimento as gestantes realizados. Programas alimentados	Atendeu
EIXO 3 – ATENÇÃO PRIMÁRIA	Implantação das Práticas Integrativas Complementares PIC	<ul style="list-style-type: none"> - Contratação e capacitação dos profissionais; - Aquisição de materiais e equipamentos necessários; 	<ul style="list-style-type: none"> - Diminuição de custos com medicações; - Promover a saúde através de uma visão holística do usuário. 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício	Contratação dos profissionais do processo seletivo simplificado	Atendeu
EIXO 3 – ATENÇÃO PRIMÁRIA	Fortalecimento das ações na área de Alimentação e Nutrição com base na PNAS	<ul style="list-style-type: none"> - Implementação do SISVAN na rotina das UBSs. - Melhorias do acompanhamento das condicionalidades do Bolsa Família; - Capacitação dos profissionais; - Aquisição de equipamentos; - Fomentar ações na área de segurança alimentar realizando a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e instituindo o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e nutricional; - Fortalecimento do combate a doenças crônicas relacionadas a má nutrição; - Criar o protocolo municipal de dispensação de fórmulas e produtos nutricionais 	<ul style="list-style-type: none"> - Melhoria dos indicadores do Bolsa Família e SISVAN. 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício	Melhorias quanto ao cadastro do Bolsa Família e SISVAN	Não atendeu
EIXO 4 – ATENÇÃO SECUNDÁRIA ESPECIALIZADA	Ampliar a cobertura de atendimentos especializados de suporte à atenção básica;	<ul style="list-style-type: none"> - Manter 70% das especialidades ofertadas pelo município reduzindo a fila de espera. - Manter a oftalmologia municipal, deixando de comprar serviço nesta especialidade; - Contratação de especialistas na área: gastroenterologista, urologista, pneumologista. - Aumentar o número de médicos infectologista, infectologista pediátrico, pediatra e ginecologista 	<ul style="list-style-type: none"> - Tempo de espera para atendimento especializado no município; 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício	As ações não foram realizadas devido a pandemia	Não atendeu
EIXO 4 – ATENÇÃO SECUNDÁRIA ESPECIALIZADA	Ampliar as ações da Política de Saúde Mental; Manutenção do CAPS I e	<ul style="list-style-type: none"> - Implementar e padronizar o Programa Municipal de Saúde Mental de acordo com o preconizado pelas Redes de Atenção Psicossocial/ MS; - Divulgar oficialmente o programa 	<ul style="list-style-type: none"> - Portaria de adoção do Programa de saúde mental publicada; - Números de profissionais contratados para atuação efetiva no NASF; 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício	Ações não realizada devido a pandemia	Não atendeu

	implantação do CAPS ad	<ul style="list-style-type: none"> - municipal de saúde mental; - Descentralizar o atendimento de saúde mental nas unidades de saúde; - Readequação do NASF para apoio institucional e matricial às equipes de atenção básica, principalmente no que se refere à saúde mental; 	<ul style="list-style-type: none"> - Números de atendimentos de apoio institucional realizados pelos profissionais do NASF na área de saúde mental; 			
EIXO 4 – ATENÇÃO SECUNDÁRIA ESPECIALIZADA	Implantação de grupos de cuidadores nas unidades de saúde	<ul style="list-style-type: none"> - Treinamento para as equipes de saúde; - Capacitação e suporte por parte da equipe de saúde; 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de pacientes acamados; - Número de familiares envolvidos com os cuidados do paciente; 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício	Ações não realizadas devido a pandemia	Não atendeu
EIXO 4 – ATENÇÃO SECUNDÁRIA ESPECIALIZADA	Ampliar qualificar as ações de saúde voltada à terceira idade;	<ul style="list-style-type: none"> - Sistematizar a atenção a saúde dos idosos na atenção básica padronizando ações e condutas; - Estimular o desenvolvimento de atividades específicas para melhoria das condições de saúde do idoso pelas equipes de atenção básica; - Implementar os Grupos de Educação em Saúde que atuam junto à terceira idade, principalmente o da caminhada; 	<ul style="list-style-type: none"> - Números de idosos atendidos na rede básica de saúde; - Números de ações de saúde com ênfase na terceira idade realizadas pelas equipes; - Apoio institucional através do NASF/ educador físico, aos grupos de caminhada; 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício	Ações suspensas devido a pandemia	
EIXO 4 – ATENÇÃO SECUNDÁRIA ESPECIALIZADA	Melhorar as ações de assistência farmacêutica;	<ul style="list-style-type: none"> - Revisar a Relação Municipal de Medicamentos (REMUME) a cada 2 anos; - Implantação de um grupo técnico de apoio à assistência farmacêutica, com o objetivo de otimizar a compra de medicamentos adequados ao perfil epidemiológico da população (morbidades); 	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação do consumo dos medicamentos nos últimos 2 anos; - Grupo técnico formado por médicos, enfermeiros, odontólogos, farmacêutico e nutricionista; 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício	REMUME atualizado	Atendeu
EIXO 4 – ATENÇÃO SECUNDÁRIA ESPECIALIZADA	Melhorias para unidade hospitalar.	<ul style="list-style-type: none"> - Reforma e ampliação da unidade hospitalar; - Aquisição de equipamentos e mobiliário para a unidade hospitalar 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de pessoas atendidas; - Qualidade no atendimento; 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício	Ala reformada, reestruturada e mobiliada	Atendeu
EIXO 4 – ATENÇÃO SECUNDÁRIA ESPECIALIZADA	Construção e implementação das redes de atenção a saúde	<ul style="list-style-type: none"> - Construção dos fluxos, referência e contra referência entre hospital e unidades de saúde; 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de pessoas atendidas; - Qualidade no atendimento; 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício		Não atendeu
EIXO 5 – CONTROLE SOCIAL	Reformular o Conselho Municipal de Saúde;	<ul style="list-style-type: none"> - Implementar processo de formação de novos conselheiros; - Estabelecer um espaço físico equipado com sistema de informação para o COMUSA com uma secretaria executiva exclusiva; - Representatividade dos conselhos locais no COMUSA quando formados; 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de cursos para formação de conselheiros de saúde; - Números de conselhos locais estruturados e formados; - Compra de computadores e impressoras multimídia; - Espaço físico mobiliado disponibilizado; - Números de participantes na reunião do COMUSA; 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício		Não atendeu
EIXO 5 – CONTROLE SOCIAL	Realizar a Conferência Municipal de Saúde em 2019	<ul style="list-style-type: none"> - Realização da Conferência Municipal de Saúde; 	<ul style="list-style-type: none"> - Deliberações da Conferência de acordo com a deliberação do conselho Estadual e municipal; 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício		Não atendeu

Fonte: http://controlesocial.saude.sc.gov.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=94&view=finish&cid=3538&catid=217

8 METAS DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA

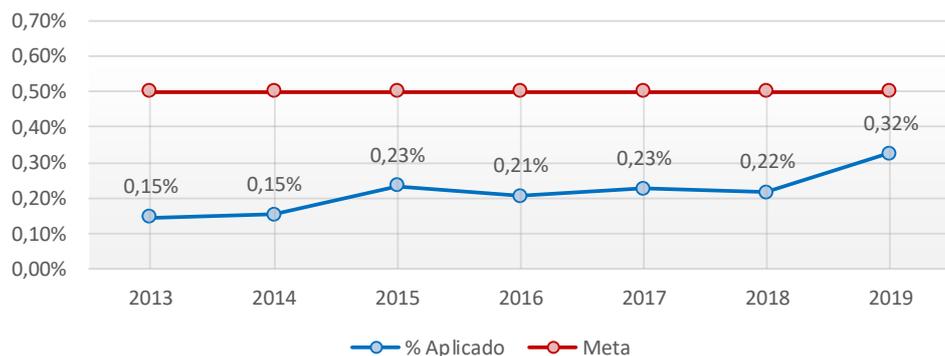
Segue abaixo status referente ao resultado no 2º semestre/2019. Informações referente ao acompanhamento do atingimento ou não das metas estipuladas no Plano Municipal de Cultura De Navegantes, que tem vigência entre o período de 2013/2023, arquivo atualizado semestralmente.

Código	Resumo Atividade	Data Limite	Indicador	Avaliação da Meta	Meta Quantitativa	Meta Realizada	% Realizado
Meta 1	Festa de Nossa Sra. dos Navegantes registrada como patrimônio imaterial, de forma a garantir a manutenção de todas as atividades tradicionais do evento, até 2014.	Até 2014	Registro da festa no livro tomo	Atendido	1	1	100%
Meta 2	Atividades tradicionais do carnaval de Navegantes registradas como patrimônio imaterial, até 2016.	Até 2016	Registro das atividades tradicionais	Não Atendido	1	0	0%
Meta 3	Pesquisa sobre a história da Festa do Trabalhador Rural e do Campeonato de Futebol de Areia realizada até 2015, como forma de preservar a memória desses eventos.	Até 2015	Pesquisas realizadas e publicadas	Não Atendido	2	1	50%
Meta 4	Mostra de Teatro de Rua de Navegantes realizada anualmente, a partir de 2014.	Até 2014	Evento anual	Não Atendido	7	2	29%
Meta 5	Feira do Livro realizada anualmente, a partir de 2013.	Até 2023	Evento anual	Não Atendido	10	7	70%
Meta 6	Salão de Artes Visuais realizado bianualmente, a partir de 2015.	Até 2023	Evento bienal	Não Atendido	5	2	40%
Meta 7	Festival de Dança de Navegantes realizado bianualmente, a partir de 2015.	Até 2023	Evento bienal	Não Atendido	5	2	40%
Meta 8	Programa de pesquisa e preservação das manifestações da cultura popular de Navegantes implementado até 2015.	Até 2015	Implementação do Programa	Atendido	1	1	100%
Meta 9	Programa de incentivo à leitura, programa de preservação da restinga e programa de educação patrimonial implementados até 2015, garantindo a inclusão de minorias.	Até 2015	Quantidade de programas culturais implementados	Não Atendido	3	2	67%
Meta 10	06 centros de cultura popular construídos e em funcionamento, com programação cultural frequente, oferecida gratuitamente ou a preços populares, até 2020.	Até 2020	Quantidade de centros instalados e em funcionamento	Não Atendido	6	1	17%
Meta 11	Programas para integração com as políticas de educação, turismo, saúde, meio ambiente e assistência social criados até 2023.	Até 2023	Quantidade de programas instituídos e em funcionamento, sendo 01 em cada área citada.	Não Atendido	5	1	20%
Meta 12	13 monumentos produzidos por artistas locais em espaços de grande circulação na cidade instalados até 2023.	Até 2023	Quantidade de monumentos instalados em cada um dos locais estabelecidos.	Não Atendido	15	5	33%
Meta 13	0,5% da receita tributária de impostos do município aplicados no Fundo Municipal de Cultura, através de editais de fomento dos diversos segmentos culturais, até 2018.	Até 2018	Percentual da receita de impostos aplicada no Fundo Municipal de Cultura.	Não Atendido	0,50%	0,32%	64%
Meta 14	Mercado Público de Navegantes construído até 2017, que contemple também espaços exclusivamente destinados a comercialização de produtos culturais.	Até 2017	Mercado Público construído.	Não Atendido	1	0	0%
Meta 15	Programa de reutilização de resíduos sólidos para a produção de artesanato implementado até 2018.	Até 2018	Programa implementado	Não Atendido	1	1	100%
Meta 16	01 Ponto de Cultura implementado no município até 2015.	Até 2015	Ponto de Cultura implementado	Não Atendido	1	0	0%
Meta 17	Gestão Cultural utilizando o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais como a principal plataforma de dados e indicadores da cultura de Navegantes até 2015.	Até 2015	Dados atualizados no SNIIC.	Atendido	1	1	100%
Meta 18	02 grupos e/ou cooperativas em atividade nos segmentos de teatro, dança, circo, música, artes visuais, literatura e artesanato, até 2023. (7 segmentos no total)	Até 2023	Quant. de grupos e ou cooperativas em funcionamento nos segmentos listados, mínimo de 2 por segmento.	Não Atendido	18	13	72%
Meta 19	Espaço nas rádios comunitárias viabilizado até 2014, para divulgar e promover a produção da cultura local em todos os seus segmentos.	Até 2014	Programa indo ao ar através de parceria com rádio comunitária. (52 semanas/ano x 10 anos = 520 semanas)	Não Atendido	520	0	0%
Meta 20	Portal cultural e turístico de Navegantes criado e em funcionamento até 2014.	Até 2014	Portal virtual no ar	Atendido	1	1	100%
Meta 21	Agenda Cultural de Navegantes editada e distribuída mensalmente até 2015, impressa e online (2 formatos).	Até 2015	Agenda cultural publicada todos os meses.	Não Atendido	2	2	100%
Meta 22	Dep. de patrimônio histórico implantado na Fundação Cultural de Navegantes até 2017, com quadro de funcionários técnicos habilitados na área.	Até 2017	Departamento implantado e em funcionamento.	Não Atendido	1	0	0%

Meta 23	Mecanismos de solo criado e isenção de IPTU incluídos no Plano Diretor do município, até 2015, para imóveis tombados através da Lei de Proteção do Patrimônio Histórico.	Até 2015	Mecanismos implantados e em funcionamento.	Não Atendido	1	0	0%
Meta 24	Museu da Pesca e da Construção Naval construído até 2023, em local próximo ao Rio Itajaí ou ao mar.	Até 2023	Museu construído.	Não Atendido	1	0	0%
Meta 25	04 espaços de memória criados até 2018 (população da praia, população da área rural, memória da Pedreira e manifestações religiosas).	Até 2018	Número de centros de memória instalados e em funcionamento.	Não Atendido	4	1	25%
Meta 26	Arquivo Histórico de Navegantes criado até 2018, com quadro de funcionários habilitados.	Até 2018	Arquivo instalado e em funcionamento.	Não Atendido	1	0	0%
Meta 27	Programa permanente de formação cultural implantado até 2019, através de parcerias com outros municípios da região e com instituições de ensino.	Até 2019	Programa implantado.	Atendido	1	1	100%
Meta 28	Escola de Arte fortalecida e funcionando oficialmente até 2016, como um órgão vinculado a Fundação Cultural de Navegantes.	Até 2016	Legislação da escola de arte sancionada, com quadro fixo de funcionários.	Atendido	1	1	100%
Meta 29	Conservatório de Música instalado até 2022, estabelecendo parceria com instituição de ensino qualificada no segmento.	Até 2022	Conservatório instalado.	Não Atendido	1	0	0%
Meta 30	Ao menos uma atividade cultural realizada em todas as escolas de educação básica do município a cada semestre até 2016 (atualmente 66 unidades de ensino)	Até 2016	Número de escolas atendidas a cada semestre. (resultado do último semestre)	Não Atendido	65	57	88%
Meta 31	Plano Municipal do Livro, Leitura e Literatura criado até 2015, articulado com a Secretaria de Educação.	Até 2015	Plano criado.	Atendido	1	1	100%
Meta 32	Participação contínua do município no Colegiado de Cultura da Associação de Municípios da Foz do Rio Itajaí-açu - AMFRI, promovendo intercâmbio com os municípios da região.	Até 2013	Grau de participação nas atividades do Colegiado.	Atendido	1	1	100%
Meta 33	Conferência Municipal de Cultura ou Fórum Municipal de Cultura de Navegantes realizados anualmente a partir de 2013.	Até 2013	Eventos realizados.	Não Atendido	11	5	45%
Meta 34	Conselho Municipal de Cultura consolidado, garantindo eleições democráticas dos representantes da sociedade civil e incentivando a criação de câmaras setoriais.	Até 2013	Conselho em pleno funcionamento com eleições democráticas dos representantes da sociedade civil.	Atendido	1	1	100%
Meta 35	Centro Integrado de Cultura de Navegantes construído até 2014.	Até 2014	Centro construído.	Atendido	1	1	100%
Meta 36	Sede da Biblioteca Pública Cruz e Sousa construída até 2018, respeitando aspectos técnicos do setor.	Até 2018	Prédio construído e em pleno funcionamento.	Não Atendido	1	0	0%
Meta 37	Parceria com a diretoria da Sociedade Sul América firmada, para finalizar a construção do teatro até 2018.	Até 2018	Teatro construído e em funcionamento.	Não Atendido	1	0	0%
Meta 38	Teatro Municipal de Navegantes construído até 2023, respeitando todas as necessidades técnicas do setor.	Até 2023	Teatro construído.	Não Atendido	1	0	0%
Meta 39	Plano de carreira dos funcionários com cargos que atendam a demanda da Fundação Cultural de Navegantes criados até 2020.	Até 2020	Concurso público realizado para provimento dos cargos criados. (realizado em 2013)	Atendido	8	5	63%
Meta 40	Percentual de 1% da receita de impostos, com despesas em cultura, atingido até 2017.	Até 2017	Percentual da receita de impostos com despesas em cultura.	Atendido	1,00%	0,93%	93%

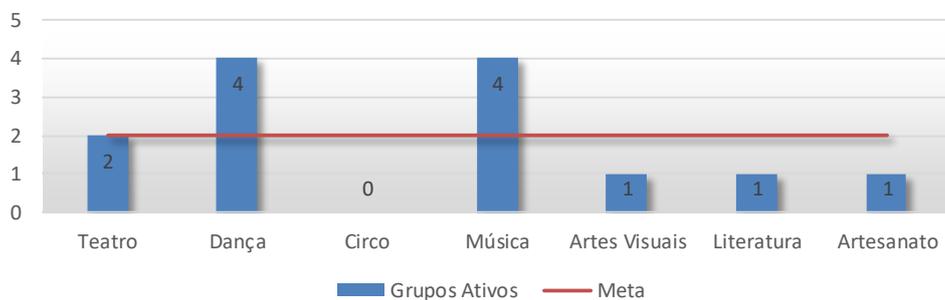
Meta 13 – 0,5% da receita tributária de impostos do município aplicados no Fundo Municipal de Cultura, através de editais de fomento dos diversos segmentos culturais, até 2018.

Ano	Receita de impostos	Recursos do FMC	% Aplicado
2013	R\$ 89.098.282	R\$ 130.000	0,15%
2014	R\$ 98.467.025	R\$ 150.000	0,15%
2015	R\$ 107.443.282	R\$ 250.000	0,23%
2016	R\$ 121.942.362	R\$ 250.000	0,21%
2017	R\$ 131.087.777	R\$ 295.000	0,23%
2018	R\$ 142.917.275	R\$ 308.276	0,22%
2019	R\$ 164.257.757	R\$ 532.764	0,32%



Meta 18 – dois grupos e/ou cooperativas em atividade nos segmentos de teatro, dança, circo, música, artes visuais, literatura e artesanato, até 2023.

Segmento	Grupos Ativos	Meta	Atendimento da Meta
Teatro	2	2	Sim
Dança	4	2	Sim
Circo	0	2	Não
Música	4	2	Sim
Artes Visuais	1	2	Não
Literatura	1	2	Não
Artesanato	1	2	Não
Total	13	14	



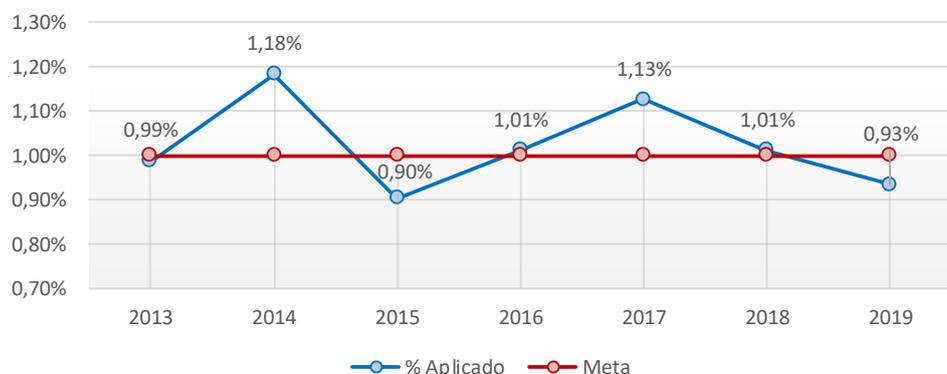
Meta 30 – Ao menos uma atividade cultural realizada em todas as escolas de educação básica do município a cada semestre até 2016, com artistas e produtores locais inseridos no ambiente escolar, com foco na formação de público.

Segmento	Und. Escol. Atendidas	Meta	% Atendimento
1S/2015	66	66	100%
2S/2015	36	66	55%
1S/2016	39	66	59%
2S/2016	44	66	67%
1S/2017	17	66	26%
2S/2017	34	66	52%
1S/2018	22	66	33%
2S/2018	41	66	62%
1S/2019	30	66	45%
2S/2019	57	65	88%



Meta 40 – Percentual de 1% da receita de impostos, com despesas em cultura, atingido até 2017.

Ano	Receita de impostos	Despesas em Cultura	% Aplicado
2013	R\$ 89.098.282	R\$ 879.636	0,99%
2014	R\$ 98.467.025	R\$ 1.164.848	1,18%
2015	R\$ 107.443.282	R\$ 971.299	0,90%
2016	R\$ 121.942.362	R\$ 1.233.452	1,01%
2017	R\$ 131.087.777	R\$ 1.476.174	1,13%
2018	R\$ 142.917.275	R\$ 1.445.263	1,01%
2019	R\$ 164.257.757	R\$ 1.535.660	0,93%



9 ACOMPANHAMENTO DAS METAS FÍSICAS DA LDO/LOA

Segue relação de todas as atividades relacionadas na ferramenta orçamentária LOA que possuem metas físicas estipuladas para o exercício 2020, onde é possível verificar o percentual de execução de cada uma delas no 3º bimestre.

Vale mencionar que a LOA possui um total de 107 programas para o ano de 2020, no entanto destes total 35 possuem como produto a informação “ano” e 29 como unidade de medida “ano”, sendo assim sobraram apenas 43 programas/ações em que é possível realizar algum monitoramento relacionado a metas físicas conforme quadro abaixo:

nº Program	Descrição Programa	nº Ação	Descrição Ação	Quantidade	Produto	Unidade de Medida	Quantidade
0023	Organização e Justiça	2038	Manutenção e Funcionamento do PROCON	3.344	Atendimentos	UN	Sem respostas
0037	PAI - Programa de Atenção ao Idoso	2044	Manutenção e Funcionamento do Programa de Atenção ao Idoso - PAI	1.400	Atendimentos	UN	415
0038	Instituição de Acolhimento Anildo de Souza	2045	Manutenção e Funcionamento do Abrigo Municipal	20	Atendimentos	UN	14
0102	Conselho Tutelar	2126	Manutenção e Funcionamento do Conselho Tutelar	14.600	Atendimentos	UN	4100
0027	Educação do Jeito Certo	2128	Manutenção e Funcionamento da Educação Especial	308	Alunos	UN	308
0027	Educação do Jeito Certo	2129	Manutenção e Funcionamento da Educação de Jovens e Adultos	1	Alunos	UN	1
0027	Educação do Jeito Certo	2130	Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental	6.210	Alunos	UN	6210
0027	Educação do Jeito Certo	2131	Manutenção e Funcionamento da Educação Infantil	10.260	Alunos	UN	10260
0030	Alimentar também é educar	2136	Manutenção da Merenda Escolar do Ensino Fundamental	6.210	Alunos	UN	6210
0030	Alimentar também é educar	2137	Manutenção da Merenda Escolar do Educação Infantil e Creches	10.260	Alunos	UN	10260
0031	Transportando para o Conhecimento	2142	Manutenção do Transporte Escolar	251	Alunos	UN	215
0009	Inspeção e sanidade animal	2015	Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca	210	Agricultores	UN	Sem respostas
0024	Programa de Crescimento para Navegantes	1014	Pavimentação e Recuperação de Vias e Eixos Estruturantes	23.000	Pavimentação	M²	Sem respostas
0024	Programa de Crescimento para Navegantes	1019	Ampliação e Manutenção da Rede de Iluminação Pública	1.700	Atendimentos	UN	Sem respostas
0025	Macro e Micro Drenagem Sustentável	1121	Implantação de Macro drenagem	1.260	Area Construida	M²	Sem respostas
0094	EMPREENDEDORISMO PARA CRESCER	2111	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Desenv. Econômico	57.600	Contribuintes	UN	Enviou arquivo sem dados
0094	EMPREENDEDORISMO PARA CRESCER	2113	Manutenção e Funcionamento do Sine	24.000	Atendimentos	UN	Enviou arquivo sem dados
0013	Pacto pela Criança	2021	Manutenção da Secretaria da Criança, Adolescente e Juventude	500	Atendimentos	UN	350
0055	ACESSUAS - Trabalho	2074	Manutenção do Programa de Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS	1.100	Atendimentos	UN	720
0056	Manutenção e Funcionamento Piso de Alta Complexidade I - Criança/ Adolescente	2075	Manutenção do Programa do Piso de Alta Complexidade I - Criança/ Adolescente	20	Atendimentos	UN	8
0057	CRAS (Centro de Referência de Assistência Social)	2076	Manutenção da Proteção Social Básica	5.000	Atendimentos	UN	3000
0058	Programa Federal Bolsa Família e IGDBF	2077	Manutenção do Programa Bolsa Família - IGDBF/SUAS	1.200	Atendimentos	UN	2130
0059	Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias	2078	Manutenção da Proteção Especial de Média Complexidade	280	Atendimentos	UN	7
0060	PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil)	2079	Manutenção do Programa de Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	250	Atendimentos	UN	0
0042	Viva Verão Navegantes	2061	Manutenção e Funcionamento do Programa Viva Verão Navegantes	1.600	População	UN	Sem respostas
0043	FUNDEL - Fundo Municipal do Esporte do Lazer	2062	Manutenção e Funcionamento do FUNDEL	5	Projetos	UN	Sem respostas
0044	Lei de Incentivo ao Esporte	2063	Manutenção e Funcionamento da Lei de Incentivo ao Esporte	18	Projetos	UN	Sem respostas
0046	Bolsa Atleta	2065	Manutenção e Funcionamento do Bolsa Atleta	70	Atletas	UN	Sem respostas
0063	Saúde, nosso bem maior	2083	Manutenção e Funcionamento do Fundo da Saúde	61.762	Atendimentos	UN	Sem respostas
0039	Movimento Criativo	2054	Manutenção das Ações da Fundação Municipal de Cultura	5.550	Público	UN	Sem respostas
0039	Movimento Criativo	2057	Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Cultura	19.098	Público	UN	Sem respostas
0039	Movimento Criativo	2058	Manutenção e Funcionamento da Lei de Incentivo a Cultura	8.594	Público	UN	Sem respostas
92	Assistência à Criança e ao Adolescente	2046	Manutenção do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	600	Atendimentos	UN	350

103	Atendimento Hospitalar	2148	Manutenção da Fundação Hospitalar de Navegantes	61.762	Atendimentos	UN	Sem respostas
104	Infraestrutura p/o Corpo de Bombeiros Militar	1100	Aquisição de Veículos e Equipamentos para o FUMSCI	110	Veículos/Equipamentos	UN	Sem respostas
104	Infraestrutura p/o Corpo de Bombeiros Militar	1101	Construção do Quartel do Corpo de Bombeiros Militar	100	Area Construida	M²	Sem respostas
105	Melhoria da Segurança Pública	2144	Manutenção e Funcionamento do FUMSCI - Apoio Operacional e Administrativo	3.150	Atendimentos	UN	Sem respostas
0047	Humaniza Navega no Transito	1036	Ampliação e Recuperação da Sinalização Viária	5	Sinalização Viária	KM	Sem respostas
0110	Atendimento como você merece	1125	Aquisição de imóvel para construção de nova sede da Câmara de Vereadores	1	Imóvel Câmara	UN	Sem respostas
0110	Atendimento como você merece	1126	Construção da nova sede da Câmara de Vereadores	1	Area Construida	M²	Sem respostas
0095	Manutenção das atividades do Instituto de Previdência	1061	Aquisição de terreno e construção da sede do Instituto de Previdência	125	Area Construida	MT2	0
0096	Nossa Previdência	2118	Manutenção dos Benefícios Previdenciários	328	Aposentados e Pensionistas	UN	298
0099	Pré e Pós Aposentadoria	2121	Manutenção do Programa Pré e Pós Aposentadoria	44	Beneficiários	UN	5

As informações "Sem Resp." significam que não foi enviado nenhuma informação para o controle interno. Quando a informação é "0%" significa que foi respondido em boa ordem, mas a quantidade executada é zero ou não possuem este tipo de controle para informar.

10 TERMOS DE PARCERIA

Informações referente aos termos de parceria assinados junto ao poder executivo, contemplando as informações de prazo de vigências, recursos repassados e situação da prestação de contas:

Unidade Gestora em que o Convênio foi Firmado	Tipo de Instrumento	Número do Instrumento	Período de Vigência	Identificação da Entidade (Nome, Endereço e CNPJ)	Valor Global do Instrumento	Objeto	Volume de Recursos Transferidos até o: 3º Bim/2020	As prestações de contas estão sendo regularmente prestadas e com qual periodicidade ?	As despesas respeitam os objetivos pactuados no Plano de Trabalho ?	O Controle Interno emite parecer conclusivo sobre a regularidade e da prestação de contas?	Esta sendo divulgado as informações na internet e em locais visíveis na instituição das suas ações e atividades?
Secretaria de Educação	Termo de Colaboração	Nº 203/2019	Início: 12/09/19 Término: 12/09/21	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS AUTISTAS DE NAVEGANTES CNPJ: 25.401.842/0001-86	Valor Total: R\$ 380.160,00	CREDENCIAMENTO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO DE SOCIEDADE CIVIL-OSCIP, COM E SEM FINS LUCRATIVOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO PARA BEBÊS, CRIANÇAS E/OU ADOLESCENTES COM SEQUELAS NEUROMOTORA DE LESÃO CEREBRAL, SEM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL ASSOCIADA, COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL FÍSICA, MÚLTIPLAS, TRANSTORNADO DO ESPECTRO AUTISTA E TRANSTORNOS FUNCIONAIS ESPECÍFICOS, DESDE QUE ASSOCIADOS A DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL COM TEA - ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE NAVEGANTES/SC	-	Sim	Sim	Sim	Sim
Secretaria de Educação	Termo de Colaboração	Nº 204/2019	Início: 29/08/19 Término: 29/08/21	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE NAVEGANTES CNPJ: 83.824.771/0001-20	Valor Total: R\$ 432.000,00	CREDENCIAMENTO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO DE SOCIEDADE CIVIL-OSCIP, COM E SEM FINS LUCRATIVOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO PARA BEBÊS, CRIANÇAS E/OU ADOLESCENTES COM SEQUELAS NEUROMOTORA DE LESÃO CEREBRAL, SEM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL ASSOCIADA, COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL FÍSICA, MÚLTIPLAS, TRANSTORNADO DO ESPECTRO AUTISTA E TRANSTORNOS FUNCIONAIS ESPECÍFICOS, DESDE QUE ASSOCIADOS A DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL COM TEA - ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE NAVEGANTES/SC	-	Sim	Sim	Sim	Sim

11 ACOMPANHAMENTO DAS TAC'S

Segue resumo do acompanhamento do cumprimento dos TAC's assinadas com Ministério Público e o Poder Executivo ou Legislativo:

RESUMO DE ACOMPANHAMENTO DOS TAC'S				Total:	182	115	0	1	66
Título da TAC	▼ Órgão Resp.	Tema	% Conclusão	Nº Cláusulas	Concluído	No prazo	Vencendo	Vencido	
0007/2014/03PJ/NAV	Câmara de Vereadores	Lei da transparência / Acesso de Informação	100%	38	38	0	0	0	
0011/2012/02PJ/NAV	Fun. Meio Ambiente	Terreno Cidade da Criança	100%	3	3	0	0	0	
0024/2012/02PJ/NAV	Fun. Meio Ambiente	Poluição Sonora	100%	3	3	0	0	0	
0001/2011/03PJ/NAV	Sec. Administração e Logística	Denominações de Ruas/Prédios Públicos	0%	5	0	0	0	5	
0001/2013/03PJ/NAV	Sec. Administração e Logística	Pagamentos Irregulares de Empenhos	0%	5	0	0	0	5	
0001/2017/01PJ/NAV	Sec. Administração e Logística	Acessibilidade	70%	10	7	0	1	2	
0002/2013/03PJ/NAV	Sec. Administração e Logística	Concurso Médicos Cirurgião Geral	0%	3	0	0	0	3	
0002/2014/03PJ/NAV	Sec. Administração e Logística	Procuradores	0%	6	0	0	0	6	
0004/2014/03PJ/NAV	Sec. Administração e Logística	Processo Licitatório/Serviço Funerários	0%	2	0	0	0	2	
0006/2014/03PJ/NAV	Sec. Administração e Logística	Moto Clube Anjos da Liberdade	0%	2	0	0	0	2	
0006/2015/03PJ/NAV	Sec. Administração e Logística	Retorno Servidores para função Efetiva	0%	7	0	0	0	7	
Nepotismo	Sec. Administração e Logística	Nepotismo na administração pública	0%	5	0	0	0	5	
0001/2014/03PJ/NAV	Sec. Administração e Logística	Cartão ponto Médicos	57%	7	4	0	0	3	
0016/2013/02PJ/NAV	Sec. Agricultura e Pesca	Salgas	100%	10	10	0	0	0	
0005/2014/03PJ/NAV	Sec. Finanças	Adiantamento Macio Capela	100%	3	3	0	0	0	
0003/2015/03PJ/NAV	Sec. Gestão e Controle	Lei da transparência / Acesso de Informação	100%	21	21	0	0	0	
0001/2016/02PJ/NAV	Sec. Obras	Limpeza de Terreno / Rua Maximiliano Andrade n. 1099 - Gravatá	0%	9	0	0	0	9	
Acordo Judicial Processo nº 0900025-69.2016.8.24.0135-SIG 08.2015.00365990-9	Sec. Planejamento Urbano	Abstenção de atuação em qualquer serviço privado (Eng., Arq., Agro. Geó. e Téc.)	100%	3	3	0	0	0	
0007/2013/02PJ/NAV	Sec. Saneamento Básico	Água	0%	14	0	0	0	14	
0001/2015/01PJ/NAV	Sec. Saúde	Remune	100%	8	8	0	0	0	
0003/2011/02PJ/NAV	Sec. Saúde	Animais de Rua	50%	6	3	0	0	3	
0004/2015/01PJ/NAV	Sec. Saúde	Médicos	100%	3	3	0	0	0	
0012/2015/01PJ/NAV	Sec. Segurança Pública	Navegay	100%	9	9	0	0	0	

A informação com "0%" no campo "% Conclusão" significa que não foi enviado nenhuma informação para o controle interno ou realmente não foi tomada nenhuma providência com relação ao TAC.

12 OUTRAS ATIVIDADES DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

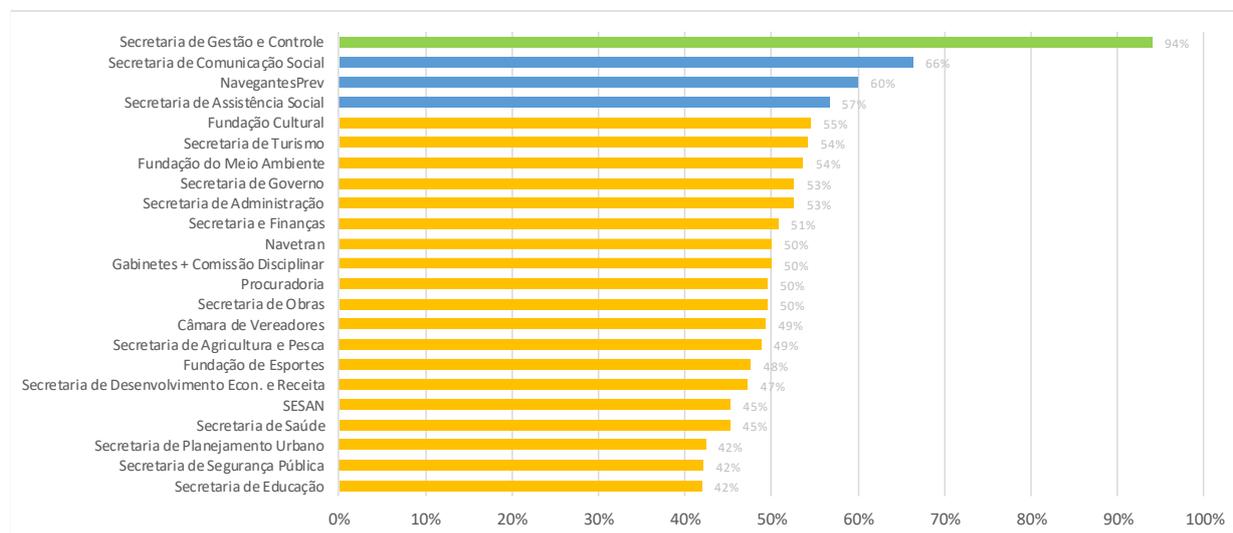
12.1 ANÁLISE DE RISCO

Análise de risco é uma metodologia aplicada a partir de critérios objetivos que são divididos em Ambiente de Controle, Auditoria/Ouidoria e Orçamento/Limites/Temas Específicos, que tem como origem da informação a pesquisa bimestral de monitoramento realizada pela Secretaria de Gestão e Controle com todos os órgão e entidades da administração municipal.

Segue abaixo o resultado do mapa de risco atualizado no 3º bimestre que irá servir como uma das variáveis para a confecção do plano anual de auditoria de 2021, onde é possível observar as áreas que estão com um índice classificado do pior para o melhor.

Condições:	
<= 40%	Crítico Risco
>40% <= 55%	Grave Risco
>55% <= 90%	Moderado Risco
>90% <= 100%	Baixo Risco

Órgão/Entidade	Resum.	1º Qua	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim	Acum.
Secretaria de Educação	Edu	37%	47%				42%
Secretaria de Segurança Pública	Seg	37%	48%				42%
Secretaria de Planejamento Urbano	Urb	46%	39%				42%
Secretaria de Saúde	Sau	46%	44%				45%
SESAN	Ses	50%	41%				45%
Secretaria de Desenvolvimento Econ. e Receita	Eco	49%	46%				47%
Fundação de Esportes	Esp	51%	44%				48%
Secretaria de Agricultura e Pesca	Agr	51%	46%				49%
Câmara de Vereadores	Cam	52%	47%				49%
Secretaria de Obras	Obr	48%	51%				50%
Procuradoria	Pro	50%	49%				50%
Gabinetes + Comissão Disciplinar	Gab		50%				50%
Navetran	Nav		50%				50%
Secretaria e Finanças	Fin	54%	47%				51%
Secretaria de Administração	Adm	52%	53%				53%
Secretaria de Governo	Gov	53%	53%				53%
Fundação do Meio Ambiente	Fum	54%	54%				54%
Secretaria de Turismo	Tur	54%	54%				54%
Fundação Cultural	Cul	56%	53%				55%
Secretaria de Assistência Social	Ass	54%	60%				57%
NavegantesPrev	Pre	61%	59%				60%
Secretaria de Comunicação Social	Com	66%	66%				66%
Secretaria de Gestão e Controle	Sgc	91%	97%				94%



12.2 ATIVIDADES DE AUDITORIA

De acordo com o relatório anual de atividade da auditoria interna (RAINT), é possível verificar que em 2020 existe uma programação instituída de 17 atividades entre ordinárias, extraordinárias e pareceres de verificação. Os resultados dos trabalhos de auditoria são objeto de relatório específico para cada auditoria realizada. Segue abaixo quadro resumo:

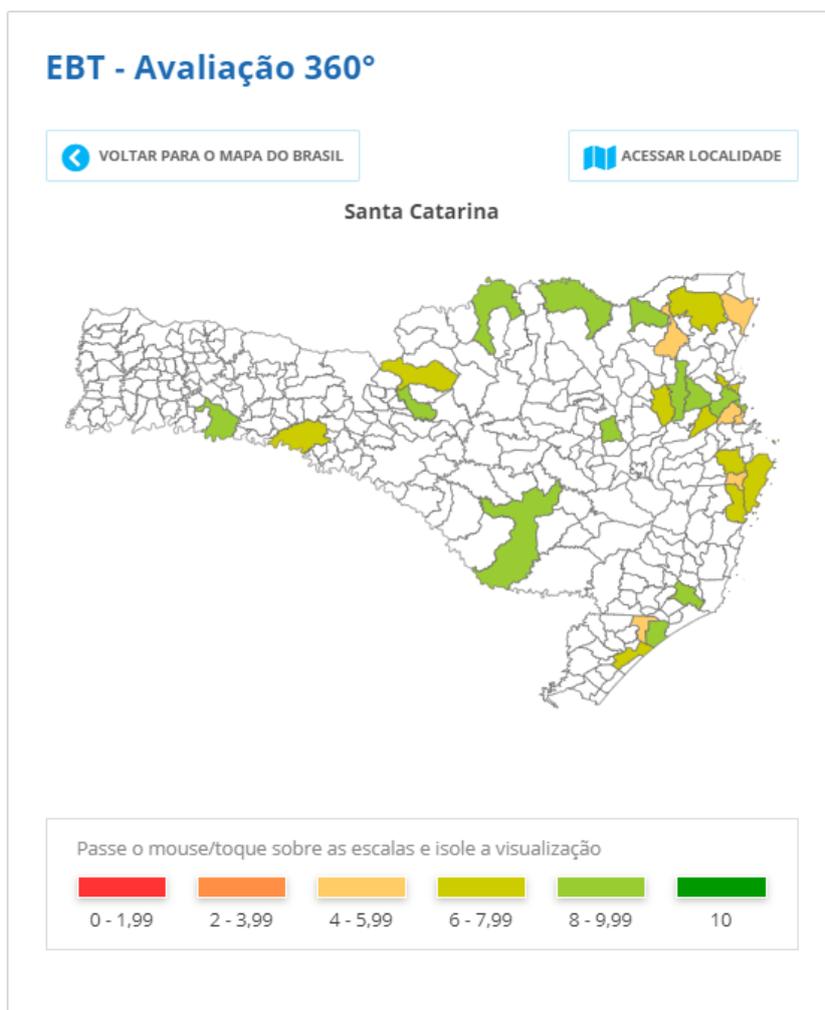
Local de Realização dos Trabalhos	Título/Objeto	Origem da Demanda	Audidores	Cronograma (período de execução)	Status
Secretaria de Obras	PARECER DE VERIFICAÇÃO Nº 02/2020 - LIXO	DENUNCIA	Ana Eising Graziela F. Vieira	18/11/2019 à 20/12/2019	FINALIZADO
Secretaria de Obras	PARECER DE VERIFICAÇÃO Nº 06/2020 - Loureci Soares da Silva	MPSC	Ana Eising Graziela F. Vieira	01/09/2019 à 06/02/2020.	FINALIZADO
Patrimônio	AUDITORIA 004-2020 - MOTO APREENDIDA	SGC	Luciano	Dez/19 a mar/2020	FINALIZADO
Sec. de Educação	Análise Edital 42/2019 - Alteração Carga Horária	AUD 02/2019 FUNDEB	Luciano da Costa	mai/18	Aguardando Parecer Graziela
Sec. de Administração	Análise Fornecedor PJ	SGC	Ana Eising Graziela F. Vieira Luciano da Costa	mai/18	Luciano Em andamento
Fundação de Esportes	PARECER DE VERIFICAÇÃO Nº 04/2018 - JEN 2017	MPSC	Ana Eising Luciano da Costa	Julho/2018 a outubro/2019	Aguardando Fernando
Secretaria de Saúde	PARECER DE VERIFICAÇÃO Nº 01/2020	COMUSA	Ana Eising Graziela F. Vieira Luciano da Costa		FINALIZADO
Patrimônio	Auditoria 002/2020 (Extraordinária)	SGC	A Definir	A DEFINIR	Fernando aguardando aprovação Prefeito
Secretaria de Agricultura	Auditoria 003/2020 (Ordinária)	PAINT	Ana Eising Graziela F. Vieira Luciano da Costa	Junho a Dezembro	Iniciado (Ana)
Sec. Planejamento Urbano	Auditoria Extraordinária Nº 02/2018: Denúncias oriundas do MPSC / Ouvidoria	MPSC	Ana Eising Graziela F. Vieira Õ	Iniciada em junho/19. Em execução. Previsão finalizar em jun/20	
Sec. de Desenv. Econômico e Receita	Auditoria Ordinária Nº 01/2019: IPTU	MPSC	Ana Eising Graziela F. Vieira Õ	Iniciada em janeiro/19. Relatório Preliminar em Elaboração. Previsão finalizar em jun/20	
Sec. da Educação	Auditoria Ordinária Nº 02/2019: FUNDEB	CONSELHO	Ana Eising Graziela F. Vieira Luciano da Costa Õ	Iniciada em fevereiro/19. Relatório Preliminar em Elaboração. Previsão finalizar em jun/20	Relatório Preliminar sendo finalizado
Sec. de Obras	Auditoria Ordinária Nº 03/2019: Contratos Horas Máquina	SGC	Ana Eising Õ Graziela F. Vieira Luciano da Costa Fernando Sedrez Silva	Iniciada em junho/19. Relatório Preliminar em Elaboração. Previsão finalizar em jun/20	Aguardando Retorno Fernando
Sec. de Saúde - SAMU	AUDITORIA Nº 01/2020 EXTRAORDINÁRIA	DENUNCIA	Ana Eising Graziela F. Vieira Luciano da Costa Õ	02/2020 A 04/2020	PRELIMINAR FINALIZADO Prazo Resposta: 22/07
Sec. de Gestão e Controle	Auditoria Nº XX/2020: Ordinária Revisão das Recomendações do ARE	SGC	Ana Eising Graziela F. Vieira Luciano da Costa Õ	Abril	Aguardando Análise de Auditor e Resposta Sec. Adm
Todas as Secretarias	Auditoria Nº XX/2020 Ordinária: FOLLO UP Aud. Ord. nº 003/2017: Manutenção de Frota	SGC		Maio a Agosto	Não iniciado
NAVETRAM	AUDITORIA Nº XX/2020 Ordinária: FUNSET	SGC		Julho a Outubro	Não iniciado
Câmara de Vereadores	AUDITORIA Nº XX/2020 Ordinária: A definir	CMV			Não iniciado
Sec. de Agricultura e Pesca	AUDITORIA Nº XX/2020 Ordinária : Prestação de Serviços cobrados aos Agricultores	SGC		Julho a Dezembro	Não iniciado

13 ESCALA BRASIL TRANSPARENTE (EBT) E OUVIDORIA

A Escala Brasil Transparente (EBT) é uma metodologia para medir a transparência pública em estados e municípios brasileiros. A EBT foi desenvolvida para fornecer os subsídios necessários ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU) para o exercício das competências que lhe atribuem os artigos 59 da Lei Complementar nº 101/2000 e 41 (I) da Lei de Acesso à Informação, assim como os artigos 68 (II) do Decreto nº 7.724/2012 e 18 (III), do Decreto nº 8.910/2016.

A EBT avalia o grau de cumprimento de dispositivos da Lei de Acesso à Informação (LAI). O período de avaliação da CGU foi de 09/07/2018 a 14/11/2018. Foram avaliados na Escala Brasil Transparente – Avaliação 360° todos os Estados, as capitais e os municípios com mais de 50 mil habitantes (com base nas estimativas de 2017, do IBGE), o que resultou em 691 entes. Ao avaliar os municípios com mais de 50 mil habitantes, a EBT 360° contemplou os entes nos quais está concentrada a maioria da população brasileira.

A imagem abaixo representa os Municípios catarinenses avaliados, e sua posição na escala:



Fonte: Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União – CGU – 2020.

Disponível em: <https://mbt.cgu.gov.br/publico/home>

O quadro abaixo apresenta a posição de alguns municípios, onde aparece o Município de Navegantes, com nota 7,43, na 249ª posição em relação aos 665 municípios avaliados em todo o território nacional.

Ranking Geral	Localidade	UF	Nota	Varição
217	Indaial	SC	7,72	-
240	Palhoça	SC	7,54	-
249	Navegantes	SC	7,43	-
261	Biguaçu	SC	7,34	-
266	Caçador	SC	7,32	-
278	Brusque	SC	7,15	-
302	Concórdia	SC	6,87	-
302	Florianópolis	SC	6,87	-
335	Araranguá	SC	6,46	-
417	Criciúma	SC	5,81	-
426	Camboriú	SC	5,76	-
431	São José	SC	5,7	-
459	Jaraguá do Sul	SC	5,51	-
466	São Francisco do Sul	SC	5,46	-
469	Itapema	SC	5,44	-

A nota anterior do Município era 9,3. A queda se deu pela inclusão dos pedidos de acesso à informação (transparência passiva) na metodologia adotada. O Município de Navegantes, nos termos da Lei de Acesso a Informação e legislação municipal, vem exigindo a identificação do usuário para os pedidos de acesso à informação. No entanto, o sistema utilizado não é intuitivo para o usuário e muitas vezes a resposta ao pedido do usuário é a referência legal, indicando que para o pedido de acesso à informação, o usuário precisa se identificar. Acreditamos que este seja o principal motivo da queda no ranking. De toda forma, várias ações vêm sendo tomadas pela Secretaria de Gestão e Controle, juntamente com o Conselho Municipal de Transparência e Acesso à Informação, no sentido de elevar significativamente o nível de transparência municipal.

Fazendo uma avaliação da transparência municipal por parte deste órgão de controle interno, valendo-se da mesma metodologia EBT, evidenciamos o que segue:

CHECKLIST EBT - 360°							
Ordem	Detalhamento	Temas/Parâmetros	Pontuação máxima	Informação localizada? (Sim ou Não)	Pontuação	%	
1	Estrutura organizacional	Estrutura organizacional	1,50	sim	1,5	1,50%	
2		Unidades administrativas	Endereço	0,70	sim	0,7	2,10%
			Telefone	0,70	sim	0,7	
	Horário de atendimento		0,70	sim	0,7		
3	Receitas	Dados das receitas	Previsão	1,00	sim	1	4,00%
			Arrecadação	1,50	sim	1,5	
			Classificação	1,50	sim	1,5	
4	Despesas	Empenhos	Número	0,80	sim	0,8	12,00%
			Valor	0,80	sim	0,8	
			Data	0,80	sim	0,8	
			Favorecido	0,80	sim	0,8	
			Descrição	0,80	sim	0,8	
5	Pagamentos		Valor	1,00	sim	1	
			Data	1,00	sim	1	
			Favorecido	1,00	sim	1	
			Empenho de referência	1,00	sim	1	
6		Possibilita a consulta de empenhos ou pagamentos por favorecido	3,00	sim	3		
7		Permite gerar relatório da consulta de empenhos ou de pagamentos em formato aberto	1,00	não	0		

8	TRANSPARÊNCIA ATIVA	Licitações	Processos licitatórios	Número/Ano do Edital	0,75	sim	0,75	9,00%	
				Modalidade	0,75	sim	0,75		
				Objeto	0,75	sim	0,75		
				Situação/Status	0,75	sim	0,75		
9				Disponibiliza o conteúdo integral dos editais		3,00	não	0	
10				Possibilita a consulta aos resultados das licitações ocorridas		3,00	sim	3	
11		Contratos	Dados dos contratos	Objeto	0,80	sim	0,8	4,80%	
				Valor	0,80	sim	0,8		
				Favorecido	0,80	sim	0,8		
				Número/Ano do contrato	0,80	sim	0,8		
				Vigência	0,80	sim	0,8		
12				Disponibiliza o conteúdo integral dos contratos		0,30	não	0	
13				Permite gerar relatório da consulta de licitações ou de contratos em formato aberto		1,00	não	0	1,00%
14		Obras públicas	Dados para acompanhamento	Objeto	0,40	não	0	2,60%	
				Valor total	0,40	não	0		
				Empresa contratada	0,40	não	0		
				Data de início	0,40	não	0		
				Data prevista para término ou	0,40	não	0		
				Valor total já pago ou	0,30	não	0		
Situação atual da obra	0,30	não	0						
15	Servidores Públicos		Nome	1,00	sim	1	4,00%		
			Cargo/Função	1,00	sim	1			
			Remuneração	2,00	sim	2			
16	Despesas com diárias		Nome do beneficiário	0,80	sim	0,8	4,00%		
			Valores recebidos	0,80	sim	0,8			
			Período da viagem	0,80	sim	0,8			
			Destino da viagem	0,80	sim	0,8			
			Motivo da viagem	0,80	sim	0,8			
17		Regulamentação da Lei de Acesso à Informação	Divulgação do normativo local que regulamenta a LAI em local de fácil acesso.		2,50	sim	2,5	2,50%	
18	Relatório estatístico	Divulgação de relatório de atendimentos	Quantidade de pedidos recebidos	1,00	sim	1	2,00%		
			Quantidade e/ou percentual de pedidos atendidos	1,00	sim	1			
			Quantidade e/ou percentual de pedidos indeferidos	x	sim	x			
19		Bases de dados abertos	Publica na internet relação		0,50	não	0	0,50%	
TRANSPARÊNCIA ATIVA					50,00		41,6	50,00%	

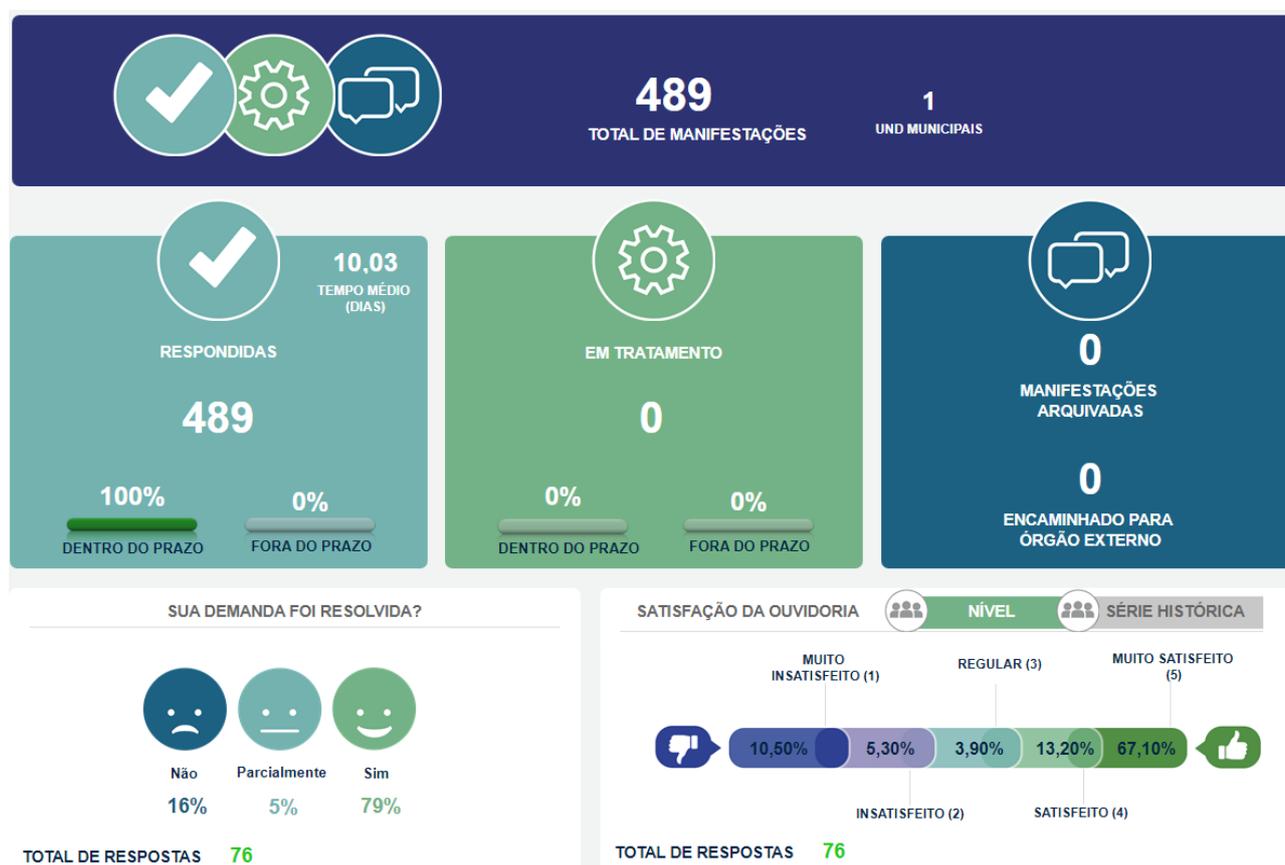
1	PARÊNCIA PASSIVA	Existência de SIC	Indica o funcionamento de um SIC físico, isto é, com a possibilidade de entrega de um pedido de informação de forma presencial?	Endereço	1,00	sim	1	3,00%	
				Telefone	1,00	sim	1		
				Horário de atendimento	1,00	sim	1		
				Existência de alternativa de envio de pedidos de acesso à informação de forma eletrônica	Sistema ou formulário	5,00	sim	5	9,00%
					E-mail	4,00	sim	4	
2				Não são feitas exigências que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação		4,00	Não	0	4,00%
3			Permite o acompanhamento posterior da solicitação	Data de registro do pedido	2,00	sim	2	4,00%	
				Situação do pedido	2,00	sim	2		
4		SIC	Responde aos pedidos de informação	Resposta ao Pedido 1	0,50	Sim	0,5	1,50%	
				Resposta ao Pedido 2	0,50	Sim	0,5		
	Resposta ao Pedido 3			0,50	Sim	0,5			

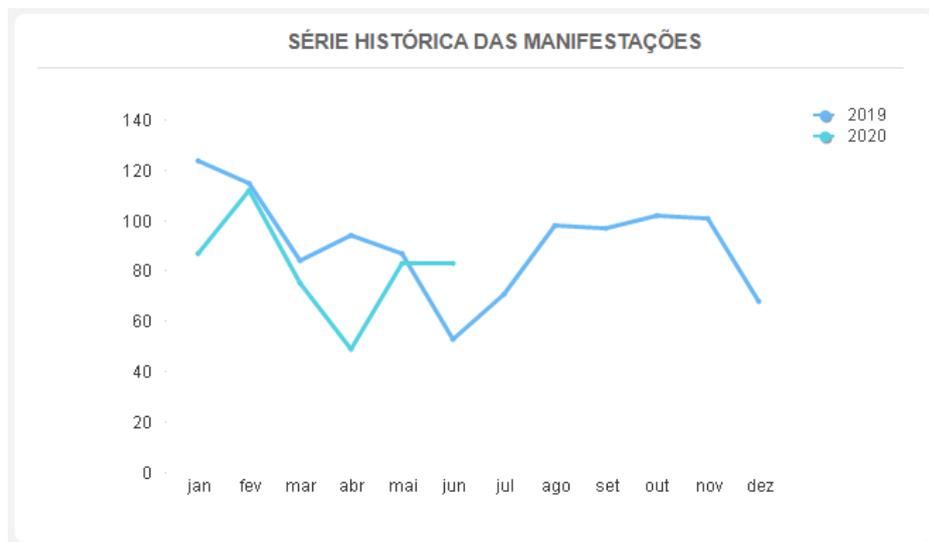
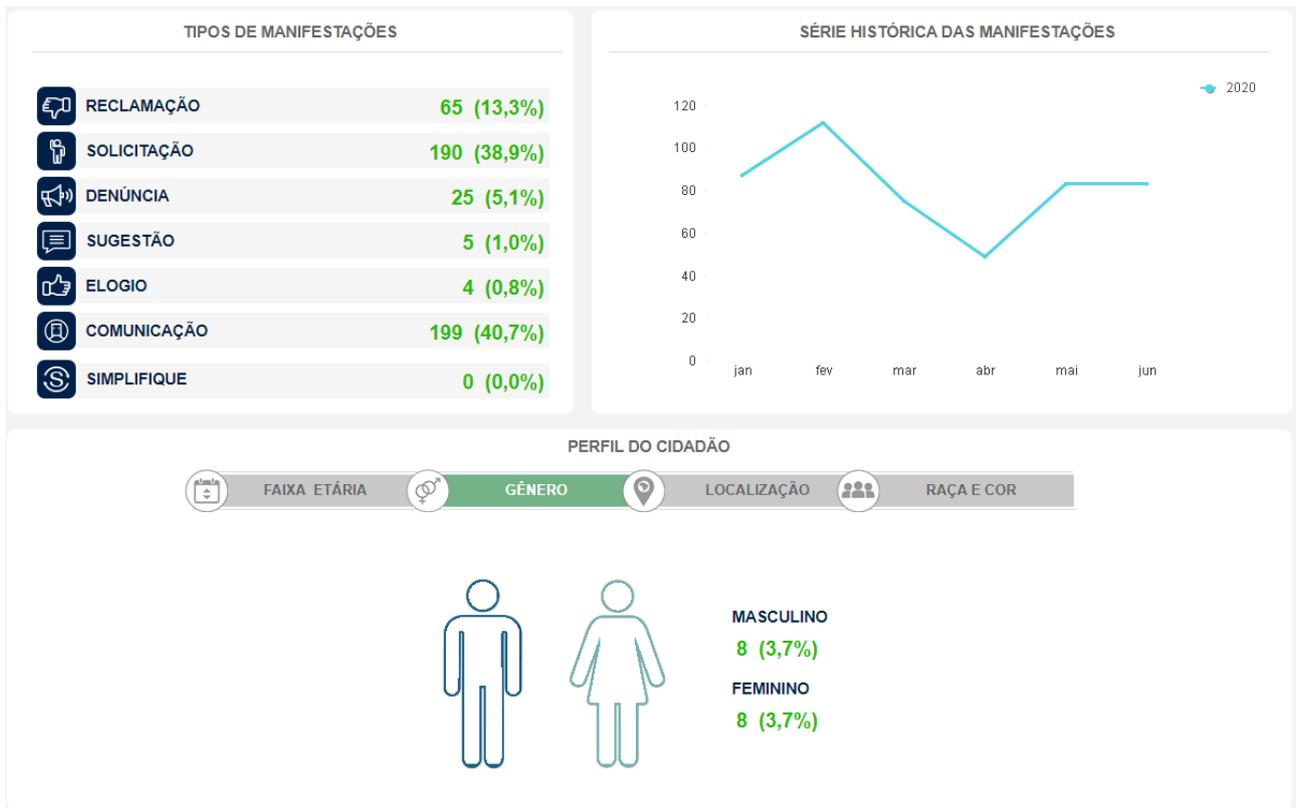
5	TRANSPARÊNCIA	Funcionamento do sistema	Cumprir os prazos para resposta das solicitações	Resposta no prazo para o Pedido 1	3,00	Sim	3	9,00%
				Resposta no prazo para o Pedido 2	3,00	Sim	3	
				Resposta no prazo para o Pedido 3	3,00	Sim	3	
6			Atende aos pedidos, respondendo o que se perguntou	Resposta em conformidade para o Pedido 1	6,00	Sim	6	18,00%
				Resposta em conformidade para o Pedido 2	6,00	Sim	6	
				Resposta em conformidade para o Pedido 3	6,00	Sim	6	
7			Comunica sobre possibilidade de recurso	Comunicação existente na resposta ao Pedido 1	0,50	Não	0	1,50%
				Comunicação existente na resposta ao Pedido 2	0,50	Não	0	
				Comunicação existente na resposta ao Pedido 3	0,50	Não	0	
TRANSPARÊNCIA PASSIVA				50,00			44,5	50,00%
TOTAL				100,00			86,1	86,10%

Na avaliação realizada internamente o Município atingiu a nota 8,61, ou seja, razoavelmente acima da avaliação da CGU. É importante salientar que identificamos o problema e medidas foram adotadas para corrigir o problema da transparência passiva. Acredita-se que uma nova pesquisa oficial realizada pela CGU deva ser realizada no segundo semestre deste ano.

No que concerne à transparência ativa, foi realizada nova licitação para os sistemas de informação do Município, exigindo um novo e, significativamente melhor, sistema de “portal de transparência”. A empresa vencedora está em fase final de implantação do novo portal, no entanto uma versão de teste já foi disponibilizada no site da prefeitura.

Ainda em se tratando de transparência, é importante avaliar os trabalhos de ouvidoria. Neste sentido os painéis abaixo, evidenciam os resultados dos trabalhos de ouvidoria no âmbito do Município de Navegantes no ano de 2020:





Fonte: <http://paineis.cgu.gov.br/resolveu/index.htm>

Em relação à ouvidoria, podemos observar que foram realizadas 489 manifestações no sistema e-Ouv, das quais todas foram respondidas, sendo 100% no prazo. Estes números evidenciam a eficiência dos serviços de ouvidoria. Destas manifestações, 84% dos usuários que responderam a avaliação considerou a sua demanda resolvida ou parcialmente resolvida. A Secretaria de Gestão e Controle está trabalhando em formas de melhorar a qualidade dos atendimentos (das respostas), com o intuito de melhorarmos os índices de satisfação dos usuários. Já foi criada uma comissão de servidores com a missão de avaliar a qualidade das respostas de ouvidoria. O resultado deste trabalho deverá ser utilizado na confecção de um manual de orientação a ser utilizado pelos gestores e ouvidores setoriais no que concerne aos serviços de ouvidoria.

14 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho da Secretaria Municipal de Gestão e Controle, órgão central do Sistema de Controle Interno Municipal, envolve o plano de organização e todos os métodos e medidas adotados pela administração para salvaguardar os ativos, desenvolver a eficiência nas operações, avaliar o cumprimento dos programas, objetivos, metas e orçamentos e das políticas administrativas prescritas, verificar a exatidão e a fidelidade das informações e assegurar o cumprimento da lei.

Neste sentido, tem-se trabalhado fortemente no desenvolvimento do Sistema de Controle Interno Municipal, mediante uma série de ações que foram desenvolvidas e outras que estão em desenvolvimento. Para o cumprimento de sua missão institucional, a Secretaria Municipal de Gestão e Controle tem atuado por meio das seguintes ações:

- Normatização de procedimentos;
- Treinamento de servidores;
- Monitoramento da execução orçamentária, financeira, patrimonial, de custos além de ações de governo, atingimento de metas a implantação de mecanismos de gestão;
- Análise de prestações de contas;
- Análise de atos de aposentadorias e pensões;
- Auditorias internas;
- Promoção da transparência, acesso à informação e ouvidoria;
- Implantação de sistema de custos na administração pública municipal.

O presente relatório procura sintetizar o resultado das atividades de monitoramento, que é parte dos trabalhos realizados no âmbito do Órgão Central do Sistema de Controle Interno Municipal. Os dados apresentados apontam várias situações favoráveis, como superávit orçamentário, superávit financeiro, atingimento de metas de resultado primário e nominal, cumprimento dos limites de endividamento, cumprimento dos limites de gastos com pessoal, inclusive o limite prudencial e os investimentos mínimos em ações e serviços públicos de saúde e educação. Em síntese, a situação financeira e orçamentária do Município, ATÉ O ENCERRAMENTO DO 3º BIMESTRE DE 2020, foi boa.

Em relação a situação dos gastos com pessoal do Poder Executivo, esta foi muito preocupante no exercício de 2018, porém desde o 5º bimestre do referido exercício, esta situação começou a apresentar melhorias. A análise do 1º quadrimestre de 2020, evidencia que o Poder Executivo está abaixo do limite prudencial. No entanto, é público e notório que a pandemia provocada pelo COVID-19 está causando uma crise sem precedentes à economia do País, afetando diretamente pessoas físicas e jurídicas, públicas ou privadas. Os reflexos desta crise já começaram a aparecer, bastando observar as receitas na classificação “Transferências Correntes” e na evolução do percentual de gastos com pessoal, que vem crescendo ao longo dos últimos meses, principalmente em virtude da estagnação da arrecadação e do aumento significativo da folha de pagamento da Educação em 2020. Conseqüentemente medidas deverão ser adotadas para garantir o equilíbrio das contas públicas.

É importante considerar que a folha de pagamento cresce naturalmente conforme a evolução dos servidores em suas respectivas carreiras. Além disso, as demandas da sociedade aumentam constantemente, tendo em vista o crescimento do Município. No caso específica da Educação Municipal, supracitado, o incremento significativo da folha se deve, principalmente, em razão da abertura de novas salas e aulas e vagas e o aumento significativo do piso nacional do magistério. Em contrapartida, o FUNDEB, que é o principal recurso para custear a folha de pagamento do magistério, vem apresentando quedas significativas no ano de 2020, principalmente como reflexo da crise do COVID-19. Esta situação preocupa não apenas para o exercício de 2020, mas para os exercícios subsequentes, caso não sejam adotadas medidas de contenção destes aumentos na folha de pagamento.

Assim, é importante e necessária, também, a adoção permanente de medidas para o incremento de arrecadação. Percebemos recentemente uma movimentação da gestão no sentido de adotar algumas medidas para o incremento da arrecadação, como por exemplo a Lei Complementar nº 334/2017 que trata dos protestos, a criação de comissão para analisar as formas de implementação da nova planta genéricas de valores etc. Isto evidencia algum esforço municipal no sentido de aumentar a arrecadação. No entanto, em relação aos protestos, foi evidenciado no presente relatório que, de janeiro a dezembro de 2019, não foi realizado nenhum procedimento. Sugerimos que estas medidas sejam tratadas como de urgência, para garantir os recursos necessários para a realização das políticas públicas de modo geral.

Além disso, outras situações têm preocupado este órgão central do Sistema de Controle Interno Municipal:

- Almoxxarifados/estoques: conforme relatado, alguns órgãos permanecem descumprindo a Instrução Normativa SGC nº 001/2018. Esta situação é RECORRENTE e GRAVE, e até o momento não vislumbramos qualquer iniciativa de solucionar o problema. Recomendamos a instauração de procedimento disciplinar para identificar os responsáveis pelo descumprimento da instrução e aplicação das penalidades cabíveis, se for o caso.
- Recomendações do órgão de controle interno: várias recomendações do Órgão Central do Sistema de Controle Interno Municipal permanecem sem providências, de forma RECORRENTE. É preciso que os órgãos do governo, se atentem para as recomendações emitidas de sua competência e adotem as providências cabíveis o quanto antes. É importante destacar que a não adoção de providências em relação às irregularidades apontadas pelo Controle Interno, enseja comunicação ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, anualmente, através das prestações de contas anuais.
- Termos de Ajustamento de Conduta - TAC's: mais recentemente, iniciamos na Secretaria de Gestão e Controle, um acompanhamento do cumprimento de todos os TAC's firmados entre o Município e o MPSC. No entanto, vários órgãos responsáveis ou não se manifestaram sobre os mesmos ou os descumprem. É preciso se atentar a esta situação, pois o descumprimento pode ser tratado como ato de improbidade administrativa.
- Implantação das NBCASP: os prazos para a implantação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público estão vencendo e ainda existem, no Município de Navegantes, várias situações pendentes e recorrentes. O que mais nos preocupa, ainda, é que de forma recorrente alguns órgãos manifestam a falta de conhecimento sobre o tema, como justificativa para o não atendimento. É preciso buscar este conhecimento e trabalhar na implantação dos novos procedimentos.
- Implantação do e-Social: os prazos de implantação do e-Social até o momento permanecem os mesmos e não vislumbramos nenhum avanço ou iniciativa na implantação de rotinas que atendam a nova sistemática. No 5º bimestre a planilha de monitoramento sequer foi respondida. Ressaltamos que o não atendimento aos requisitos e regras do e-Social poderá causar MULTAS de valores SIGNIFICATIVOS e, no setor público, multas podem ser consideradas DANO AO ERÁRIO. Se isto vier a acontecer, iremos propor a instauração de procedimento de Tomada de Contas Especial para o devido RESSARCIMENTO do dano por quem deu causa.

- Metas do Plano Municipal de Educação: o Plano Municipal de Educação é um importante instrumento na busca do desenvolvimento do ensino. A Secretaria Municipal de Educação NÃO ENVIOU o referido plano com as metas atualizadas, impossibilitando o monitoramento por parte deste órgão de controle.
- Metas do Plano Municipal de Saúde: o Plano Municipal de Saúde se constitui em uma ferramenta essencial de políticas públicas e metas a serem atingidas, facilitando as diretrizes de atuação da Secretaria Municipal de Saúde. No entanto, a Secretaria Municipal de Saúde se manifestou acerca das metas do referido plano, porém de forma incompleta, impossibilitando o monitoramento por parte deste órgão de controle.
- Metas físicas definidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias: estamos realizando o acompanhamento do atingimento das metas físicas definidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias. No entanto, percebemos que vários órgãos do governo OU NÃO POSSUEM DADOS, OU NÃO PREENCHEM A PLANILHA, OU NÃO ESTÃO EXECUTANDO O PLANEJADO. Esta situação é RECORRENTE. Torna-se necessário o adequado acompanhamento por parte de cada órgão do governo e adequada prestação de informações ao Órgão de Controle Interno Municipal, além da busca pelo cumprimento da LDO.
- Outra fragilidade que estamos evidenciando, se refere às atividades de fiscalização de contratos administrativos. É necessário buscar soluções para que estes não sejam “figurantes” nos processos, mas sim, verdadeiros fiscais nas execuções dos contratos.

É importante destacar a importância deste trabalho de monitoramento de Controle Interno para a evolução da gestão pública municipal. O trabalho é abrangente e promove uma série de observações e informações a serem consideradas para a tomada de decisões relevantes, bem como de situações (irregularidades) a serem corrigidas.

No entanto, no 3º bimestre de 2020 (seguindo o que já ocorreu no 1º quadrimestre do ano) **HOUVE A PARTICIPAÇÃO DE APENAS 52% DAS ÁREAS** que deveriam participar (responder) aos questionários aplicados pela Controladoria Municipal.

Esta situação é extremamente grave e evidencia a não preocupação de vários órgãos da administração municipal para com o Sistema de Controle Interno Municipal.

Por fim, considerando os dados acima relatados, a Secretaria Municipal de Gestão e Controle alerta para a necessidade de maior engajamento dos órgãos governamentais nas ações de monitoramento do sistema de controle interno, alerta para que se atendam as recomendações realizadas no presente relatório, bem como nos relatórios de auditoria interna.

Navegantes, 25 de agosto de 2020.

Fernando Sedrez Silva
Secretário de Gestão e Controle

Atesto para todos os fins, que tomei conhecimento das informações e conclusões do relatório emitido pela Secretaria de Gestão e Controle do Município sobre o acompanhamento da gestão relativamente ao 3º bimestre do exercício de 2020.

Navegantes, 25 de agosto de 2020.

Emílio Vieira
Prefeito